



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXIX — Nº 035

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 28 DE ABRIL DE 1984

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Moacyr Dalla, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 1984

Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.008.430.030,00 (um bilhão, oito milhões, quatrocentos e trinta mil e trinta cruzeiros).

Art. 1º É o Governo do Estado de Sergipe, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a contratar uma operação de crédito no valor de Cr\$ 1.008.430.030,00 (um bilhão, oito milhões, quatrocentos e trinta mil e trinta cruzeiros) correspondente a 203.152,36 ORTN, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 4.963,91 (quatro mil, novecentos e sessenta e três cruzeiros e noventa e um centavos) vigente em agosto de 1983, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção, reforma, ampliação e equipamento em várias unidades sanitárias e de saúde naquele Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de abril de 1984. — **Moacyr Dalla**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Moacyr Dalla, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 1984

Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a elevar em Cr\$ 2.415.600.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e quinze milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É o Governo do Estado de Mato Grosso, nos termos do item I do art. 2º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, modificada pela de nº 93, de 11 de outubro de 1976, ambas do Senado Federal, autorizado a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 2.415.600.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e quinze milhões e seiscentos mil cruzeiros) correspondente a US\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil dólares), a taxa cambial de Cr\$ 671,00 (seiscentos e setenta e um cruzeiros), a fim de que possa contratar um empréstimo, de igual valor, junto ao Banco Mitsubishi Brasileiro S.A., destinado ao financiamento de obras do programa de eletrificação do Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de abril de 1984. — **Moacyr Dalla**, Presidente.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Moacyr Dalla, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 1984

Autoriza a Prefeitura Municipal de Betim, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito, no valor de Cr\$ 4.358.397.295,00 (quatro bilhões, trezentos e cinquenta e oito milhões, trezentos e noventa e sete mil, duzentos e noventa e cinco cruzeiros).

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Betim, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 4.358.397.295,00 (quatro bilhões, trezentos e cinquenta e oito milhões, trezentos e noventa e sete mil, duzentos e noventa e cinco cruzeiros) correspondente a 1.031.685,65 ORTN, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 4.224,54 (quatro mil, duzentos e vinte e quatro cruzeiros e cinquenta e quatro centavos), vigente em julho/83, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à liquidação parcial do débito contraído com a Construtora Andrade Gutierrez S.A., relativo à implantação de galerias pluviais no Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de abril de 1984. — **Moacyr Dalla**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal, aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Moacyr Dalla, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 1984

Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.312.350.647,00 (um bilhão, trezentos e doze milhões, trezentos e cinquenta mil, seiscentos e quarenta e sete cruzeiros).

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.312.350.647,00 (um bilhão, trezentos e doze milhões, trezentos e cinquenta mil, seiscentos e quarenta e sete cruzeiros) correspondente a 310.649,36 ORTN, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 4.224,54 (quatro mil, duzentos e vinte e quatro cruzeiros e cinquenta e quatro centavos), vigente em junho/83, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção de escolas de 1º grau, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de abril de 1984. — **Moacyr Dalla**, Presidente.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 48ª SESSÃO, EM 27 DE ABRIL DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

— Nº 77/84 (nº 126/84, na origem), restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

1.2.2 — Pareceres encaminhados à Mesa

1.2.3 — Leitura de Projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 61/84, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a considerar legalmente estável o trabalhador que houver completado vinte e oito anos de contribuição para a Previdência Social, independentemente do tempo de serviço prestado a uma mesma empresa.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Disputa eleitoral para a presidência do Clube Militar.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Violências cometidas por policiais militares ao reprimir manifestação de estudantes universitários em Brasília.

SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, como Líder — Avaliação dos problemas políticos da atualidade brasileira após a recusa, pelo Congresso Nacional, da Emenda Dante de Oliveira.

SENADOR NELSON CARNEIRO, como Líder — Homenagem a João Mangabeira, por motivo do transcurso do cinquentenário da inclusão do mandado de segurança na Constituição.

SENADOR OCTÁVIO CARDOSO, como Líder — Considerações referentes ao assunto objeto do discurso do Senador Fernando Henrique Cardoso.

SENADOR PEDRO SIMON — Invasão do campus da Universidade de Brasília por tropas militares.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 127/82, que aprova as conclusões e recomendações do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 69, de 1978. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 857/83, solicitando, nos termos dos arts. 75, a, 76 e 77 do Regimento Interno, a

criação de uma Comissão especial, composta de 7 (sete) membros, para, no prazo de 90 (noventa) dias, examinar e avaliar denúncias publicadas na Imprensa brasileira sobre fraudes nos fretes de distribuição de derivados de petróleo, bem como a extensão de subsídios concedidos ao setor petrolífero. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 6/84, solicitando nos termos do inciso I do art. 418 do Regimento Interno, a convocação do Senhor Ministro Jarbas Gonçalves Passarinho, do Ministério da Previdência e Assistência Social, a fim de que, perante o Plenário, preste informações sobre a crise econômica e financeira da Previdência e Assistência Social. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 896/83, solicitando, nos termos dos arts. 75, c, 76 e 77, do Regimento Interno, a criação de uma Comissão Especial Mista, composta de 5 (cinco) Senadores e 5 (cinco) Deputados, para no prazo de 90 (noventa) dias avaliar os resultados da Zona Franca de Manaus bem como propor medidas de reorientação de sua política, examinando ainda os motivos e causas da fragilidade do modelo da Zona Franca de Manaus. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 280/80, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar Tribunais com jurisdição em todo território nacional. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 21/83, que dispõe sobre a redução do preço do álcool para venda a proprietários de veículos de aluguel empregados no transporte individual de passageiros, mediante subsídio, nas condições que especifica. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Decretação das medidas de emergência para Brasília e municípios goianos. Tópicos da proposta de emenda à Constituição encaminhada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República.

SENADOR OCTÁVIO CARDOSO, como Líder do PDS — Informações sobre distúrbios ocorridos hoje no campus da UNB, trazidos ao conhecimento da Casa pelos Srs. Pedro Simon e José Ignácio Ferreira.

SENADOR JOSÉ LINS — Reparos a colocações contidas no discurso proferido pelo Sr. Fernando

Henrique Cardoso, na presente sessão. Análise dos objetivos das concentrações populares levadas às praças públicas pela Oposição, na campanha em prol das eleições diretas.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Preservação do patrimônio ferroviário de Petrópolis-RJ.

SENADOR HELVÍDIO NUNES — Prejuízos causados à economia piauiense pelas águas represadas do riacho Santo Antônio, nas proximidades de Picos, em decorrência de obra d'arte subdimensionada na BR-407. Apelo ao Ministro Nestor Jost, da Agricultura, em favor da comunidade agrícola do Piauí.

SENADOR MARCO MACIEL — Ampliação da rede de telecomunicações nas prioridades do Projeto Nordeste.

SENADOR MAURO BORGES — 24º aniversário de Brasília.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Aloysio Chaves, proferido na sessão de 23-4-84.

— Do Sr. Humberto Lucena, Proferido na sessão de 26-4-84.

— Do Sr. Henrique Santillo, proferido na sessão de 26-4-84.

3 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA

— Nº 5, de 1984

4 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO

1 — Ns 17 e 18, de 1984

5 — ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DO SENADO

— Nº 1, de 1984

6 — ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

— Nº 3, de 1984

7 — ATAS DE COMISSÕES

8 — MESA DIRETORA

9 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

10 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 48ª Sessão, em 27 de abril de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Moacyr Dalla, Lenoir Vargas, Milton Cabral e Almir Pinto

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — João Castelo

— José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Humberto Lucena — Milton Cabral — Cid Sampaio — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla

— Nelson Carneiro — Itamar Franco — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Marcelo Miranda — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de Projeto de Lei sancionado:

Nº 77/84 (nº 126/84, na origem), de 27 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1984 (nº 1.656/83, na Casa de origem), que altera o art. 3º da Lei nº 1.058, de 19 de dezembro de 1951, que regula o processo das contravenções definidas nos arts. 58 e 60 do Decreto-lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.187, de 26 de abril de 1984).

PARECERES

PARECER Nº 134, De 1984

Da Comissão de Relações Exteriores, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1984, que "institui o "Dia da Solidariedade ao Povo Libanês" e dá outras providências".

Relator: Senador Saldanha Derzi

Originário da Câmara dos Deputados, chega a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1984 que institui o "Dia da Solidariedade ao Povo Libanês" a ser comemorado a 22 de novembro de cada ano.

Na justificativa que acompanha o Projeto, ressalta-se o fato de ser o dia 22 de novembro a data nacional do Líbano, quando o seu povo comemora a Independência daquele País amigo.

A intensa imigração para o nosso País, os estreitos laços de amizade amalgamados por várias gerações de descendentes libaneses, já seriam componentes suficientes para essa demonstração pública de nossos sentimentos.

Todavia, é pela oportunidade do momento que essa demonstração tem seu fundamental valor, pois aquele País amigo, o Líbano, enfrenta dificuldades intensas no seu território, que justificam lhe prestarmos nosso apoio moral, nossa solidariedade, como demonstração do nosso reconhecimento pelo muito que deram em benefício da Pátria que os acolheu.

Assim, entendemos ser da maior justiça a aprovação do Projeto em pauta, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 26 de abril de 1984. — **Luiz Viana**, Presidente — **Saldanha Derzi**, Relator — **Octávio Cardoso** — **João Calmon** — **Marco Maciel** — **Pedro Simon** — **Amaral Peixoto** — **Lourival Baptista**.

PARECERES NºS 135, 136 E 137, DE 1984

PARECER Nº 135, DE 1984

Da Comissão de Constituição e Justiça

Sobre a Emenda nº 1, de Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1979, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de as sociedades de economia mista e empresas públicas manterem o controle das respectivas subsidiárias, nas condições que especifica".

Relator do Vencido: Senador Lenoir Vargas

É a seguinte a Emenda nº 1 apresentada pelo nobre Senador Henrique Santillo ao Projeto de Lei nº 57/79:

"Art. 1º As sociedades de economia mista e empresas públicas é vedado desfazerem-se de sua

participação no capital das respectivas subsidiárias, sem anuência prévia do Congresso Nacional."

O relatório inicial da matéria opinava pela inconstitucionalidade e injuridicidade, com base "no caput e no § 1º do art. 170 da Constituição".

Não me parece que a condicionante da anuência do Congresso Nacional, para o caso, caracterize, em empresas públicas, uma violação do texto maior, já que na própria criação de empresas públicas é possível estabelecer cláusulas em que se pretendam determinadas condições para seu funcionamento.

As lindes da livre iniciativa e da intervenção do poder público são, no caso, muito pouco definidas e por isso a eiva de inconstitucionalidade parece pena excessiva na apreciação da emenda.

Se, afinal, não peca pela pena maior a emenda é inteiramente desajustada, como de resto o projeto, à atuação dinâmica das empresas.

A mesma liberdade que tem as empresas públicas ou de economia mista, para participar ou constituir subsidiárias, na forma de seus estatutos, devem ter para dissolvê-las ou alienar a participação que tenham nas mesmas organizações. Tanto mais que esta alienação será sempre feita em atenção ao interesse da empresa que embora pública deve competir com outras congêneres. Isto sem falar no fato de que a alienação do capital poderá ser feita a uma outra entidade de caráter público ou misto.

Estabelecidas as cláusulas que regerão a vida das empresas públicas ou mistas, elas entram no livre jogo do mercado a desenvolver sua atividade.

Desastroso será que uma norma posterior atingindo indiscriminadamente a todos, venha talar-lhe os planos de atividade com ingerência do Poder Legislativo para os atos que deva praticar com o capital maior ou insignificante de sua participação em subsidiárias.

Assim, o parecer é no sentido de que, embora constitucional, a emenda em seu mérito, é de toda inconveniente e deve ser rejeitada.

Sala das Comissões, 28 de maio de 1980. — **Aloysio Chaves**, Presidente — **Lenoir Vargas**, Relator — **Franco Montoro**, vencido, quanto ao mérito — **Almir Pinto** — **Moacyr Dalla** — **Bernardino Viana**, vencido, com voto em separado — **Amaral Furlan** — **Nelson Carneiro**, vencido, quanto ao mérito — **Aderbal Jurema** — **Leite Chaves**, vencido, quanto ao mérito.

VOTO VENCIDO, EM SEPARADO, DO SR. SENADOR BERNARDINO VIANA:

De autoria do ilustre Senador Henrique Santillo, também autor do Projeto, a Emenda nº 1, de Plenário, dá nova redação ao art. 1º do PLS nº 57/79.

2. A redação do art. 1º do Projeto está vazada nos seguintes termos: "As sociedades de economia mista e empresas públicas é vedado desfazerem-se da participação majoritária no capital das respectivas subsidiárias".

A redação proposta pela Emenda é a seguinte: "As sociedades de economia mista e empresas públicas é vedado desfazerem-se de sua participação no capital das respectivas subsidiárias, sem anuência prévia do Congresso Nacional".

3. À luz do art. 102 do Regimento Interno, cumprenos analisar a Emenda sob os ângulos da constitucionalidade e da juridicidade.

4. No Relatório do Vencido, dizíamos que o Projeto, ao proibir às sociedades de economia mista e empresas públicas desfazerem-se da participação majoritária no capital das respectivas subsidiárias, colide com o disposto no caput e no § 1º do art. 170 da Constituição, onde se afirma que "as empresas privadas compete, preferencialmente, com o estímulo e o apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas" (art. 170, caput) e que "apenas em caráter suplementar da iniciativa priva-

da o Estado organizará e explorará diretamente a atividade econômica" (art. 170, § 1º).

Lembrávamos, a seguir, II PND, o qual, em harmonia com a programática constitucional, firma a diretriz da exploração da atividade econômica pelo Estado apenas em caráter supletivo.

E concluímos que "vedar-se às sociedades de economia mista e empresas públicas desfazerem-se da participação majoritária no capital das respectivas subsidiárias — como pretende o Projeto em seu art. 1º — é partir para a estatização da atividade econômica, princípio que contraria a liberdade de iniciativa e, pois, o regime democrático, consagrado na Lei Maior". Donde a inconstitucionalidade e a injuridicidade do Projeto.

4. A Emenda nº 1, de Plenário, substituindo a Vedação legal pela exigência de aprovação prévia do Congresso Nacional, atenua, mas não elimina de todo os vícios apontados na Proposição.

5. Ante o exposto, concluímos pela rejeição da Emenda nº 1, de Plenário, por inconstitucional e injuridica.

Sala das Comissões, 28 de maio de 1980. — **Bernardino Viana**.

PARECERES NºS 136 E 137, DE 1984

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1979, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de as sociedades de economia mista e empresas públicas manterem o controle das respectivas subsidiárias, nas condições que especifica".

PARECER Nº 136, DE 1984

Da Comissão de Economia

Relator: Senador Luiz Cavalcante

É submetido ao exame, quanto ao mérito, desta Comissão de Economia, o Projeto de Lei do Senado nº 57/79.

A proposição dispõe sobre a obrigatoriedade de as sociedades de economia mista e empresas públicas manterem o controle das respectivas subsidiárias, nas condições que especifica.

Com efeito, o art. 1º do Projeto determina que às sociedades de economia mista e empresas públicas é vedado desfazerem-se da participação majoritária no capital das respectivas subsidiárias.

Justificando a sua iniciativa, o autor, o ilustre Senador Henrique Santillo, esclarece:

"... tais sociedades de economia mista e empresas públicas são, invariavelmente, constituídas por lei, estando previsto, em todos os casos, que o capital de cada uma delas terá sempre a participação majoritária do poder público.

Isto vem significar, na prática, que, em qualquer das ditas sociedades ou empresas, a única possibilidade de elas deixarem de ser preponderantemente públicas é alterar a lei que as constituiu, o que não se fará, certamente, sem a prévia aprovação do Congresso Nacional, vale dizer, do povo.

Já o mesmo não se pode dizer das subsidiárias dessas sociedades de economia mista ou empresas públicas que, cumprindo finalidade Jungida à da sociedade de economia mista ou empresa pública à qual estejam vinculadas, podem, entretanto, criar-se, extinguir-se, alienar-se ou mesmo despublicizar-se e até desnacionalizar-se à revelia da lei."

Posteriormente o autor do Projeto apresentou uma Emenda em Plenário tornando-o menos radical, na medida em que condicionou à anuência prévia do Congresso Nacional, a possibilidade de as sociedades de economia mista e empresas públicas poderem desfazer-se de sua participação no capital das respectivas subsidiárias.

A nosso ver, a proposição é desnecessária e inconveniente, pois, a sua aprovação implicaria em sérios obstá-

culos à eficiência das atividades desenvolvidas por essas sociedades e empresas.

As decisões sobre a manutenção ou não do controle de subsidiárias por essas entidades têm um caráter preponderantemente econômico-financeiro e administrativo e, como tal, deve cingir-se ao nível de diretoria, sendo dispensável e inoportuna a tutela do Estado para essa finalidade.

Da mesma forma, aprovar a proposição em tela significará negar toda uma filosofia que permitiu a estruturação e criação dessas entidades, cujo princípio fundamental foi o de suplantar os entraves burocráticos que emperravam a atividade econômica do Estado.

Do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 57/79 e da Emenda do Plenário.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 1981. — José Rocha, Presidente — Luiz Cavalcante, Relator — Arno Damiani — Gabriel Hermes — Alberto Silva — José Lins — José Fragelli — Bernardino Viana — Benedito Canelas.

PARECER Nº 137, DE 1984.

Da Comissão de Finanças

Relator do vencido — Senador Guilherme Palmeira

Visa a proposição em tela, de autoria do ilustre Senador Henrique Santillo, a impedir que as sociedades de economia mista e as empresas públicas venham a se desfazer da participação majoritária no capital das respectivas subsidiárias.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria em 1979, concluiu pela inconstitucionalidade da medida, por maioria de votos.

Incluído na Ordem do Dia, para discussão em primeiro turno, com a apreciação da preliminar de constitucionalidade e juridicidade, ofereceu o ilustre autor emenda que ameniza os efeitos do projeto original, ao permitir que as referidas entidades da administração indireta deixem de participar do capital social de suas subsidiárias, desde que autorizadas pelo Congresso Nacional.

Retornando à Comissão de Constituição e Justiça, manifestou-se aquele Colegiado, na oportunidade, pela juridicidade da emenda e, no mérito, pela sua rejeição.

Cabe-nos, nessa oportunidade, examinar a proposição à luz das normas que disciplinam o direito financeiro e, bem assim os efeitos de sua aplicação nas finanças estatais.

O projeto em análise visa a obstaculizar a desestabilização de empresas cujo patrimônio pertença exclusivamente ao Poder Público ou àquelas cujo controle acionário acha-se enfiado pelo Estado.

Em que pese a necessidade de se manter, em alguns setores vitais para a economia ou mesmo em razão de fatores estratégicos, a gerência estatal em empresas produtoras de bens ou prestadoras de serviços, a experiência adquirida desde a implantação e vertiginoso crescimento da chamada administração indireta tem demonstrado a sua ineficiência no trato da coisa pública.

De certa forma, os desacertos apresentados pela grande maioria das empresas gerenciadas pelo Poder Estatal tem sido a causa da grave crise que o País atravessa.

Com efeito, a má administração promovida pelo Estado no âmbito das relações estabelecidas de natureza privada tem sido uma constante na vida dos governos.

Tal fenômeno, diga-se de passagem, não se cinge do âmbito nacional, mas tem sido detectado em vários países.

A tarefa empresarial outorgada ao Poder Público, em razão das profundas diferenças existentes com a administração pública, isenta está de qualquer objetivo de lucro e torna complexa a gestão daquela entidade.

Ressalte-se, ademais, que os reflexos dessa ineficiência financeira se faz com muita intensidade no âmbito das finanças públicas, comprometendo-as, não raro, de forma significativa.

Pelas razões ora alinhadas, somos pela rejeição do projeto de lei em questão, e da Emenda nº 1, de Plenário que lhe foi oferecida pelo Senador Henrique Santillo.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 1983. — Senador Itamar Franco, Presidente — Senador Guilherme Palmeira, Relator — Almir Pinto — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Octávio Cardoso — Hélio Gueiros, vencido com voto em separado — Roberto Saturnino — Iris Célia.

VOTO VENCIDO, EM SEPARADO DO SR. SENADOR HÉLIO GUEIROS:

Visa a proposição em tela, de autoria do ilustre Senador Henrique Santillo, a impedir que as sociedades de economia mista e as empresas públicas venham a se desfazer da participação majoritária no capital das respectivas subsidiárias.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria em 1979, concluiu pela inconstitucionalidade da medida, por maioria de votos.

Incluído na Ordem do Dia para discussão em primeiro turno, com a apreciação da preliminar de constitucionalidade e juridicidade, ofereceu o ilustre autor emenda que ameniza os efeitos do projeto original, ao permitir que as referidas entidades da administração indireta deixem de participar do capital social de suas subsidiárias, desde que autorizadas pelo Congresso Nacional.

Retornando à Comissão de Constituição e Justiça, manifestou-se aquele Colegiado, nessa oportunidade, pela juridicidade da emenda e, no mérito, pela sua rejeição.

A Comissão de Economia concluiu seu parecer pela rejeição do projeto e da emenda de Plenário.

Cabe-nos, nesse passo, examinar a proposição à luz das normas que disciplinam o direito financeiro e bem assim os efeitos de sua aplicação nas finanças estatais.

O projeto em análise tem por objetivo obstaculizar a desestatização que, há tempos, vem sendo propalada por algumas autoridades do Poder Executivo.

Sob o argumento de que as empresas do Estado somente têm acumulado vultoso déficit, quer no âmbito nacional, quer mediante débitos contraídos no exterior, alguns setores da administração buscam sensibilizar a opinião pública no sentido de convencê-lo acerca do malefício que trazem ao País as empresas denominadas estatais.

Não obstante se deva reconhecer que muitas dessas entidades vêm apresentando prejuízos, continuamente, não nos parece que os males nacionais devam ser atribuídos, apenas, a essas empresas.

Em muitos casos, a criação e a manutenção de empresas públicas ou sociedades de economia mista devem-se à circunstância de que a própria iniciativa privada, ante a ausência da perspectiva de breve retorno nos investimentos, não se acha estimulada a exercer aquela atividade, normalmente no campo da prestação de serviços públicos.

Ademais, o que a nosso ver tem ocorrido, com maior frequência, é que os desmandos políticos ou administrativos levam a entidade à situação deficitária. O erro, então, não se encontra na estatização da empresa, mas no seu gerenciamento e nos gastos desnecessários e improdutivos autorizados pela sua administração.

Uma fiscalização mais severa, mediante instrumentos legais mais eficazes, levar-nos-ia à constatação de que poucas permaneceriam com seu balanço no vermelho.

Não fosse o descaso para com a coisa pública e, às vezes, a utilização do patrimônio do Estado para fins estranhos ao seu desenvolvimento social ou econômico, a situação seria outra.

Acontece que, em inúmeros casos, a própria Administração Direta se utiliza das estatais para solver questões inerentes à sua atividade financeira, ao repassar respon-

sabilidade e ônus que não foram contraídos pelas empresas.

Embora possamos admitir, em tese, que muitas dessas entidades poderiam ser suprimidas ou desestatizadas, porque não apresentam uma dosagem de relevância que justifique a sua exploração pelo Poder Público, entendemos que a grande maioria cumpre com sua finalidade, cabendo, tão-somente, um controle administrativo-financeiro mais severo e austero.

Pelas razões ora alinhadas, somos pela aprovação do projeto ora apreciado, na forma da Emenda nº 1 apresentada pelo ilustre Senador Henrique Santillo.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 1983. — Hélio Gueiros.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 1984

Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a considerar legalmente estável o trabalhador que houver completado vinte e oito anos de contribuição para a Previdência Social, independentemente do tempo de serviço prestado a uma mesma empresa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 492 da Consolidação das Leis do Trabalho, em seu caput, passa a vigorar com a seguinte modificação:

“Art. 492. O empregado que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa ou que, independentemente disto, contar 28 (vinte e oito) anos de contribuição para a Previdência Social não poderá ser despedido do emprego senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Quer a presente proposição, apresentada em virtude de reivindicação dos trabalhadores aposentados e pensionistas, determinar expressamente na lei que o trabalhador alcançará a estabilidade não somente após dez anos de serviços prestados a uma mesma empresa, senão que também após vinte e oito anos de contribuições para a Previdência Social, independentemente de haver trabalhado ou não para uma só firma.

Trata-se de medida das mais justas que, assim, merece ser aprovada.

Sala das Sessões, 27 de abril de 1984. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

CAPÍTULO VII Da estabilidade

Art. 492. O empregado que contar mais de dez anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas.

Parágrafo único. Considera-se como de serviço todo o tempo em que o empregado esteja à disposição do empregador.

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Henrique Santillo, por cessão do nobre Sr. Senador Affonso Camargo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Cabe ao Congresso Nacional, como ao conjunto por ele representado, debater sem quaisquer restrições, com total abertura, todas as questões que envolvem a vida nacional e as próprias instituições republicanas. Assuntos proibidos e tabus, é óbvio, não convivem com a democracia.

Neste momento difícil da vida brasileira, por exemplo, penso ser um dever do Congresso Nacional discutir, de forma ampla, o papel a ser desempenhado pelas Forças Armadas na vida nacional para a superação dos nossos mais graves problemas. Esse debate, mais do que um dever do Congresso, é um dever de toda a sociedade brasileira. Debate sem restrições, com total abertura, dissecando o assunto, aprofundando na análise dessa delicada e melindrosa questão.

Diria mesmo que, neste exato momento, existem inúmeras preocupações relativas à possibilidade desse clima de terror implantado na sociedade, nos últimos dias, não ser, infelizmente, uma exclusividade de sua parte civil. Há indícios, lamentavelmente — e isso nos preocupa demais — de que esse mesmo clima está sendo levado ao meio militar.

Há fortes indícios de pressões e discriminações de caráter político sendo exercidas nos meios militares. Isso é preocupante, extremamente preocupante! É possível que esses fatos se devam à aproximação das eleições diretas para a presidência do Clube Militar, instituição secular da vida brasileira, fundada em 1887, com um grito de dignidade do oficialato brasileiro, negando-se a ser capitão-do-mato, a serem perseguidores de escravos furtivos ou quilombados. Nasceu, portanto, de um grito de dignidade de nossas Forças Armadas; grito esse que não foi isolado em nossa História, que tem sido muito freqüente e tem sido uma repetição muito freqüente na tradição militar brasileira.

Tem o Clube Militar, hoje, cerca de 26 mil sócios que vão, em maio próximo, escolher o seu presidente, entre duas chapas: uma, situacionista, encabeçada pelo General Tarso Vilar Aquino; outra, oposicionista, encabeçada pelo General Antônio Carlos de Andrada Serpa. Durante quase um século, foi o Clube Militar o único fórum de debates, aberto e livre, onde os militares puderam discutir os seus próprios problemas e os grandes problemas nacionais. Sempre teve o Clube Militar papel destacado na História brasileira, depois da sua criação, além da sua participação ativa na luta pela libertação da escravidão negra no Brasil. Teve, também, participação preponderante no episódio da Proclamação da República; teve participação grande e ativa na História Republicana brasileira, culminando, a meu ver, num ponto de alto destaque na campanha que acabou asoberbando a sociedade brasileira como um todo: "o petróleo é nosso" comandada por grandes homens brasileiros, por grandes militares e civis, dos quais destaca-se o General Otto Barbosa. No entanto, a verdade é preciso que seja dita sem preconceito: o movimento de 1964 esterilizou-o, transformou-o,

no dizer do jornalista Ruy Lopes, em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, num mero clube beneficente, recreativo, num mero clube litero-musical. Esse clube deixou de ser aquele fórum de debates, onde os militares, cidadãos como civis, debatiam as questões brasileiras sem preconceitos, para tratar-se de mais uma instituição manipulada pelo Governo, pelo regime. Como já disse, agora, em maio, far-se-á a eleição, depois de 20 anos de eleição disputada, para a diretoria desse clube militar. Essa eleição, pela importância que a ela se deve dar, afeta a sociedade brasileira como um todo e não apenas a sociedade militar, e não apenas os meios militares. Já disse que ela será disputada por duas chapas: uma representante, inequivocamente do regime, apoiada ostensivamente, hoje, pelo Sr. Ministro do Exército, General Walter Pires; a outra de oposição, representada pelo General Andrada Serpa, que tem percorrido o País de norte a sul, de leste a oeste, levando a sua mensagem, a sua proposta de democratização do País. É possível até que possamos, num ou noutro ponto discordar da proposta do General Andrada Serpa. De uma coisa, no entanto, ninguém pode discordar: é o fato de ele ter a coragem e a disposição de luta para percorrer o Brasil, quantas vezes solitariamente, e levar às platéias brasileiras, aos estudantes, aos trabalhadores, aos intelectuais e aos militares a sua proposta de salvação nacional, de defesa da soberania nacional, sobretudo. Sua proposta tem se baseado principalmente em pontos que gostaria de citar a seguir, que em grande parte coincidem *in totum* com a proposta das oposições brasileiras para a salvação do País: 1º — para a solução da dívida externa, o General Serpa aponta a moratória unilateral;

2º — prega o rompimento imediato com o Fundo Monetário Internacional;

3º — prega a necessidade do controle da remessa de lucros pelas empresas multinacionais, existentes no Brasil;

4º — Prega a necessidade de conformação dessas mesmas empresas estrangeiras aos verdadeiros interesses nacionais;

5º — Prega o fim desse modelo econômico exportador que está aí a serviço de instrumento à espoliação brasileira;

6º — Prega a necessidade imediata da manutenção da reserva de mercado, para as empresas genuinamente brasileiras no setor de informática;

7º — Prega a criação de um figurino próprio para a tecnologia no Brasil, em todos os campos do nosso desenvolvimento econômico;

8º — Prega a necessidade da independência energética;

9º — Prega a descentralização administrativa, econômica e financeira;

10 — Prega a necessidade das eleições diretas para a Presidência da República imediatamente, e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana.

São pontos coincidentes com a luta oposicionista, com o programa do PMDB e com os programas dos partidos verdadeiramente democráticos. E coincidentes, estou certo, a essas alturas, com os pontos de vista defendidos por aqueles parlamentares do PDS que, hoje, compõem o grupo pró-diretas e que estiveram, há pouco mais de 24 horas, no Congresso Nacional, votando a favor da emenda Dante de Oliveira. Gostaria, neste momento, de destacar aqui, com muito prazer, com honra para mim, as posições de três Senadores do PDS que assomaram à tribuna naquela data para declararem enfaticamente sua posição: os nossos eminentes Senadores Luiz Cavalcante, João Calmon e Martins Filho.

Portanto, Sr. Presidente, essas pressões, essas discriminações, que ao meu ver também possibilitam a criação desse mesmo clima de terror que existe na sociedade civil e nos meios militares, se devem, certamente, à aproximação dessas eleições, que são importantes.

Gostaria até de ler breve trecho de um artigo assinado pelo ilustre jornalista Evandro Paranaçu, publicado no *Jornal de Brasília*, que diz o seguinte:

Em realidade, a Política — esta de "P" maiúsculo — que notabilizou o Clube Militar e conferiu-lhe na História do Brasil um lugar que ninguém conseguirá tirar-lhe, foi a responsável por seu engajamento em causas como a abolição da escravidão, a proclamação da República, a luta pelo monopólio estatal do petróleo, o debate que antecedeu a Revolução de 64, com as opções que então se colocavam para os destinos do País. O militar, por vocação, participa na primeira linha de defesa da nacionalidade, conceito mais abrangente que a vigilância de suas fronteiras contra o agressor externo ou a manutenção da segurança interna. Não é, pois, um contemplativo, muito menos um alienado. Isto fica por conta das individualidades, pois o homem não é feito em linhas de montagem padronizadas, mas sempre podem acontecer os defeitos de fabricação.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é pela possibilidade desses possíveis defeitos de fabricação que constitui um dever do Congresso Nacional, hoje, em nome do conjunto da sociedade que ele procura representar — não apenas um direito, mas um dever — discutir, aprofundar o debate do papel das Forças Armadas no processo brasileiro. Não se admitem tabus, assuntos proibidos não podem conviver com o processo democrático. Leio, a propósito da possibilidade dos defeitos de formação, pequena nota publicada hoje, no "Informe J.B." (*Jornal do Brasil*), que diz:

"O General Newton Cruz, Comandante Militar do Planalto, é geralmente tido, nos meios militares, como um oficial preparado, até mesmo brilhante. Em época recente, antes de tornar-se nacionalmente conhecido, dizia-se que o General Newton Cruz poderia alinhar-se, com os Generais Golbery do Couto e Silva e Octávio Costa, entre "as melhores cabeças do Exército."

Valha-me Deus; valha-nos Deus!

"São, naturalmente, julgamentos subjetivos; a Nação treina oficiais do Exército para a guerra, e felizmente nenhum dos três precisou provar-se em campos de batalha, pelo menos enquanto generais."

No entanto, se pode haver divergência quanto àquele alto conceito, quanto a um ponto há consenso: o General Newton Cruz não está — nem pode estar, nem deveria estar — preparado para a função de polícia. Executor das medidas de emergência, o General Exorbitou, foi imprudente, agiu de forma imoderada e atabalhoada."

Imagine-se a cena: o General Newton Cruz, fardado, encanecido, brandindo o seu rebenque, no meio da rua, aos impropérios, a intimidar uma passeata de automóveis a buzinar, "se tiverem coragem". É penoso, triste pensar que um General do Exército, "para não ser desmoralizado diante do seu quartel", decida ir comandar pessoalmente operação que ficaria melhor entregue aos PMs do trânsito.

Mas o General Cruz não pode conter-se diante de uma oportunidade de mostrar a sua famosa disposição para a briga, seja com um repórter ("peça desculpas"), seja com estudantes, deputados, agitadores ou mesmo uma passeata de mais de 100 automóveis. Mesmo que esteja envergando a farda de General do Exército do Brasil. As atitudes descomedidas com que parece comprazer-se em público não são as que se espera de um oficial superior do Exército.

O Exército é uma instituição que precisa ser preservada, não pode ser exposta desta forma.

Acho mesmo, Sr. Presidente, que essas eleições do Clube Militar propiciariam discutir-se os motivos pelos quais as Forças Armadas, como instituição, não poderão sair denegridas nesse episódio que dura 20 anos no País. Aos olhos da opinião pública, hoje, estão denegridas. É um fato, não se trata de um julgamento pessoal de minha parte, é uma constatação. Aos olhos da opinião pública, infelizmente, estão denegridas. Creio mesmo que desses debates em torno da disputa do Clube Militar, ao contrário de servir de causa de pressões de discriminações no seio das Forças Armadas, deveriam ser preservados e estimulados até mesmo para se abrir o tumor e evitar-se que a instituição pudesse continuar denegrada aos olhos do povo brasileiro. Não é isto o que está ocorrendo. Existem pressões e discriminações. No dia 24 próximo passado, por exemplo, foi preso por quinze dias o Coronel da Ativa, Cavalariano Ari Canavó. E por que foi preso por quinze dias, transferido para o Quartel-General da Terceira Brigada de Infantaria motorizada de Goiânia, o Sr. Coronel Ari Canavó? Aparentemente, porque permitiu que o seu contracheque de fevereiro. Oficial da Ativa que é, fosse publicado anonimamente em alguns jornais do País. Este contracheque do mês de fevereiro trazia na sua parte inferior a seguinte frase: "Não deixe a política desvirtuar o nosso Clube Militar".

Para alguns pode parecer insólito que o Congresso queira discutir coisa como essa, mas parto do princípio de que é seu dever. Tratar-se, na verdade, de um eufemismo de um fariseísmo inadmissível. Quem conhece o processo, está por dentro das discussões que se fazem hoje nos meios militares brasileiros, sabe que isso aqui é uma tomada de posição clara, por parte do Ministro do Exército, a favor de uma das candidaturas, a do General Tasso Vilar de Aquino, porque o que o General Serpa, cabeça da outra chapa, prega é a necessidade do Clube Militar discutir, sem eufemismos, o grande problema da democratização do País, que passa — segundo ele e segundo nós — inevitavelmente pelas eleições diretas para Presidente da República, já. Isso, na verdade, não importa, porque se defendemos nossas posições e se as consideramos como posições colocadas ao lado das aspirações de pelo menos a quase unanimidade do povo brasileiro, devemos também respeitar as outras posições, as posições que lhe são contrárias. Aqui e alhures, aqui na sociedade civil e lá na sociedade militar — lá nos estamentos militares.

O que não se pode admitir é que, sob eufemismos, Coronéis ou Oficiais da Ativa sejam pressionados, coagidos e presos, porque publicamente se colocam ao lado de uma das candidaturas que, por coincidência, não é a do regime. É o caso do Coronel Ari Canavó, que logo após ter-se visto preso, fez publicar o seguinte manifesto:

"Brasileiros:

A revolução de 1964 há muito deixou com as obrigações assumidas com o povo brasileiro.

A sociedade encontra-se desiludida e desesperançada de dias melhores.

"Na economia os escândalos aparecem cada vez com mais frequência nas manchetes dos jornais, e a impunidade prolifera.

"Nas Forças Armadas, traídos e humilhados perplexos ao desenrolar dos acontecimentos e as afrontas à nossa soberania.

"O povo, pobre, faminto e desempregado encontra-se à beira do desespero.

Pequenas e médias empresas nacionais, esteios do emprego interno, estão sendo levadas à falência ao mesmo tempo em que se conspira para abrir totalmente o mercado interno à espoliação estrangeira.

"Urge, portanto, que nos mantenhamos unidos para enfrentar corajosamente as crises que se anunciam negras no horizonte e que ponhamos um sole- ne basta à corrupção e aos demandas desde poder

illegítimo e minoritário, que tanto tem ofendido o povo e as suas Forças Armadas.

"Não há que tergiversar: o poder tem que ser devolvido sem mais tardar ao povo brasileiro, mediante a realização de eleições diretas para a Presidência da República.

"Cabe-nos como brasileiros e patriotas preservar a herança legada por nossos antepassados e entregar para os nossos filhos um Brasil melhor do que aquele que recebemos".

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouvirei V. Ex^a a seguir.

O Coronel Ari Canavó encontra-se no Quartel-General da 3ª Brigada da Infantaria Motorizada de Goiânia, preso de forma incomunicável.

Por minha intercessão, o Doutor Olavo Bervó? Presidente da Regional da OAB de Goiás, há três dias tenta avistar-se com o Coronel, não conseguindo. Isso nos preocupa, isso deve ser motivo de preocupações ao Congresso Nacional e ao conjunto da sociedade brasileira. Queremos as nossas Forças Armadas, é claro, unidas, como tradicionalmente têm sido ao lado dos interesses verdadeiramente nacionais. Tem sido essa, até 1964, a tradição de nossas Forças Armadas, a tradição dos nossos meios militares, a tradição do Clube Militar. A tradição do Clube Militar era marcada pela campanha do "Petróleo é nosso", marcada pela campanha antiescavagista, pela Proclamação da República, pelas campanhas nacionalistas deste último século. A tradição do Clube Militar, não é marcada, como tem sido nos últimos 20 anos, como entidade, como um grêmio de caráter literário, de caráter beneficente, de caráter recreativo como tem sido. Não, tem sido fórum de debates abertos e livres, onde os militares, enquanto cidadãos brasileiros, discutem, aprofundam o debate sobre as grandes questões nacionais, sem preconceitos. Até 1964, não se pregava no seio do Clube Militar nenhuma intervenção das Forças Armadas no processo político brasileiro como instituição, não. Pregava-se a necessidade de se manter o foro livre para que os militares tivessem um anfiteatro de discussões dos problemas brasileiros, enquanto cidadãos brasileiros.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouço V. Ex^a, com muito prazer, nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Nobre Senador Henrique Santillo, quanto à opinião de V. Ex^a sobre o General Newton Cruz, posso apenas acrescentar que não é fácil, de um lado, manter a autoridade e a responsabilidade e, de outro submeter-se a provocações, do interesse de classes minoritárias, que se aproveitam, dos jovens para fins escusos. Já houve tempo, não me refiro a estes dias de agora, em que os jovens foram jogados como iscas de provocadores para desmoralizar as autoridades. Embora V. Ex^a, como todos nós, não desejemos a violência, nem de um lado, nem de outro, V. Ex^a há de convir que há provocações. Quanto ao problema do Clube Militar, V. Ex^a sabe que muitas organizações profissionais de classe não admitem, nos seus estatutos, a discussão sobre problemas políticos. Isso não significa proibição aos seus membros de fazerem política. Há ambientes próprios, aonde qualquer um pode fazer política. V. Ex^a sabe que política não se faz sem paixão, e não convém, de modo algum, que essas paixões sejam levadas a um clube, como o Clube Militar. Por fim tenha V. Ex^a a certeza de que as Forças Armadas estão e continuarão unidas porque realmente elas têm um destino — o de servir à Nação acima de todas essas controvérsias momentâneas. Era só o que tinha a dizer a V. Ex^a

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Agradeço o aparte de V. Ex^a e respeito, como disse anteriormente, o seu ponto de vista.

O Sr. Passos Pôrto — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Não diria que estou penalizado, porque, a meu ver, desculpe-me V. Ex^a, esse conceito de que grupos minoritários são usados como instrumento, de que jovens são usados como robôs, é fruto de uma conceituação autoritária da sociedade.

O Sr. José Lins — É fruto de uma tática, nobre Senador.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — É fruto dessa formação de vinte anos por que passa a sociedade brasileira. Mas, respeito a posição de cada um aqui. Vez por outra, penalizo-me com elas, é um direito que tenho e que deve ser respeitado.

Ouçoo o nobre Senador Passos Pôrto.

O Sr. Passos Pôrto — Nobre Senador Henrique Santillo, conta um eminente humorista brasileiro de que só haverá democracia no Brasil no dia em que os militares se convencerem de que a sua carreira termina no Ministério do Exército e não na Presidência da República. Isto, de uma certa forma, dito de uma maneira irônica, simboliza as vicissitudes do processo democrático brasileiro. É que ao longo dos anos, na vida republicana os partidos políticos, sobretudo os de oposição, sempre procuraram cercar os quartéis e fazer deles o instrumento de conquista de poder. Fui da UDN, partido acusado pela maioria de então; ele era de oposição, de que vivia cercando os quartéis, estimulando as Forças Armadas a intervirem no processo político brasileiro. Hoje estou convencido de que a nós o trabalho deve ser no sentido de encaminhar a discussão, o debate e a via política brasileira através do Congresso. Toda vez que começamos a incentivar ou participar de debates que envolvem problemas da intimidade, da economia das Forças Armadas, de uma certa forma estamos fazendo uma incitação a um pronunciamento. O Clube Militar é uma instituição civil, instituição que realmente pode discutir os assuntos que constam dos seus estatutos. Tenho a impressão de que lá deve ser proibido o debate, sobretudo, de partido político. Pode ser que se possa fazer política, mas partido político, não, de modo que é um problema da economia interna da instituição, e creio que não será este o caminho que poderemos fazer ajudando o processo político brasileiro, tentando fazer para cá problemas da economia interna das corporações militares.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nobre Senador Henrique Santillo, comunico a V. Ex^a que o seu tempo está ultrapassado.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Vou encerrar, Sr. Presidente, com muito prazer, depois de ouvir o aparte do nobre Senador Passos Pôrto. Afinal, foram necessários longos 20 anos para que S. Ex^a viesse nos dar esta lição magnífica. Longuíssimos e difíceis 20 anos. A UDN de S. Ex^a, não poucas vezes, foi às portas dos quartéis para pregar e incitar o golpe, condenado por nós durante 20 anos, desde o princípio, desde o primeiro instante, desde o primeiro segundo e até hoje. Claro. Mas, trata-se, Sr. Presidente, de eufemismo inadmissível dizer-se, por exemplo, que os militares brasileiros têm os seus assuntos, tem os seus problemas, que lhes são próprios, que são internos e próprios apenas às suas corporações e que o Congresso Nacional neles não pode ou não deve intervir. Não se trata de uma verdade. Isto está em dissonância com a realidade político-social do País.

Cabe ao Congresso Nacional, é dever do Congresso Nacional, mais que direito, é dever do Congresso Nacional, discutir o papel que as Forças Armadas devem re-

presentar no processo brasileiro. Cabe a nós, representantes da sociedade, no seu conjunto, representantes da sociedade civil e militar do País. Nós não somos representantes apenas da sociedade civil, nós somos civis no sentido estrito, somos representantes da sociedade civil e militar, ambas no sentido escrito, ou seja, da sociedade como um todo, da cidadania como um todo. Claro, e temos o dever, mais do que o direito, de discutir com amplitude, com abertura, sem preconceitos e tabus, tanto o papel das Forças Armadas no Brasil, como o papel de todas as instituições republicanas. Trata-se de um dever dos parlamentares, um dever meu enquanto parlamentar, um dever de V. Ex^a enquanto parlamentar com assento nesta Casa. Por isto trago este problema aqui, por isto trago minhas preocupações, que não são apenas minhas, que, se estou certo, são de todas as oposições brasileiras e da esmagadora maioria do povo, preocupações relativas a perseguições e pressões que estão se fazendo no interior mesmo das Forças Armadas, por motivo de caráter político. Isto é muito sério, isto nos envolve a todos, e não apenas as Forças Armadas, isto nos envolve a todos como sociedade brasileira, como membros, como cidadãos brasileiros.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para uma comunicação inadiável à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para uma comunicação.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tomamos agora, Sr. Presidente, conhecimento do seguinte fato: Hoje, por volta da tarde, a pretexto de dissolver uma passeata de estudantes da Universidade de Brasília, elementos sem identificação atiraram bombas de gás na avenida L 2 Norte, na altura da Quadra 606, e dispararam tiros no rumo da multidão. No meio do tumulto, formado com o corre-corre, elementos que surgiram de vários veículos, também sem identificação, invadiram o Centro Educacional da Asa Norte e, de arma em punho, explodiram uma bomba de gás lacrimogêneo entre as crianças.

Segundo o relato da diretora da Escola, Jaci Marini Gionzo, naquele momento encontravam-se cerca de 300 alunos, sendo os mais velhos com idade de 12 anos. O pânico foi geral. Várias crianças foram pisoteadas, algumas necessitando de atendimento médico. Todas sofreram irritação nos olhos e algumas tiveram problemas respiratórios.

Este fato, Sr. Presidente, Srs. Senadores, da maior gravidade, não pode continuar. Esperamos que as autoridades maiores da República exijam dos seus subordinados o respeito à lei, em particular, do cidadão indefeso e, já agora, de crianças inocentes. Era a comunicação que queria trazer ao Senado da República nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A Presidência agradece a comunicação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, que falará como Líder. S. Ex^a disporá de 20 minutos.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Desejo, nesta tarde, discutir alguns dos problemas políticos da atualidade, especificamente a questão que ora se propõe do que fazer, tanto para a Oposição quanto para o Governo, depois da votação, ocorrida esta semana, na questão da Emenda Dante de Oliveira.

Infelizmente, como aqui acaba de declarar o nobre Senador Itamar Franco, entre as intenções proclamadas e a prática, nós ainda estamos muito distante.

As tropelias a que assistimos quando da votação da Emenda Dante de Oliveira, desnecessárias, abusivas, continuam a repetir-se na própria Capital da República. A tal ponto, que, constrangido, correspondia a mim escrever na *Folha de S. Paulo* o artigo da página 2, e tive que dar o título "Brasília, cidade sitiada" ao meu comentário, no mesmo dia em que nós votávamos, no Congresso Nacional, a Emenda Dante de Oliveira. E não o fiz como figura retórica: era verdade. Cada um de nós, ao chegar ao Congresso, ou ao sair dele, sentiu embargos absolutamente desnecessários, as tropelias, e até a vergonha mesmo, mormamente para mim que, como toda a gente sabe, tenho raízes militares, de ver oficiais e soldados do meu País parando automóveis, nas ruas principais da Capital da República, incomodando pessoas, criando tumultos, porque buzinaavam, como se a buzina doesse na consciência deles.

Neste clima a Oposição tem tido — perdoem-me os Senadores do PDS, ou melhor a parte do PDS que ainda insiste em manter-se numa atitude reacionária — uma extrema compreensão, uma rara compreensão, de, apesar de tudo, apesar de que poderíamos perfeitamente apenas denunciar, um comportamento irrepreensível: apenas votamos. Votamos porque quisemos mostrar que há em marcha neste País, há em curso nesta Nação, um sentimento novo. E não nos pareceu que tolher esse sentimento novo, por causa do cerceamento efetivo de liberdades, que valesse mais do que manter um comportamento institucionalizado.

A própria sociedade compreendeu isto. E se ontem houve algum distúrbio em São Paulo e em outras partes do País, certamente esse distúrbio não partiu das forças politicamente organizadas. Todas elas condenaram os provocadores, que até se compreende que existam na situação atual, dada a expectativa imensa com que o País aguardou a decisão do Congresso que, infelizmente, não correspondeu ao que a maioria queria.

De qualquer forma, esperei que o tempo diminuísse os efeitos da emoção e da decepção, causados pela recusa da Emenda Dante de Oliveira, para dirigir-me a este Senado sobre o momento político.

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pois não.

O Sr. Humberto Lucena — Antes que V. Ex^a inicie propriamente o seu discurso, eu gostaria de aduzir algumas palavras à comunicação do Senador Itamar Franco, que foi objeto de comentário de V. Ex^a. Além da invasão da escola do Centro de Ensino da Asa Norte, usando-se bombas de gás lacrimogêneo, o que levou 16 crianças a se hospitalizarem, no Hospital Presidente Médici, há vários estudantes, dizem até que o Presidente da UNE, e jornalistas presos. E, além disso, a Universidade de Brasília não só foi novamente cercada, como invadida por tropas militares, por ordem do General Newton Cruz. Isso caracteriza uma situação de violência institucionalizada, como bem diz V. Ex^a, e eu aproveito a oportunidade para renovar o apelo veemente que fiz ontem ao Sr. Presidente do Congresso Nacional, e à Liderança do Governo nesta Casa, no sentido de reivindicar, urgentemente, a imediata revogação dessas medidas de emergência em Brasília, se se quer realmente criar um clima de diálogo dentro do Congresso Nacional.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Faço minhas as palavras do meu eminente Líder. Eu ia, mais adiante, fazer uma consideração exatamente neste mesmo sentido.

De qualquer maneira, dizia eu, que, sem querer negar a evidência de que houve uma frustração nacional, a par-

tir do resultado da votação desta semana, eu acho que é o momento para uma reflexão otimista. Nós não conseguimos, por certo, os 2/3 necessários para mudar a Constituição, mas, creio que se formou uma poderosa maioria parlamentar que deslocou o eixo político da Câmara.

Hoje, — e ninguém duvida disto — há dois partidos claros no Congresso da República: os que desejam mudar de fato as instituições, para atender aos anseios populares, e os que tudo fazem para que as regras fundadas no tempo do arbítrio permaneçam intocadas.

Eu não atribuo ao PMDB, ao meu Partido, o monopólio da virtude, e menos ainda o do "mudancismo", se posso empregar esse tipo de expressão tão a gosto dos tempos atuais, de inventar palavras. Nem faço a injustiça de atribuir ao PDS o ingrato monopólio do "conservacionismo". Não. Há muitos no PDS que tomaram ao pé da letra e se deixaram levar pelo embalo das palavras contidas no preâmbulo feito pelo Presidente Figueiredo à Emenda, que, em breve, vamos discutir sobre a ordem política brasileira. Pena que entre o preâmbulo e a proposta exista o mesmo abismo que existe entre o Estado e a sociedade. E são tantos os do PDS que assumiram essa posição, que tiveram até o privilégio de se expressar nos debates do dia 25, com voz de liderança própria, fato raro nos Anais da nossa República. Mas era uma evidência tão forte que, de alguma maneira, ficou claro àqueles que estavam assistindo à sessão do Congresso, que era necessário que alguém falasse, até mesmo para permitir que, no futuro, o PDS subsista como Partido, que alguém falasse em nome da mudança e não em nome do conservacionismo. Eu acredito que mesmo entre os que deram voto ao não, de costas para a opinião pública, existem também os que querem mudar. Se eu não tivesse essa crença, eu não teria a crença, que mantenho, de que nós vamos conquistar as eleições diretas já, e através do modo institucional, através do Congresso Nacional.

E apraz, também, registrar que não foram apenas duzentos Deputados do PMDB, a totalidade dos Deputados do PMDB, duzentos, compareceu e votou de maneira absolutamente homogênea, sem que para isso houvesse esforço de mobilização especial, tal a consonância da Bancada da Câmara dos Deputados do PMDB com o anseio popular. E não foi diferente o comportamento do PT, nem do PDT, e o próprio PTB, que alguns duvidaram que fosse capaz de manter-se coeso neste episódio, apenas com uma deserção conhecida a esperada, também somou do lado daqueles que disseram sim à Emenda Dante de Oliveira.

Por tudo isso, e porque se constitui num novo centro de gravidade política no Parlamento, nós vamos voltar à luta com confiança redobrada pelas eleições diretas já, e com uma convicção firme: o Colégio Eleitoral está morto.

Matou-o a votação do dia 25, ao mostrar que os mudancistas formam a maioria esmagadora da Câmara.

Morreu esse Colégio sob o influxo de uma opinião pública que não o aceita. Morreu de morte natural, por carcomido. Em seu lugar, nasceu na Câmara um sentimento que, sabendo-se majoritário, abre mão da possibilidade de eleger, pela via escusa do Colégio Eleitoral, um Presidente seu, mas exige, por isso mesmo, que o Governo e as Lideranças do PDS não tomem esse gesto de sinceridade política como se fosse uma capitulação.

Digo-o, claramente, se quisermos trilhar os caminhos que têm sido trilhados há tanto tempo, nós teríamos a possibilidade de o fazer. Basta ver os resultados da votação da Emenda Dante de Oliveira. Basta estar atento aos desdobramentos da política nacional. Não nos seria difícil, no próprio Colégio Eleitoral, escolher um candidato nosso e ganhar. Abrimos mão desse caminho. Mas, ao abrir mão desse caminho e ao insistir, como o faremos daqui por diante, em que é preciso restabelecer o fio entre a Nação e as formas democráticas instituídas, é preciso que os que, hoje, sendo Minoria, detêm o Gover-

no, não se esqueçam deste fato: de que nós temos a maioria e temos a possibilidade, dado que o Colégio Eleitoral morreu, de enterrá-lo, usando-o para fazer funeral do próprio regime.

O Sr. Octávio Cardoso — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pois não, Senador Octávio Cardoso.

O Sr. Octávio Cardoso — Estou ouvindo, com muita atenção, o pronunciamento de V. Ex^a, como V. Ex^a bem o merece, um dos parlamentares mais brilhantes mais estudiosos desta Casa, mas acho que V. Ex^a está simplificando muito algumas posições. Primeiro, V. Ex^a vê na decisão do Congresso Nacional apenas a formação de dois Partidos: um que pretende mudança e o outro que é imobilista. Eu acho que V. Ex^a simplifica demais porque a votação se processou em torno de um projeto bastante simples que é a Emenda Dante de Oliveira. E, nesse projeto, é preciso reconhecer, muitos parlamentares do meu Partido se comprometeram a com ele votar. Entretanto, desde o momento em que o Presidente da República apresentou uma proposta de emenda constitucional mais ampla, houve uma revisão de posições e o número de correligionários que apoiaram as eleições, através da Emenda Dante de Oliveira, foi bastante menor do que o esperado pelo próprio grupo e pelas Oposições. Assim é que houve um fato isolado na fixação de posições e houve um fato novo na reversão de alguns posicionamentos. Como acho, também, que V. Ex^a simplifica muito ao dizer que o Colégio está morto. Eu acho que os parlamentares que preferiram votar com a Oposição, além do motivo próprio de quererem as eleições diretas, tinham também os seus posicionamentos regionais, os seus posicionamentos locais, já haviam antecipado uma posição a favor da emenda, da qual não podiam recuar. Mas eu penso que o Congresso se posiciona caso a caso, segundo a natureza da matéria que está em discussão. Eu penso que V. Ex^a não poderia, dado o brilho que caracteriza V. Ex^a, simplificar tanto as posições recém-ocorridas no congresso Nacional. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Eu agradeço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador pelo Rio Grande do Sul e, naturalmente, não cabe a mim avaliar o tamanho da avaria no barco do PDS. V. Ex^a terá possivelmente outra avaliação sobre o rombo ocorrido e pode até conformar-se de terem sido apenas 55, apenas a quarta parte, os que dissenteram...

Concordo com V. Ex^a. As posições, por sorte, hoje variam de tema para tema, razão pela qual assiste a nós, da Oposição, a esperança de que na discussão que faremos do projeto do Presidente da República, com as emendas que vamos apresentar, a maioria seja realmente suficiente para obtermos os 2/3 e restabeleceremos a ligação entre elites e o povo.

O Sr. Octávio Cardoso — Permite-me V. Ex^a outro aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pois não.

O Sr. Octávio Cardoso — A expectativa não é só de V. Ex^a. Nós temos também uma expectativa de que possamos chegar a bom termo nas negociações que a proposta enseja.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Vejo que o Senador pelo Rio Grande do Sul, meu homônimo Senador Cardoso, quem sabe possa chegar até a votar pelas "diretas já".

De qualquer forma, retomando o fio da meada, o fato de sermos majoritários, como somos democratas, ao in-

vés de estabelecer uma estratégia oportunista que passaria pelo colégio, nós preferimos o jogo limpo e aberto de um diálogo, nos termos em que o colocou o Presidente Ulysses Guimarães e que não difereim do que, em entrevistas recentes, apesar de comentários em outra direção, foi reafirmado pelo Governador Tancredo Neves, mostrando que, hoje, o PMDB, Bancadas, direção partidária e governadores, estão unidos em torno das idéias principais, das idéias-força que levarão este País a uma verdadeira democracia.

Diálogo com a Nação e, portanto, com o Governo, na medida em que este não se isole do País, é um fato normal na vida democrática, mas que espécie de diálogo e com que propósito e a partir de que foro?

Reafirmo o já dito aqui: certamente não pode ser o diálogo a partir de tropelias, como as mencionadas, de invasões reiteradas à Universidade de Brasília, da tentativa de fazer crer que tudo que não seja aceitação completa do que aí está passa a ser suspeito, porque levaria o regime a riscos insuportáveis.

Cabe-me, preliminarmente, rechaçar a conotação semântica que vem sendo dada à palavra negociação. De fato, na imprensa e na expressão de representantes do conservacionismo a "negociação" passou a ser palavra vazia, sem qualquer ponto concreto e sem que se defina quem negocia. Insinua-se, mas não se explicita. Deixa-se aflorar a interpretação de que as Oposições estão prestes a capitular, a render-se e a aceitar as eleições indiretas, o Colégio Eleitoral e, no limite, candidatos antipopulares.

Recuso de plano, qualquer diálogo, negociação, entendimento, ou que nome tenha, que implique em vender — fazer uma negociata — a mobilização popular, a troca de migalhas de participação num governo de coalizão, ou em alguma outra forma de transição que exclua a mobilização popular e que exclua aquilo que foi, de fato, o móvel de toda essa mobilização.

Recuso, também, a implícita visão bélica que vê na rendição a pré-condição para que o vencedor, por sua benevolência, conceda depois a democracia. Não se pode aceitar que o povo brasileiro seja tratado como se fosse o Japão de Hiroito, que massacrado pela bomba atômica, renasceu democrático a golpe das botas dos soldados norte-americanos. Negociação a partir de uma rendição, não é negociação, é capitulação e nós não aceitamos...

O Sr. José Lins — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Com muito prazer, nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Devemos entender que a condição *sine qua non* para que a Oposição aceite algum diálogo é que o PDS abra mão das eleições indiretas?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — V. Ex^a bem o disse.

Tampouco é aceitável a idéia de uma negociação que signifique um compromisso entre as elites. O acordo de elites tornou-se insubstituível num país que despertou suas populações para a política, graças à ação dos Partidos, das entidades da sociedade civil e dos meios de comunicações de massa.

De que valeria um acordo entre dez ou vinte cavalheiros, diante de uma greve ou de uma demonstração de rua feita por centenas de milhares de pessoas? Ruiria, a primeira dificuldade que, ocasionalmente, o movimento social produzisse. Ou, então, daria lugar, celeremente, à repressão e ao golpe. Não é por aí, portanto, que passam os caminhos da democracia.

Como então sair do impasse?

O PMDB e os demais Partidos de Oposição não têm outro caminho se não o de procurar, e logo, a sociedade civil para, juntamente, com os Partidos construirmos um

foro que legitime o diálogo, dê-lhe os marcos e permita que os pontos necessários para o avanço democrático tenham nitidez e forma.

Não proponho o assembleísmo, que também pode ser antidemocrático e até golpista, mas proponho que se aperfeiçoe e se formalizem os instrumentos de representatividade da sociedade civil para que, num centro único de informações, partidos e entidades com a OAB, a ABI, SBPC; a CUT, a CONCLAT a CNBB, as entidades representativas dos professores primários, secundários, universitários, de médicos, dos jornalistas, dos engenheiros e empresários discutam os tópicos do avanço democrático.

Certamente, se cada entidade se cada partido, inclusive os que não têm, ainda, sua legalidade reconhecida, participarem tumultuadamente desse *forum*, não por seus delegados instituídos, mas por meros aderentes, estarão dadas as condições para que o assembleísmo, que tumultua, mas não indica os caminhos claros e legítimos do que fazer, impeça um avanço. Se, entretanto, houver delegação responsável e representativa e se a essas entidades somarmos vozes expressivas, como as de Sobral Pinto, de Dom Hélder Câmara, de Chico Buarque de Holanda, de Fernanda Montenegro, de Carlos Drummond de Andrade, de Celso Furtado etc., teremos construído um Conselho Nacional para a Democracia que respaldará os partidos, aos quais caberá, por certo, referendar, individualmente, as opiniões e tomar as decisões políticas nesta etapa da luta democrática.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Comunico a V. Ex^a que o seu tempo já esgotou.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Estou terminando.

Certamente, um mecanismo desse tipo foi instituído na Espanha com resultados conhecidos. A agenda democratizadora não é tarefa fácil de ser estabelecida. Partiremos da vontade constituinte que brotou nas ruas. Em vez de atos institucionais, proclamados pela tropa em rebeldia, como em 1964, temos, agora, as emendas constitucionais que devem recolher o clamor da Nação.

Aceito o princípio das eleições diretas para a sucessão do General Figueiredo, resta tudo mais para ser feito. Nós não desejamos dar carta branca a quem quer que seja. As prerrogativas do Congresso e os controles do Executivo pelo Legislativo deverão ser ampliadas, inclusive, no que diz respeito ao controle dos orçamentos fiscal, monetário, e das empresas estatais. Existem inúmeras emendas nesse sentido, existem emendas de controle que vão até a instituição do parlamentarismo e que devem ser objeto de análise. Mas em qualquer caso, tanto a figura do Presidente, aceitável para o País, há de ser de alguém descompromissado com o continuísmo, como seja ele quem venha a ser eleito, do PMDB ou de outro partido, ou sem partido, não o queremos com os poderes ditatoriais que a atual Constituição atribui ao primeiro Magistrado.

Está na Ordem do Dia, também, o reequilíbrio da Federação. Há inúmeras emendas restabelecendo a divisão de poderes e restabelecendo, especialmente, o equilíbrio orçamentário entre os municípios, Estados e União. Sem dúvida alguma, este é outro tópico que precisa ser discutido e permite um avanço.

Estas modificações institucionais são todas da maior importância, mas não resume a elas os nossos pontos para o avanço democrático. Se não houver uma modificação substantiva, de base e de fundo, na política econômica e social, frustraremos o País. O PMDB e os demais partidos de Oposição insistem neste ponto e sobre eles as evasivas são constantes. Insistimos na necessidade e agora mesmo o Senador Henrique Santillo mencionou que militares também assim pensam — de uma moratória que permita ao País respirar. Insistimos na necessidade

de uma redefinição da política econômica para a retomada do crescimento. Insistimos na necessidade de acabar com a atual política salarial, que é uma política salarial que tolhe possibilidade, a sobrevivência dos trabalhadores.

O Sr. Passos Pôrto — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Pediria que não houvesse mais apartes, pelo fato de estarem inscritos vários oradores e mais um Líder. O tempo do orador está esgotado, ultrapassado em cinco minutos.

O Sr. Passos Pôrto — Sr. Presidente, permita V. Ex^a um ligeiro aparte ao Senador Fernando Henrique Cardoso, para me congratular com o discurso que S. Ex^a está fazendo e pela sua oportunidade. (Assentimento do Presidente.) Acho, nobre Senador, que, entre os frutos da Emenda Dante de Oliveira, apesar de não termos atingido o coeficiente constitucional, encontra-se, em primeiro lugar, o de que a sociedade brasileira se submeteu a uma deliberação do Congresso Nacional. Voltou o Congresso Nacional a ser o poder legítimo de canalização das aspirações, das lutas e das vicissitudes da sociedade brasileira. E, em segundo, é fato de que se abre, através da Emenda do Senhor Presidente da República, a oportunidade para uma miniconstituinte, onde devem entrar, justamente, essas aspirações que V. Ex^a, agora, está consignando no seu discurso, porque de nada valeria ao País eleger um Presidente da República nos moldes e na forma como está estabelecido no texto constitucional, se não fizesmos a democratização daqueles capítulos que vão diretamente ao encontro dos interesses da economia, da sociedade e das finanças do País, de modo que acho que é agora que estamos abrindo a grande perspectiva brasileira. Não seria aberta através, pura e simplesmente, da aprovação da Emenda Dante de Oliveira, mas a abertura que estamos fazendo, agora, é sobre um projeto amplo e abrangente, do Senhor Presidente da República, sobre o qual todos podem apresentar qualquer emenda, porque ele altera todos os dispositivos constitucionais e permite o debate e o diálogo em torno daquilo que é fundamental ao processo democrático, porque nada vale fazer-se eleição direta para Presidente da República, se continuarem os estrangulamentos na sociedade brasileira com dispositivos que não lhe permitam a democratização. A minha opinião está com V. Ex^a neste ponto, e é com ele que eu quero justamente me congratular, porque agora eu tenho impressão que nós estamos marchando para aquilo que é o fundamental, que é a democratização da sociedade brasileira em todos os seus setores. Este é o meu aparte.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pois não. Agradeço a V. Ex^a o aparte e, para ser breve, direi ainda que há um outro ponto essencial nessa agenda democratizadora. Este diz respeito à vida sindical. Já houve um avanço suficiente no Brasil, para que nós não continuemos atrelados a uma legislação sindical que é de inspiração fascista e que limita a possibilidade dos trabalhadores realmente se organizarem livremente no País.

Há, portanto, toda uma agenda que foi reiterada pelas oposições e que encontra eco, como vejo aqui, na palavra do Senador Passos Pôrto, entre setores do PDS. Sobre esses tópicos estamos dispostos a discutir, sem abrir mão daquilo que é próprio; como o mandato popular nosso, como firmeza nossa, que é a continuidade da luta pelas eleições diretas já. Estamos, portanto, dispostos a certo tipo de diálogo, mas não com as forças do continuísmo e, menos ainda, e não me refiro especificamente a ninguém nesta Casa, com os que se acomodaram com o expediente de corrupção que envergonha o País. Este é um outro ponto, com o qual as oposições não podem transigir e nem os homens de bem transigirão, qualquer que seja o seu Partido. Nesta fase de avanço democrático, nós precisamos, de uma maneira

absolutamente firme, atacar aquilo que é hoje um câncer, que avançou demasiado no aparelho de estado brasileiro: a corrupção.

Mas nós não poderemos, de maneira alguma, dialogar, ou que nome se dê, com quem represente medidas de emergência, com aqueles que, a pretexto de evitar o que alguns chamaram de baderna no País, que não houve, conseguiram fazê-la. Há uma pré-condição para qualquer avanço democrático no Brasil: é que se cancelem, já as medidas de emergência. Não é possível adotar uma política de ambigüidade, em que se propõe à Oposição o diálogo e, ato contínuo, na prática, como hoje, faz-se com que as tropas sejam utilizadas para impedir a manifestação livre de estudantes, de trabalhadores, de quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Eu renovo ao ilustre parlamentar o apelo, para que termine o seu discurso, porque temos uma alentada agenda de oradores que desejam usar da palavra nesta sessão. O tempo de V. Ex^a já está ultrapassado em dez minutos.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Eu só queria, para terminar, dizer o seguinte: até hoje, o que tenho visto e ouvido sobre negociação, são rumores, que não sei de onde surgem, e que aparecem na Imprensa, que são ouvidos pelo rádio, e às vezes, pelas televisões. Rumores que envolvem a muita gente, até a mim, e não passam de rumores. Rumores que, às vezes, eu até suspeito de quais sejam os seus objetivos. Não vi até agora, realmente, nada mais do que tentativas do "crê ou morre". Assim como há pouco o Senador José Lins me perguntava se para nós, da Oposição, só tem sentido o diálogo para avançar a democracia a partir das eleições diretas já, eu pergunto: e aos Srs. do Governo, só tem sentido o diálogo, se for para votar sim às eleições indiretas? Não ouvi, até agora, nenhuma proposta concreta sobre nenhum dos pontos aqui mencionados. Pediria até que se instituissem quem pode falar, não pela imprensa, não por rumores, mas formalmente, e quem sabe pudessem vir de participar disso que chamei hoje de Conselho Nacional para a democracia, para verem como brota, realmente, na sociedade, uma vontade constituinte, e — quem sabe? — como parte que são deste País, fossem capazes até de convencer a sociedade civil de que têm razão; até agora, não conseguiram. Mas sem que haja uma disposição efetiva e não meramente verbal, de avanço democrático, as Oposições não vão aceitar uma negociação política como se fosse apenas um cochicho ao ouvido do príncipe. Elas continuarão entricheiradas onde estão, na vontade da maioria da população. Nós queremos, sim, avançar passos no rumo à democracia, estamos dispostos a constituir — pelo menos assim penso — um movimento pela Democracia, que junte à sociedade civil com os partidos. Mas nós, de maneira alguma, estamos dispostos a fazer com que tudo isso ocorra como se fora simplesmente uma manobra, e nos transformar em instrumentos, em juguete da política que não é nossa, mas de outrem.

Achamos que temos os nossos interlocutores, os Presidentes dos nossos Partidos falam por nós, têm a delegação reiterada de todos nós, temos como fazer-nos ouvir. Esperamos que haja sinceridade efetiva da parte do Governo, para que haja credibilidade; que daqui para a frente qualquer proposta seja clara, feita em público, feita com transparência, com nitidez, ponto por ponto. E que em cada ponto a argumentação usada não seja uma, em conversa privada; e outra, na discussão pública. Mas que venha límpida e íntegra, para que a sociedade possa julgá-la e quem sabe avalizá-la.

Termino, Sr. Presidente, saltando algumas partes do discurso que tinha preparado, para dizer o seguinte: é certo, que hoje existe uma vontade constituinte tão forte, que até mesmo aqueles que sempre denegaram importância maior ao tema da Assembleia Nacional Consti-

tuínte, propõem emendas que têm quase o alcance de uma minirreforma constitucional. Mas isso não substitui uma Assembleia Nacional Constituinte. Não substitui, porque nenhum de nós foi eleito com esse mandato: Temos, sim, a capacidade, como fizemos, de aprovar ou até de brear modificações na Constituição; mas nós não temos a clareza, não recolhemos no debate, nos comícios, na votação que recebemos, de um mandato definido sobre que tipo de Constituição queremos para este País, e não haverá democracia sem isso. As oposições estão dispostas, sim, a avançar, mas acredito que este avanço passa pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, e até certo ponto é temerário propor formas de Governo, propor mecanismos de mandato, propor a reeleição de Presidente da República, contra toda a tradição Republicana, sem que tenhamos ouvido quem quer que seja no País a este respeito.

Fico, portanto, com a proposta feita pelo Presidente do meu Partido, em memorável discurso realizado esta semana, na qual diz que para a reordenação jurídica do País é necessário que os que venham a ser eleitos, em 1986, o sejam com o mandato expresso de refazer a Constituição. E me parece que esses pontos são fundamentais para que balizemos qual é o caminho da democracia. Não está portanto a Oposição, e menos ainda o PMDB, como muitos querem fazer crer à opinião pública, entricheirada na intransigência; ao contrário, está entricheirada em princípios, está entricheirada na crença de que não é possível o avanço democrático sem contar, efetivamente, com a sociedade e com a mobilização popular, da qual não abriremos mão. Não aceitamos a idéia de que ou se negocia, ou se mobiliza. Não é assim. Sem mobilização popular, o diálogo é vazio; sem que nós realmente falemos em nome de alguém ou de muitos, que estão por trás do que nós dizemos, as nossas palavras transformam-se em mero acordo de elites, que se vai desfazer ao primeiro embate com uma sociedade que hoje é tão vigorosa. Nós preferimos ficar, entricheirados na sociedade do que correremos o risco de capitular, mesmo que tenhamos tido a mais alta motivação, nos corredores palacianos.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra, como Líder do PTB, ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Este ano, o mundo jurídico recorda a inclusão, no texto constitucional de 1934, portanto há meio século, do instituto do mandato de segurança, obra e sugestão de João Mangabeira.

Há quarenta anos, na Faculdade de Direito da Bahia, ele parainfava a turma de bacharéis que tinha como patrono Rui Barbosa, de quem ele foi o mais dedicado e brilhante discípulo. Há vinte anos, a morte o retirava do meio dos vivos.

Na Bahia, hoje, sua memória é recordada e a sua obra é exaltada. Tem o Congresso Nacional depoimentos da maior valia, da maior autoridade, sobre esta grande figura que foi João Mangabeira. Ocupou a tribuna desta Casa o eminente Senador Paulo Brossard, que deixou nos Anais um testemunho amplo, minucioso, brilhante, da atuação heróica e brava de João Mangabeira. Também o nosso eminente colega Luiz Viana Filho, ao estudar o homem e o político, recordou lances da vida daquele que seria, no Brasil, o primeiro a sustentar a necessidade da fundação de um partido realmente socialista.

É impressionante recordar, Sr. Presidente, que formado aos 17 anos pela Faculdade de Direito da Bahia, ele não conseguia obter o cargo de Promotor Público, porque o então Governador Luiz Viana, o achava extrema-

mente moço. Depois, — e me valho do testemunho de Luiz Viana Filho — foi ele para Ilhéus e, como dizia, pobre e só. Agora, me valho do testemunho de Hermes Lima, ao recordar aquele julgamento que tornou famoso na importante cidade baiana. Era um réu miserável que ele defendia. Hermes Lima conta:

“O promotor replica — aquele moço que iniciava a carreira — o advogado de defesa sempre de memória, lhe indica páginas, lhe corrige nomes, lhe situa depoimentos. Nessa altura, ninguém pensava mais no réu. Era a revelação de um orador, a afirmação de um advogado, a descoberta de um talento que toda Ilhéus vinha de. A cidade não falou, durante dias seguidos, de outra coisa.”

Mas, uma feliz coincidência levaria, em 1906, o Governador José Marcelino à cidade de Ilhéus, e João Mangabeira, o jovem João Mangabeira, foi destacado para saudá-lo. João Marcelino iria a Minas Gerais e ao Rio de Janeiro com uma grande comitiva, mas a oração de João Mangabeira foi tão brilhante que o governador José Marcelino o incorporou em sua comitiva, e João Mangabeira foi o grande orador não só em Minas, como no Rio de Janeiro. Aí se iniciou a sua fulgurante carreira política, da qual uma das passagens, sem dúvida, mais emocionante que tive a oportunidade de acompanhar foi quando o poder ditatorial o retirou da Câmara dos Deputados para, juntamente com os Deputados Abguar Bastos, Otávio da Silveira, Domingos Velasco e o Senador Chermont, sofrerem uma longa detenção. Do fundo do cárcere, João Mangabeira impetrou sucessivos *habeas-corpus*, lembrando aquela mesma posição que Rui Barbosa, o seu mestre, havia assumido em defesa dos brasileiros que, no tempo do Marechal Floriano, eram excluídos da vida política enviados para o exílio, para as torturas e as incertezas de Cucul. Mas não quero me furtar, ao recordar a presença de João Mangabeira na vida pública brasileira, de deixar de incluir nos anais esta sua afirmação que dia a dia se torna mais oportuna:

“Os nossos partidos políticos — dizia Mangabeira — continuam a olhar para um mundo que passou, e a repetir os velhos programas, as velhas manobras, os velhos equívocos. Nenhum partido, porém, exclusivamente político, conseguirá, hoje, impressionar e muito menos arrastar as massas. Ou os partidos levantam e sustentam questões sociais, problemas sociais, ou o povo lhe dará as costas, numa indiferença merecida.”

João Mangabeira, Sr. Presidente, pertencia a uma família privilegiada. Seu irmão, Francisco Mangabeira, cuja memória foi recentemente exaltada, nesta Casa, pelo nosso eminente colega Jorge Kalume, saiu, médico recentemente formado, poeta, para a Amazônia e participou das lutas pela conquista do Acre, e ali morreu vítima das doenças contraídas. Seu outro irmão — com quem quase todos convivemos, foi o inolvidável Octávio Mangabeira. E na Constituinte, em 1934, por feliz coincidência, ali se encontravam os três Mangabeira: na ausência de Francisco Mangabeira há muito falecido, estavam, além de João e Octávio, Carlos Mangabeira que cedo emigrara para o Estado do Rio Grande do Sul, que na sua cidade de Bagé conquistara não só a prefeitura como o direito de representar o povo sul-rio-grandense no Congresso Nacional.

Para evocar, neste dia em que a Bahia lembra João Mangabeira, foi que pedi a palavra para que, nós que acompanhamos e vivemos a luta daquele grande brasileiro, não possamos esquecer-lo neste dia. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Octávio Cardoso, que falará como Líder.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO, PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, para uma comunicação inadiável.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, junto com parlamentares, com Deputados, estivemos há poucos instantes na Universidade de Brasília. Parece mentira mas quando se imaginava, e a Imprensa de hoje publicava que o dia era tranquilo, amanhecia em paz, absolutamente normal, os estudantes se reuniram no *campus* da Universidade e, em meio à reunião, apareceram as tropas da Polícia invadiram o *campus* da Universidade, e bateram em estudantes, prenderam estudantes, prenderam jornalistas, apreenderam as máquinas fotográficas dos jornalistas, levaram presos os jornalistas e levaram preso, inclusive, o Presidente da União Nacional dos Estudantes, que não se sabe, a esta altura, onde está.

É profundamente estranhável esse tipo de procedimento, Sr. Presidente. Se os estudantes estão reunidos, estavam debatendo internamente algo que se poderia discutir, debater, a nível de reitor de universidade, se ele tivesse tranquilidade para isto, mas que terminaria por encerrar a reunião e os estudantes voltariam tranquilamente às suas casas. Por que os militares dentro do *campus* da universidade? Por que os militares invadem a universidade? Por que os militares prendem os estudantes e prendem o Presidente da União Nacional? Até numa provocação dos militares aos estudantes em prendendo o Presidente da UNE, querendo que tenham uma contraprestação dos estudantes pelo Brasil afora: — Está preso o nosso Presidente, nós temos que reagir e temos que fazer uma manifestação.” Poder-se-ia dizer: — mas os estudantes não deveriam se reunir ali no *campus* da universidade. Eu até não discuto, mas, iam-se reunir onde? Em uma atitude normal dos estudantes estarem reunidos, entrarem as tropas, entrarem os camburões, a dissolveram a reunião, prenderam os estudantes, prenderam o Presidente da UNE, lançaram bombas de gás lacrimogêneo, davam tiros para o ar. Por quê?

Qual é o significado, qual é a razão, qual é o motivo?

Eu não sei, Sr. Presidente mas me parece que o General Cruz não ficou satisfeito em ver Brasília amanhecer tranquila. Parece-me que o General Cruz, em lendo os jornais de hoje e os jornais dizendo que a Capital está tranquila, está em ordem, que os estudantes retornaram as aulas, o Congresso está funcionando normalmente, parece que isso o deixou agitado, o deixou irritado em busca de um fato no sentido de criar um fato novo para perturbar aquilo que absolutamente não existia.

O Sr. Mário Maia — Permite-me uma ligeira intervenção, nobre Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON — Ouço V. Ex^a.

O Sr. Mário Maia — A solução é a que eu já pedi aqui nesta Casa: submeter o General Cruz a um exame de sanidade mental.

O SR. PEDRO SIMON — Eu não vou a tanto, mas eu iria a outro fato, já que V. Ex^a a ele se refere.

Eu imaginava, Sr. Presidente, que, pelas normas militares, o General Cruz tinha que ser obrigatoriamente o executor das medidas de emergência. A grande verdade é que ele não tem nada que ser o executor. É porque o General Figueiredo indica. Porque o General Figueiredo poderia indicar qualquer um outro General que não o General Cruz. Logo, o General Figueiredo é co-responsável pelo que o General Cruz está fazendo. Por-

que poder-se-ia dizer, mas é a primeira vez, ele está surpreendendo, está — se revelando. Não. Um homem que afirma que a sua alegria será o dia que conseguir fechar o Congresso Nacional, não me parece que seja um homem que tenha investidura para o cargo em que ele está investido.

Sr. Presidente, eu quero formular um protesto e quero dizer a V. Ex^a que eu acho que a Mesa do Congresso poderia e deveria tomar providências no sentido de buscar saber onde está o Presidente da União Nacional dos Estudantes e determinar, ou solicitar, ou tentar conseguir a imediata soltura do Presidente da UNE e dos estudantes que com ele foram presos. Os repórteres da equipe da *Manchete*, parece que já foram soltos, parece, eu não posso afirmar, mas o presidente da UNE está preso. E, se amanhã, Sr. Presidente, sair uma manchete nos jornais do Brasil “Preso o presidente da UNE em Brasília”, vão se reunir centenas de assembleias de estudantes em todas as faculdades brasileiras, no sentido de fazer a mobilização, justa, dos estudantes para exigir a soltura do Presidente da sua entidade.

Se isso quer o General Newton Cruz, será que isso é o que nós queremos, Sr. Presidente? É o que nós desejamos?

Por essa razão, no momento em que eu vejo, Sr. Presidente, em que se falava, e o nobre Líder do Governo dizia, com muita autoridade, que existem pessoas querendo desestabilizar o Governo, eu lhe perguntaria: será que o General Newton Cruz não é uma dessas pessoas que deseja desestabilizar o atual Governo? Será que ele prestou algum serviço ao Governo com essa medida? Será que ele somou para o Governo, que ele diz representar, com essa medida?

Eu trago o protesto mais veemente da Bancada do PMDB, pela atitude dos militares com relação à invasão da Universidade de Brasília.

E lá me diziam Sr. Presidente, os repórter fotográficos, de um modo especial, porque eles dizem que são os que mais perdem, porque, de um modo especial, a polícia vai em cima das máquinas fotográficas, porque as máquinas fotográficas revelam o que está acontecendo e são os pegos em primeiro lugar.

Em segundo lugar, levam as máquinas, como está acontecendo, e não devolvem as máquinas, muitas vezes propriedade dos jornalistas e fotógrafos que não têm condições de comprar outra. É o que aconteceu hoje, lá, Sr. Presidente, onde as máquinas fotográficas foram apreendidas e os fotógrafos vinham-nos pedir socorro porque não sabiam o que fazer para recebê-las de volta.

Sr. Presidente, acho que a providência da Mesa do Senado no sentido de buscar a soltura dos estudantes, todos, é claro, mas salientando a do presidente da União Nacional dos Estudantes, é algo que me parece essencial neste momento, e, de nossa parte, acho que, a essa altura, o clima de intranquilidade que existe no País, o levantamento das medidas de emergência para, até, como diz e defende muito bem o meu Partido, se possa iniciar qualquer busca de entendimento, é algo indispensável e que consideramos fundamental. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Anotado o pedido de V. Ex^a, encaminhá-lo-ei ao Sr. Presidente, Senador Moacyr Dalla.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Eunice Michiles — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Alexandre Costa — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Marco Maciel — João Lúcio — João Calmon — Roberto Saturnino — Alfredo Campos — Mauro Borges — José Fragelli — Affonso Camargo — Leônir Vargas

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento cuja leitura será feita pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 52, DE 1984

Nos termos do art. 198, alínea "d", do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 2 seja submetida ao Plenário em 1º lugar.

Sala das Sessões, 27 de abril de 1984. — **Itamar Franco**.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Em votação o requerimento lido.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O Sr. Itamar Franco — Peço a verificação da votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Vai-se proceder à verificação solicitada. (Pausa.)

Sendo evidente a falta de número, a Presidência irá suspender a sessão pelo tempo a isso destinado e fará acionar as campanhas, a fim de que os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes dirijam-se ao plenário, se assim o entenderem.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas e 30 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 40 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Está reaberta a sessão. Persistindo a falta de quorum, a Presidência se dispensa de proceder a verificação requerida.

O requerimento está prejudicado.

Em consequência, as matérias da pauta, itens nºs 1 a 6, constituída dos Projetos de Resolução nº 127/82; Requerimentos nºs 857/83, 6/84 e 896/83; e Projetos de Lei do Senado nºs 280/80 e 21/83, todos em fase de votação, deixam de ser submetidos a votos, ficando sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Tem a palavra o nobre Senador Octávio Cardoso.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins, por cessão do Sr. Senador Fábio Lucena.

O SR. JOSÉ LINS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Não foi das mais felizes a medida tomada no Governo Castelo Branco, pelo General Juarez Távora, Ministro dos Transportes, eliminando, de plano, os chamados "ramais deficitários" da Rede Ferroviária Federal, como se fosse função de empresas públicas de transporte dar lucros ao Estado, esquecido o seu papel econômico-social.

Acontece que esses ramais ferroviários serviam a centenas de cidades, que baseavam nesse tipo de transporte tanto o escoamento da sua produção como o transporte de passageiros das classes menos afortunadas.

Na medida em que se agrava o custo da gasolina e do óleo diesel, mais onerosa se torna a carga sofrida por essas populações, no atendimento à necessidade de locomoção, quando, nas condições de hoje, a tarifa, por passageiro ou carga transportada, é pelo menos dez vezes superior, se utilizado o caminhão ou o ônibus, ademais incrementado o consumo dos combustíveis, que continuamos a importar para atendimento a pelo menos um terço das necessidades nacionais.

Por isso mesmo, multiplicam-se os protestos dos municípios prejudicados e, nesse sentido, a Câmara Municipal de Petrópolis aprovou, por unanimidade, requerimento de autoria do Vereador Antônio Elias da Cruz Gonçalves, no dia 3 do corrente, pedindo o retorno dos trens àquela cidade, assunto que vem sendo entusiasticamente debatido pela imprensa petropolitana.

Assinala o documento ser do conhecimento geral a dificuldade enfrentada pelos governos municipais, no que tange ao encontro de soluções para o transporte de massas, apelando-se para elevados, trens subterrâneos e metrô de superfície, cujos custos, na desapropriação de áreas e na instalação de cabos e galerias, é cada vez mais elevado, inviabilizando o empreendimento, por atingirem até cinquenta por cento das despesas totais.

Ora, Petrópolis, até o fim do século, alcançará quinhentos mil habitantes e, conhecida sua caprichosa topografia, é fácil convir como se tornarão difíceis os transportes locais e intermunicipais, impondo-se, desde logo, fundamentos para a futura construção de pré-metrô, ou soluções outras de transporte de superfície.

Se não se pode restaurar a ferrovia que sempre serviu a cidade, nem seria admissível alienar seu antigo leito, imperativas se tornam providências do Legislativo e do Executivo, visando à adoção de medidas concretas que protejam um patrimônio legado às atuais gerações pretéritas.

Por isso, concordamos com a sugestão do esclarecido vereador petropolitano, no sentido de que a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima desista da venda desses imóveis, que resultaria num insignificante reforço de caixa, conservando como está o leito da ferrovia.

Era o que tínhamos a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES (PDS — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Decorridos cinco anos consecutivos de seca e com os primeiros meses de 1984 de chuvas intermitentes, eis que, a partir da segunda semana de março próximo passado, o inverno, que se antecipara no Sul do Estado, passou a cobrir toda a geografia do Piauí. Assim é que, inclusive nas faixas limítrofes com o Ceará, Pernambuco e Bahia, vale dizer, de Pio IX a São Raimundo Nonato, chuvas continuadas passaram a banhar as terras ressequidas do meu Estado. Chuvas temperadas, sem exageros, sem aguaceiros, sem excessos, mas que já encharcaram o solo piauiense, sedento ao longo de um lustro.

É bem verdade que populações ribeirinhas, principalmente dos rios Parnaíba, Poti e Longá, em Teresina,

União, Luzilândia, Parnaíba e outras cidades, foram atingidas por enchentes. Casas destruídas, populações deslocadas. É a dolorosa repetição dos problemas das famílias pobres, praticamente sem lar e sem terra, em permanente luta pela sobrevivência, porque é exatamente à beira dos rios que encontram condições mais favoráveis de moradia.

Fato particular registro na cidade de Picos, provocado pelo riacho Santo Antônio, que nasce nos limites de Fronteiras e São Julião. Raros os anos em que produz enchentes. Digo mesmo que poucas vezes as águas cobrem todo o seu leito, isto é, levam a correnteza das nascentes à foz. Mas quando tal ocorre, nas épocas de chuvas copiosas, o Santo Antônio cobra respeito e não pede licença para passar.

Ocorre que ligando Picos a Petrolina, passando por Jaicós e Paulistana, existe a BR 407. Dez quilômetros distante de Picos, exatamente no lugar Varzinha, passa o riacho Santo Antônio, sobre o leito do qual os construtores daquela rodovia edificaram pequena bateria de bueiros.

É que em geral, pelo menos em termos de Piauí, a engenharia esquece o passado e despreza a memória local. Em decorrência, quase sempre as obras d'arte são construídas sem observância do volume das águas, medido nas épocas invernosas abundantes. O resultado não poderia ser mais desastroso. Nos períodos de chuvas copiosas os bueiros, os pontilhões e as ponte subdimensionadas não oferecem vazão suficiente e as pistas das estradas, bem compactadas e coroadas de fita asfáltica, passam a funcionar como autênticas barragens. E as águas acumuladas, cobrindo, invariavelmente, extensas áreas a montante provocam a destruição das plantações e de gados, algumas vezes de vidas humanas.

Foi o que infeliz mas exatamente aconteceu na tarde do último sábado nas vizinhanças de Picos, na dita Samambaia, localidade em que as plantações, constituídas de grandes partidas de milho, feijão e algodão, além de outras, foram totalmente destruídas pelas águas do riacho Santo Antônio, barradas no lugar Varzinha pela estrada BR 407.

Centenas de pequenos proprietários, de gente humilde, de famílias pobres, de pequenos agricultores, cujas áreas das glebas de que são proprietários, em média não ultrapassam a casa dos vinte hectares, ficaram sem o produto do inverno, do esforço despendido durante meses, com a agravante da perda completa da safra agrícola nos precedentes cinco anos de seca.

O pior é que a produção já estava assegurada, os frutos da semeadura aguardando a colheita. As águas represadas cobriram as plantações e, cobrindo-as, sepultaram, mais do que as expectativas e as esperanças, a segurança e a certeza da alimentação durante os longos meses de espera do inverno vindouro.

Calamidade restrita, localizada, envolvendo, porém respeitáveis direitos de gente, em sua quase totalidade, carente, entendo que os prejudicados não podem suportar, passivamente, os sofrimentos que não provocaram, os prejuízos que lhe forem impostos. A causa dos males deve-se à inexistência de passagem apropriada, ampla, pela BR 407, das águas do Santo Antônio. A culpa, portanto, recai sobre o Governo federal, que, espontânea ou judicialmente, deverá ressarcir os danos que, por negligência ou incompetência de seus agentes, provocou.

De outra parte, Sr. Presidente e Srs. Senadores, desejo também focalizar, na oportunidade, assunto que deve merecer reflexão e imediatas providências do Ministério da Agricultura.

Expressiva é a produção de alimentos, este ano, em todo o Piauí. Mas, infelizmente, os preços dos cereais não estão acompanhando a realidade dos cursos de produção. Assim é que, por exemplo, o saco de feijão com cinquenta quilos, que até fevereiro último alcançou preço elevado, variável, entretanto, a partir de março, entre sessenta a setenta mil cruzeiros, caiu recentemente

para vinte e cinco mil cruzeiros, com tendência para o aviltamento completo.

Os preços dos gêneros e utilidades, em geral, crescem a cada mês, a cada semana; enquanto isso todo o dia diminui a capacidade aquisitiva do agricultor piauiense.

Lembro-me de que quando foram praticamente retirados, através do processo gradual de elevação dos juros, os incentivos às atividades agrícolas, o Ministério da Agricultura defendeu a medida com a peremptória afirmação de que justos preços seriam pagos aos produtores, tempestivamente e em âmbito nacional, através do denominado esquema de preços mínimos.

Sabem todos que o Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, instituiu "normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários".

Estabeleceu de início que "a União garantirá os preços dos produtos das atividades agrícolas, pecuária ou extrativa..." (art. 1º), através da compra dos produtos, pelo preço mínimo fixado, e da concessão de financiamento, com opção de venda (art. 4º).

Ao depois, determinou que os preços básicos serão fixados por decreto do Poder Executivo (art. 5º), que a Comissão de Financiamento da Produção — CFP é o órgão incumbido de dar execução às normas legais pertinentes (art. 9º) e que as compras e financiamentos serão realizados diretamente pela CFP, ou mediante contratos, acordos ou convênios com o Banco Central, Banco do Brasil SA, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Bancos oficiais federais, Bancos oficiais regionais, Bancos oficiais dos Estados (art. 13 e também o art. 2º, IV, do dec. nº 77.092, de 28-01-76), e outras entidades públicas e privadas.

Por último o Decreto nº 89.533, de 9 do mês em curso, que fixou preços mínimos para financiamento e aquisição de produtos de origem agrícola, atribuiu, no que diz respeito às regiões Norte e Nordeste, safra de 1984, tendo em vista a realidade nacional, baixos preços, ainda que corrigidos, para o milho, o feijão e o algodão.

É bem verdade que não podem ser tachados de aviltantes, mas estão longe de guardar compatibilização à espiral inflacionária que a todos atormenta.

Sofre, portanto, o pequeno agricultor, acossado pela insatisfação do preço e pelo temor da burocracia bancária. De outro lado os agentes financeiros, quase sempre com deficiência de pessoal e de armazéns apropriados, não estimulam a realização de tais negócios.

O sistema dos preços mínimos, todavia, precisa ser acionado imediatamente. Aliás, já deveria estar operando. A procrastinação será negá-lo, importará em desserviço à comunidade agrícola do Piauí.

Sr. Presidente e Srs. Senadores. Dirijo-me, agora, aos Ministros do Interior, dos Transportes e da Agricultura. Que as populações atingidas pelas enchentes sejam socorridas; que os estragos e rupturas nas pistas das estradas, depois de avaliados para efeito de indenização, sejam prontamente recuperados, assim como construídas obras d'arte de maior envergadura para evitar a repetição de fatos lastimáveis como os há pouco verificados na fazenda Samambaia, em Picos; que, finalmente, os preços mínimos sejam uma realidade, para estabilizar confiança e restituir aos agricultores a segurança indispensável à execução das tarefas do desgastante e duro trabalho no campo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Uma nação que aspira ao desenvolvimento pleno e integrado precisa atentar para o setor das telecomunicações, pois ele desempenha papel destacado na consecução da unidade e integração do País. Podemos, feliz-

mente, afirmar que o Brasil conseguiu avançar enormemente neste setor, superando nas últimas décadas o estágio pré-industrial em que se encontrava, no rol das nações capazes de ostentar um sistema moderno e eficaz, habilitado a interligar seus mais distantes rincões e a comunicar-se com as demais nações.

Com efeito, vínhamos assistindo a uma evolução sem precedentes nesse particular, inclusive com disseminação dos benefícios oferecidos pela tecnologia moderna, aplicada às telecomunicações, entre as comunidades de todas as regiões do País. As sedes municipais brasileiras foram, em sua totalidade, interligadas pelo sistema nacional de telecomunicações — conquista concretizada ainda em 1982, quando se comemorava o 10º aniversário da instituição da TELEBRÁS — ao mesmo tempo em que se ampliou a oferta de serviços de telecomunicações às vilas e povoados do interior, colocando ao alcance do homem do campo um instrumento vital para seu desenvolvimento e promoção social.

Mais não se fez, nesse campo, face às graves restrições financeiras a que as empresas de telecomunicações estão submetidas nos últimos anos.

É esse um esforço que, pelos êxitos obtidos e pela decisiva importância de que se reveste, não pode ser comprometido no momento em que se abate sobre a nação brasileira a grave crise econômica que ora enfrentamos. Cabe considerar, em primeiro lugar, que a gigantesca malha de telecomunicações, que tanto sacrifício custou construir e imensos benefícios vem prestando ao País, não se pode condenar ao abandono e à deterioração, sob pena de retardar irremediavelmente o desenvolvimento nacional e comprometer seu futuro.

Além disso, o processo que o Brasil desencadeou, com tanto êxito, há de ser continuado e aprofundado, nesse campo, mediante ampliação da rede de telecomunicações pelo interior do País, com atenção sobretudo para as regiões que, como o Nordeste, encontram-se defasadas em sua marcha para o desenvolvimento.

Permitam que reporte, a propósito, o esforço que vem desenvolvendo a Telecomunicações de Pernambuco S.A., que, sob a lúcida direção de seu presidente, Gildarte Giambastiani, vem obtendo expressivos sucessos na interiorização dos serviços telefônicos. Basta referir, para ilustrar esses êxitos, que em apenas dois meses 168 novas localidades passaram a ser atendidas por esses serviços, o que representa 13% de um total de 1.263 novos postos previstos em projeto recentemente aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste para o Estado; ressalte-se que até o final do corrente ano, segundo informou o presidente na reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, deverão completar-se 300 novas localidades atendidas por telecomunicações.

Propôs, na oportunidade, o presidente Gildarte Giambastiani, que naquele colegiado representa o Ministério das Comunicações, que o chamado Projeto Nordeste, que o Governo Federal está iniciando na região, através da SUDENE, coloque as telecomunicações, ao lado dos igualmente decisivos setores de energia e transporte, entre as prioridades do empreendimento.

Considerando ser o Projeto Nordeste iniciativa de vulto, sobre a qual repousam grandes esperanças de efetivas mudanças na estrutura econômica da região — uma vez que se trata de empreendimento destinado, sobretudo, a atender ao pequeno e médio produtor rural nordestino, numa atuação que busca integrar as atividades dos diversos órgãos e entidades voltadas para a promoção do desenvolvimento regional — faço um apelo aos ministros Mário Andreazza e Delfim Netto para que seja incluído entre as prioridades da programação o igualmente valioso instrumento em que se constituem as telecomunicações.

Observa Giambastiani, com cujo concurso tive a honra de contar, em meu governo em Pernambuco, nas mesmas funções que ora exerce com brilhantismo e eficiência — que as telecomunicações conformam, juntamente com

os setores de energia e transporte, tripé fundamental para o desenvolvimento, que deve ocorrer de forma harmônica e integrada para atingir o objetivo básico do Projeto Nordeste — que é, em última análise, o objetivo maior de toda a ação de governo —, qual seja, o bem-estar do homem.

Estar-se-á, dessa forma, Sr. Presidente, Srs. Senadores, agindo em coerência com o grande esforço despendido, sobretudo na última década, pela nação brasileira, aprofundando as conquistas já obtidas e estendendo ao homem do campo, em especial aos humildes lavradores do sertão nordestino, os benefícios que o progresso já colocou à disposição dos brasileiros de outras plagas.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 127, de 1982, de autoria da Comissão Parlamentar e Inquérito, que aprova as conclusões e recomendações do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 69, de 1978, tendo

PARECERES, sob nºs 1.090 a 1.092, de 1983, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça** — 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e da Emenda de Plenário, com duas subemendas que apresenta; 2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do substitutivo da Comissão de Minas e Energia; e

— de **Minas e Energia**, favorável, nos termos do substitutivo que oferece.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 857, de 1983, de autoria do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos dos arts. 75, a, 76 e 77 do Regimento Interno, a criação de uma Comissão especial, composta de 7 (sete) membros, para, no prazo de 90 (noventa) dias, examinar e avaliar denúncias publicadas na Imprensa brasileira sobre fraudes nos fretes de distribuição de derivados de petróleo, bem como a extensão de subsídios concedidos ao setor petrolífero, tendo

PARECER ORAL, proferido em Plenário, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável

3

Votação, em turno único, do Requerimento nº 6, de 1984, de autoria dos Senadores Aderbal Jurema e Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do inciso I do art. 418 do Regimento Interno, a convocação do Senhor Ministro Jarbas Gonçalves Passarinho, do Ministério da Previdência e Assistência Social, a fim de que, perante o Plenário, preste informações sobre a crise econômica e financeira da Previdência e Assistência Social.

4

Votação, em turno único, do Requerimento nº 896, de 1983, de autoria da Senadora Eunice Michiles, solicitando, nos termos dos arts. 75, e, 76 e 77, do Regimento Interno, a criação de uma Comissão Especial Mista, composta de 5 (cinco) Senadores e 5 (cinco) Deputados, para no prazo de 90 (noventa) dias avaliar os resultados da Zona Franca de Manaus bem como propor medidas de reorientação de sua política, examinando ainda os motivos e causas da fragilidade do modelo da Zona Franca de Manaus.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Economia)

5

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar Tribunais com jurisdição em todo o território nacional, tendo

PARECER, sob nº 634, de 1983, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido do Senador José Ignácio Ferreira.

6

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, que dispõe sobre a redução do preço do álcool para venda a proprietários de veículos de aluguel empregados no transporte individual de passageiros, mediante subsídio, nas condições que especifica, tendo

PARECER, sob nº 710, de 1983, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALOYSIO CHAVES NA SESSÃO DE 23-4-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ALOYSIO CHAVES (PDS — PA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O nobre Líder Senador Humberto Lucena, coadjuvado por vários Senadores da Oposição, fez uma verdadeira catilinária contra o Governo, acusando-o de se utilizar de um dispositivo constitucional claro para prevenir possível perturbação da ordem pública e o pleno funcionamento do Congresso Nacional, a fim de criar dificuldade e exercer constrangimentos sobre os que pretendem votar a Emenda Dante de Oliveira.

Fez-se, na realidade, uma verdadeira inversão dos fatos. Não censuramos o movimento que o PMDB e outros Partidos encetaram em prol da realização de eleições diretas no Brasil; não criou o Governo nenhum impedimento, não erigiu nenhum obstáculo à realização dos comícios públicos que se multiplicaram nas capitais e nas cidades do interior do Brasil. Não há, de iniciativa do Governo, nenhuma medida que direta ou indiretamente possa ser invocada como um obstáculo adrede preparado para impedir ou frustrar os movimentos populares, as concentrações populares, políticas, os comícios que foram realizados em vários pontos do País.

Mas, ao lado dessa determinação da direção dos principais partidos da Oposição, criou-se um grupo que foi sendo arregimentado, que foi sendo ativado, que foi sendo acionado com uma técnica indiscutível, conhecida porque repetidas vezes utilizada pelos radicais de esquerda, que pretendeu desvirtuar os objetivos desse movimento. Os fatos são sobejamente conhecidos, mas para desvirtuar esses objetivos montou-se um plano inteligente, um plano quase diabólico, que pretendia levar gradualmente a todos os parlamentares e a todos os setores envolvidos na decisão da Emenda Dante de Oliveira, a um clima de coação, de constrangimento inadmissível. Não partiu do PDS a divulgação desses fatos, nem das notícias que se agasalham em jornais que não têm manifestado a simpatia ou preferência pelo Governo Federal. Na realidade, estão em vários jornais notícias de fatos incontestáveis, tão incontestáveis que não foram retifica-

dos, que não sofreram contradição, e esses fatos todos é que vieram mostrando, pouco a pouco, como na realidade essa trama estava sendo urdida, até chegar o dia da votação da emenda Dante de Oliveira.

Apenas para respigar este assunto, eu me referirei a uma notícia publicada em uma coluna do **Jornal de Brasília**, "Decálogo", com esta redação:

"VAI SER NO CORPO-A-CORPO"

Que se cuidem os deputados e senadores do PDS que estão defendendo a eleição indireta e os seus interesses pessoais, porque vai começar a operação corpo-a-corpo.

Será uma pressão por todos os lados. Todos eles terão os seus endereços e telefones publicados. O povo será induzido a mandar cartas e dar telefonemas. Seus passos serão seguidos. Farão comícios relâmpagos e panfletagens onde estiver o indireto — em lugares públicos e até nas respectivas residências.

Serão chateados até mudarem de posição.

Esse fato realmente começou a ocorrer: telefonemas a residências de parlamentares, a presença em gabinetes, com insistência, com exposições feitas numa linguagem muitas vezes agressiva, dura, indelicada — frequentemente insólita, raiando pela indelicadeza, pela grosseria.

Conheci o Deputado Federal deu entrevista à imprensa, que foi divulgada também no jornal **O Liberal**, do Estado do Pará. Refiro-me às declarações do Deputado Artur Virgílio Neto. Diz ele:

Este é o trabalho que o deputado Artur Virgílio Neto (PMDB-AM) começou a executar ontem, ao enviar para os diretórios e comitês do seu partido em todo o país, bem como para sindicatos, entidades estudantis e órgãos de classe, a relação dos telefones de cada um dos parlamentares do Estado respectivo, com as instruções de como exercer a pressão.

Com cerca de dez mil cartas que começou a enviar a todos os Estados, Artur Virgílio quer que os defensores das diretas usem o telefone para fazer pressão contra os congressistas. Por isso está enviando os números telefônicos da residência, escritório, gabinete em Brasília de cada um, além dos telefones de seus parentes mais próximos, em alguns casos. A técnica é fazer com que os congressistas sintam a pressão dentro de casa, na rua e onde estiverem, para que votem a favor da emenda constitucional que restabelece as eleições diretas para Presidente da República.

Além dos telefonemas, ele apela para que sejam usados também a abordagem nas ruas, clubes, bares; restaurantes, praias, piscinas, reuniões sociais, bem como a citação constante, em publicações, conversas ou discurso, dos nomes dos que insistem em manter o compromisso com as atuais regras do jogo.

Verifico, Srs. Senadores, que não há mais privacidade, não há mais respeito ao lar, não há mais o direito de pensar, de manifestar opinião livremente neste Congresso ou em qualquer outra parte. Em locais de lazer, de divertimento, de distração, são pessoas incitadas, estimuladas a procurar, de que forma não se sabe, de maneira delicada ou de forma grosseira, parlamentares, para provocá-los, com intuito de criar incidentes ou agressão pessoal, porque se lhes quer retirar o direito de examinar e decidir livremente no Congresso, uma questão submetida a mais alta apreciação desta Casa.

Mas, passado algum tempo, vejo, em outro jornal, no **Correio Braziliense**, de 16 de abril, notícias oriundas de São Paulo:

São Paulo — Os senadores e deputados federais de todos os partidos terão seus passos vigiados a

partir da próxima semana, a fim de que não escapem da votação da emenda Dante de Oliveira no dia 25, para votar o restabelecimento das eleições diretas à presidência ainda este ano. Comissões do PDS (Grupo Pró-Diretas), PMDB, PT, PDT e PTB, estarão fazendo levantamento de onde estão seus parlamentares, inclusive o horário do voo no qual viajaram a Brasília, segundo informou o líder da bancada do PMDB, deputado Freitas Nobre.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, este clima foi se generalizando, não mais na rua, não mais apenas no recesso do lar, na casa do parlamentar, não mais no clube social, não mais num cinema, num teatro, mas em todas as partes se estava estimulando esse tipo de abordagem que poderia se transformar numa agressão nunca vista e sem precedentes na História parlamentar brasileira.

A pressão legítima sobre os parlamentares pode ser exercida, mas, esse tipo de coação, de constrangimento, esse patrulhamento, essa coação de natureza psicológica, essa caracterização de um movimento coletivo, dirigido com este propósito, é absolutamente inadmissível.

Ocorreram, Sr. Presidente e Srs. Senadores, recentemente, no interior desta Casa, episódios desagradáveis, que não desejamos que se repitam, em benefício não do PDS, mas em benefício do Senado da República, em benefício desta instituição. Nada mais normal — diria até legítimo que comissões cheguem aos gabinetes dos Senadores ou dos Deputados e apresentem determinadas reivindicações, defendam determinadas posições vinculadas a assuntos submetidos ao Congresso Nacional. Mas, usar de linguagem violenta, usar de linguagem agressiva, usar de linguagem indelicada, de linguagem grosseira, que impede o revide é, sem dúvida alguma, um constrangimento que não podemos admitir que se estenda à pessoa dos Parlamentares.

Vejo na publicação, que é um hebdomadário dessa última semana, José, o relato do debate, da discussão, ou das palavras, diria melhor, — não houve nem debate, nem discussão — mas da maneira como se dirigiram ao Deputado Nelson Marchezan, no recinto do seu gabinete, pessoas que lhe pediram audiência para transmitir determinadas reivindicações.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, que se pretendeu, realmente, criar esse clima quase que irrespirável no País, dentro do Congresso, está patente. Está patente pelas declarações de Parlamentares, de pessoas indiscutivelmente conhecedoras desta Casa. Por isso mesmo li, com grande tristeza, as declarações do nosso ex-colega, o eminente Professor Paulo Brossard, que honrou esta Casa como Líder e como parlamentar, pelos seus pronunciamentos, pelos seus debates, pela sua conduta íntima, pela sua fina educação, li, com tristeza, essas declarações que lhe são atribuídas, publicadas no **Diário de Pernambuco**:

"Se a Emenda Dante de Oliveira abortar por causa dos biónicos, será uma reprovação abusiva e não haverá quem garanta nem mesmo pela integridade física desses Senadores. Advertiu ontem o ex-Senador Paulo Brossard, ao comentar que, apesar da emenda do Governo ter como único objetivo abortar a aprovação da emenda que restabelece as eleições diretas já, ele acredita na sua passagem pela Câmara Federal."

O Senador Paulo Brossard não ia afirmar que há um risco iminente à integridade física dos parlamentares, se S. Exª não tivesse informações absolutamente positivas, procedentes, informações consistentes e sólidas, a respeito desse fato. A sua conduta nesta Casa demonstra que S. Exª nunca avançou nenhuma informação, sem que estivesse seguro do que dizia, com dados e elementos para poder comprová-las a qualquer momento.

Portanto, esta é uma declaração que comprova também o que acabo de evidenciar ao Senado: que o clima que se criou, o clima de intimidação, o clima de pressão,

o clima de constrangimento, o clima de patrulhamento, o clima de coação de natureza psicológica, poderia e conduziria, quase que inelutavelmente, também, à agressão, que poderia pôr em risco a integridade física dos Srs. Parlamentares.

Isto é que o PDS sempre condenou, sempre se opôs, sempre bradou contra estes fatos; nos nossos reiterados pronunciamentos na Liderança nesta Casa, nos debates sustentados com os eminentes colegas da Oposição, tínhamos em dizer que este era um caminho perigoso, era um caminho que deveria ser evitado, porque dessa forma, sob ameaça, sob constrangimento, sob coação, dentro desse clima de patrulhamento, de perseguição, nós não chegaríamos a nenhum resultado positivo, em benefício do Congresso e em benefício do regime democrático neste País, porque não cederíamos, absolutamente, a tais ameaças, a tais imposições, a tais coações.

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALOYSIO CHAVES — Com muito prazer.

O Sr. Humberto Lucena — V. Ex^a, data venia, é que distorce a realidade dos fatos. Se houve pressão para intimidar, foi de cima para baixo, nobre Senador Aloysio Chaves, sobre a classe política, a opinião pública e, particularmente, sobre o Congresso; longe de garantir, o que o Governo fez, com a decretação das medidas de emergência, foi constranger o Congresso Nacional. A crise, como disse no meu pronunciamento de hoje, foi criada artificialmente, de algum tempo a essa parte. Foi meticulosamente montada a partir de um discurso do Senhor Presidente da República, condenando a campanha pelas eleições diretas. V. Ex^a disse que o Governo a garantiu. Nós não nos queixamos que tenha havido qualquer arbitrariedade nos comícios. Mas, não desconhecemos as palavras candentes com que o Senhor Presidente da República condenou a mobilização popular pelas diretas já, a ponto de chegar a considerá-la uma grave perturbação da ordem. Em seguida, o Senhor Ministro do Exército, no dia 31 de março, em sua Ordem do Dia, também bateu na mesma tecla. Fez sentir à Nação que se tratava de uma campanha perigosa, e que a Oposição estava incitando as massas na praça pública, desfaldando bandeiras de partidos clandestinos, etc.... Depois, tivemos declarações outras, como as do General Rubem Ludwig, da maior gravidade. S. Ex^a o Sr. Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, chegou a comparar a agitação dos dias atuais com 1964, fazendo uma clara ameaça, talvez até de nova edição de ato institucional e, por isso, recebeu do advogado Sobral Pinto, que é o maior defensor dos direitos civis e políticos dos brasileiros, uma carta que deveria ser transcrita nos Anais do Congresso Nacional, e vou fazer um requerimento neste sentido. Portanto, tudo isso foi feito para, justamente, criar o clima propício para a decretação das medidas de emergência, até que veio a nota, na véspera da decisão presidencial, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, em face da visita das lideranças das mulheres ao Congresso Nacional, ameaçando-nas com as medidas que seriam decretadas no dia seguinte. Então, eu não creio que V. Ex^a, que é, como disse, há pouco, um jurista, um cultor do Direito Constitucional, um liberal, vá a tribuna para, com esses fatos menores, tentar justificar medidas excepcionais como essas, não só no Distrito Federal mas também em dez cidades de Goiás. V. Ex^a não nega que o Governo exorbitou. Ainda hoje ouvi, com muito prazer, num debate na Rádio Jornal do Brasil, o Senador Carlos Chiarelli, do Rio Grande do Sul, condenar veementemente o decreto presidencial, dizendo que era um verdadeiro absurdo, que era uma violência com a qual ele não poderia concordar, por representar um constrangimento para o Congresso Nacional. E mais do que isso, nobre Senador Aloysio Chaves, V. Ex^a fala sobre toda essa questão relacionada com pressão sobre Congressistas, pressão que

nos parece legítima. V. Ex^a não deve estar bem lembrado...

O SR. ALOYSIO CHAVES — Legítima porque não está atingindo o Partido de V. Ex^a nas pessoas dos parlamentares do PMDB e do resto da Oposição.

O Sr. Humberto Lucena — V. Ex^a não deve esquecer a campanha pelo divórcio no Brasil e da proposta de emenda constitucional que o aprovou. Houve uma pressão tremenda, de toda a sociedade brasileira, sobre os Congressistas; cada um de nós era procurado diariamente.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Mas nunca chegou a esses limites.

O Sr. Humberto Lucena — Chegou! nobre Senador.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Recorri a depoimento de diversos parlamentares da Oposição. Nunca se criou esse clima, como agora foi criado, de maneira artificial, nesta campanha das eleições diretas.

O Sr. Humberto Lucena — A Igreja, como V. Ex^a não desconhece, tem uma imensa autoridade neste País.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Eu faço justiça, não por V. Ex^a, não pelo seu Partido, pelo alto comando do seu Partido, mas pelos que estão...

O Sr. Humberto Lucena — V. Ex^a concede o aparte? Então deixe que eu conclua.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Eu dou o aparte, mas se V. Ex^a fica fazendo discurso paralelo eu tenho direito de colocar algumas considerações.

O Sr. Humberto Lucena — Não! Eu apenas estou contestando as afirmações de V. Ex^a

O SR. ALOYSIO CHAVES — Exatamente por causa dessa exiguidade de tempo eu ouvi V. Ex^a e vim para a tribuna responder, mas não me furto ao prazer de lhe conceder um aparte. Mas, também, não posso deixar que o tempo do meu discurso seja tomado pelo discurso paralelo de V. Ex^a

O Sr. Humberto Lucena — Parece que V. Ex^a não quer me dar o direito de apartear-lo.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Estou dando o direito de apartear. V. Ex^a está apartear. V. Ex^a está fazendo um discurso paralelo no qual aborda várias questões em que preciso, naturalmente, intervir.

O Sr. Humberto Lucena — Não! Eu estou apenas lembrando a V. Ex^a episódio recente como o da emenda do divórcio. A Igreja, com o seu enorme prestígio ameaçou, inclusive, a todos os Congressistas de execrálos perante a opinião pública, se votassem a favor do divórcio. Até isso houve, nobre Senador.

O SR. ALOYSIO CHAVES — E V. Ex^a aprovou?

O Sr. Humberto Lucena — Eu não contestei o direito de a Igreja se contrapor à emenda divorcista.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Mas, V. Ex^a, na ocasião, achou justo esse tipo de pressão?

O Sr. Humberto Lucena — Achei. Achei que a igreja estava no papel dentro de uma democracia.

O SR. ALOYSIO CHAVES — V. Ex^a está se contradizendo porque agora, está citando esse fato como excessos.

O Sr. Humberto Lucena — Não! Estou citando para dizer que acho legítimo e que não provocou medida, de exceção.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Não há excesso legítimo, parta de onde partir!

O SR. HUMBERTO LUCENA — Quando o Senador José Lins apresentou um projeto em favor dos biomédicos, o Poder Legislativo encheu-se durante um mês, de...

O SR. ALOYSIO CHAVES — Mais de um mês.

O Sr. Humberto Lucena —...farmacêuticos e biomédicos de todo o Brasil, visitando todos os gabinetes...

O SR. ALOYSIO CHAVES — Eu os recebi e V. Ex^a também, mas jamais, em tempo algum, mesmo remotamente, houve uma situação como a atual.

O Sr. Humberto Lucena —...ninguém protestou, nobre Senador, contra a pressão.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Jamais, nem remotamente, houve uma situação como a atual!

O Sr. Humberto Lucena — Esse argumento não corresponde à realidade dos fatos. E, para finalizar o meu aparte a V. Ex^a, pelo que V. Ex^a está expondo, então o Congresso Nacional está sem garantia para funcionar? Então V. Ex^a contesta as palavras do Senador Moacyr Dalla, Presidente do Congresso Nacional, que declarou à Imprensa que tomou todas as medidas ao seu alcance para garantir a ordem e a tranquilidade no dia da votação?

O SR. ALOYSIO CHAVES — V. Ex^a está procurando, agora, tirar uma ilação que não honra a posição de V. Ex^a, como Líder....

O Sr. Humberto Lucena — Mas como, nobre Senador Aloysio Chaves?

O SR. ALOYSIO CHAVES ...Porque eu não me opus, nem censurei a decisão do Senador Moacyr Dalla; apenas a decisão do Senador Moacyr Dalla reflete a sua posição dentro do Senado, como Presidente do Senado, e eu estou mencionando um quadro geral nacional, que se criou em todo o País, com relatos publicados em diferentes Estados a respeito desse esquema de coação, de constrangimento, que se criou efetivamente em relação a Senadores e Deputados do PDS.

O Sr. Humberto Lucena — Cabe à Mesa do Congresso, presidida pelo Senador Moacyr Dalla, garantir o funcionamento do Legislativo.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Todos nós sabemos disso, mas cabe também a nós e cabe a mim, como Líder do PDS, e cabe a todos os Deputados e Senadores do PDS repudiar esse clima, esse clima de intimidação que se pretende criar sobre o nosso Partido.

O Sr. Humberto Lucena — V. Ex^a deveria estar aí era repudiando as Medidas de Emergência, em coro com todo o Congresso Nacional.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Nós não aceitaremos, Senador, o clima de intimidação que se está criando no País; V. Ex^a fique certo que nós não aceitaremos. Se V. Ex^a enveredarem por esse caminho, nós não chegaremos a nenhum resultado satisfatório.

Nós precisamos evitar esses excessos e trabalhar num clima de entendimento, de compreensão, de respeito mútuo, no qual se resguarde sobretudo, agora e sempre, a soberania do Congresso Nacional.

O Sr. Humberto Lucena — Eu lamento que V. Ex^a tenha a coragem de defender medidas coercitivas dessa natureza dentro do Congresso Nacional.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE Lomanto Júnior — Eu peço aos Srs. Senadores que só aparteiem com a permissão do orador.

O Sr. Mário Maia — Eu estou na fila do aparte, nobre Líder.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Sr. Presidente e Srs. Senadores, nesta Casa vem se observando este procedimento: a Maioria, com toda a tolerância, ouve as acusações, os insultos, muitas vezes as diatribes lançadas contra o Governo, lançadas contra o seu Partido, contra a situação. Dentro do Regimento, apartei-se ou se reserva de responder como faço no momento. Quando fala o nobre Líder da Oposição, ele é orquestrado pelos seus colegas em apartes de louvor para acrescentar novas acusações, para apresentar novos fatos, para pintar um quadro ainda mais negro do que aquele que eles presumem existir.

O Sr. Mário Maia — Não apoiado quanto à orquestração.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Quando nós dentro da limitação do tempo ocupamos a tribuna para refutar essas acusações. V. Ex^{as} tudo fazem para impedi-lo. V. Ex^{as} disseram barbaridades inconcebíveis e muito maiores, inclusive com relação ao Governo, com relação às autoridades militares. (ouve-se não apoiado).

O Sr. Mário Maia — Barbaridades são as verdades que o povo está vendo.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Não apoiado é o que V. Ex^{as} disseram indevidamente, aqui neste recinto.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, estou pronto a ouvir pacientemente a contradição de alguns colegas, embora divirja de suas colocações, mas não posso aceitar a intervenção intempestiva que visa sufocar a voz da Maioria e impedir que o Líder do Governo responda, como é do seu dever, as objurgatórias dos nossos opositores; nem tampouco que o impeça de trazer ao conhecimento da Casa fatos de gravidade indiscutível, nesta fase tão conturbada da vida nacional.

Ninguém ignora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que os comícios, as manifestações de ruas promovidas em torno das eleições diretas foram sendo, pouco a pouco, dominadas por grupos agressivos da extrema esquerda, (não apoiado!) organizados e que não pouparam sequer os governadores dos Estados onde esses comícios foram realizados, como não pouparam o Presidente do PMDB, não pouparam as figuras mais representativas da Oposição.

Eu poderia aqui apresentar 5, 6, 8 ou quantos fossem necessários, recortes de jornais onde esses fatos estão noticiados.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Mário Maia — Permite um aparte, nobre Líder? Eu estive em vários comícios e quero dar o meu depoimento.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Reservo-me para ouvir, oportunamente, o depoimento de V. Ex^a

O Sr. Mário Maia — Agradeço a V. Ex^a Com paciência esperarei.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Mas quero, Sr. Presidente, referir-me ao fato recente, acontecido ainda na última sexta-feira da semana passada: dependência desta Casa do Congresso foi ocupada para uma manifestação não autorizada. Sobre a rampa do Congresso colocaram grandes instrumentos eletrônicos, aparelhos de som. A plataforma de concreto foi tomada por pessoas no seu

primeiro piso; a cobertura também ficou tomada de pessoas que vieram para essa manifestação: desfraldadas bandeiras do Partido Comunista do Brasil e do PCB sobre a vidraça, à frente do Congresso Nacional. Aqui estão as fotografias publicadas pelos jornais, desta Capital, Sr. Presidente. E o que dizer da fotografia da capa da **Manchete** a última edição? A fotografia mostra dezenas de bandeiras do PCB e do Partido Comunista do Brasil, só no primeiro plano. Partidos que não têm existência legal.

Em todos os comícios essas bandeiras.

O Sr. Mauro Borges — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. ALOYSIO CHAVES — ...tomaram a frente desse movimento, procuraram desvirtuá-lo, dando a impressão que era uma manifestação da esquerda radical, para perturbar o movimento, o debate em torno das eleições diretas e criar este clima, Sr. Presidente, de desassossego, clima de intranquilidade a que acabo de me referir.

O Sr. Fábio Lucena — V. Ex^a permite um aparte nobre Líder? Quero saber de V. Ex^a se V. Ex^a permite ou não o aparte?

O SR. ALOYSIO CHAVES — Eu não permito o aparte porque V. Ex^a o pede de maneira insólita. E em consequência vou concluir o meu discurso, pedindo aos meus nobres colegas...

O Sr. Mário Maia — E a mim, V. Ex^a permite o aparte?

O Sr. Fábio Lucena — Eu não aceito a forma como V. Ex^a se dirige a mim.

O SR. ALOYSIO CHAVES — ...que não me aparteiem e V. Ex^a, não se dirija a mim usando linguagem desabrida...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Fábio Lucena — Não aceito a forma como V. Ex^a se dirige a mim! Sempre o respeitei! Não aceito a sua falta de educação! Não aceito a forma como V. Ex^a se dirige a mim!

O SR. ALOYSIO CHAVES — V. Ex^a, quando se dirige a mim, usa sua linguagem desabrida! V. Ex^a tem a irresponsabilidade de dizer o que quer e bem entende mas não prova o que diz!

(Trocaram-se apartes simultâneos)

O Sr. Fábio Lucena — Eu não aceito a forma como V. Ex^a se dirige a mim!

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — (Fazendo soar a campainha.) — Nobre Senador Fábio Lucena, V. Ex^a só pode apartear com a permissão do orador.

O Sr. Fábio Lucena — Eu perguntei se ele me concedia ou não o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está com a palavra o nobre Senador Aloysio Chaves.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Eu não aceito o aparte de V. Ex^a

O Sr. Fábio Lucena — nem eu aceito a sua falta de educação!

O SR. ALOYSIO CHAVES — Não aceito o aparte de V. Ex^a!

Sr. Presidente, voltando ao tema a que me referia. Aqui está, Sr. Presidente, uma publicação recente: **José: "O Triunfalismo une a Oposição"**. E aqui se relata, Sr. Presidente, o que se tem passado nos últimos comícios e essas manifestações da esquerda radical, pretendendo

perturbar e desvirtuar esses comícios. Isto está relatado num depoimento isento, não é um depoimento que tenha partido ou emanado de Deputados ou Senadores do PDS e tantos outros depoimentos como este, Sr. Presidente, poderia apresentar aqui para mostrar que, realmente, essas minorias desvirtuaram, em grande parte, esse movimento e procuraram criar esse clima de intranquilidade, de desassossego...

O Sr. Mário Maia — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Líder?

O SR. ALOYSIO CHAVES — Na forma do Regimento, vou concluir meu discurso sem apartes.

O Sr. Mário Maia — V. Ex^a não dá mais apartes?

O SR. ALOYSIO CHAVES — Não, porque fui compelido pela maneira como fui interpelado pelo Senador do Amazonas, Fábio Lucena, a não lhe dar o aparte.

O Sr. Mário Maia — Muito obrigado pela sua lição de democracia!

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Nobre Senador Mário Maia, ao negar o aparte ao Senador Fábio Lucena, S. Ex^a naturalmente vai negar a todos os demais Senadores.

O Sr. Mário Maia — Naturalmente não está negando agora, dizendo que nega, e agradeço a delicadeza da negatória do aparte.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Este é um assunto inteiramente regimental.

O SR. ALOYSIO CHAVES — A indelicadeza não foi minha, ela partiu, infelizmente, do Senador Fábio Lucena que se dirigiu logo a mim numa linguagem desabrida, indelicada para me solicitar o aparte.

O Sr. Fábio Lucena — Na opinião de V. Ex^a, nobre Líder.

O Sr. Mário Maia — Mas não partiu de mim, nobre Líder.

O SR. ALOYSIO CHAVES — E eu não aceito esse tipo de procedimento, porque não o adoto em relação a nenhum colega.

O Sr. Mário Maia — E V. Ex^a generalizou para com os demais colegas.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Para ficar submisso ao Regimento da Casa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, as medidas de emergência decretadas pelo Senhor Presidente da República, com base nas informações recolhidas pelo Governo de todos os seus setores, não criam nenhum constrangimento ao Congresso Nacional, o Congresso Nacional não está impedido de decidir livremente a respeito da Emenda Dante de Oliveira ou de qualquer outra emenda; nada impedirá a manifestação de vontade, nada impedirá a declaração de voto dos Srs. Parlamentares da Oposição e do PDS; pelo contrário, restaurou-se o clima necessário para que, sem passionalismo, essa matéria venha a ser discutida, debatida pelo Congresso Nacional de forma livre e soberana. Em que — pergunto eu — estão coactos ou impedidos de deliberar ou votar os nobres Senadores da Oposição, ou os nobres Deputados da Oposição? Não há absolutamente, nenhuma coação, Sr. Presidente. A coação que se armava, esta é que foi eliminada, afastada, por uma medida cautelar adotada no momento adequado pelo Governo Federal.

Sr. Presidente, V. Ex^a vai-me advertir da limitação do meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — A Mesa adotará o mesmo comportamento que adotou para com os outros líderes.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Agradeço a V. Exª

Sr. Presidente, eu não gostaria de deixar sem uma referência, especial o discurso feito pelo eminente Líder do PDT, aliás, já esclarecido pelos apartes que, por solicitação da liderança, apresentaram os Senadores do nosso Partido, notadamente os Senadores Carlos Chiarelli, Virgílio Távora e José Lins.

Nós sabemos, Sr. Presidente, que a instalação desses sistemas de eletricidade, interligados, abrangendo várias cidades, com uma superfície igual ou superior a muitos países da Europa, constitui um problema técnico complexo, intrincado, no qual dificilmente pode ser afastada de maneira definitiva a possibilidade de um acidente ou de um erro humano.

Não me vou reportar aos exemplos apresentados duas vezes em Nova Iorque, não por 40 minutos, mas por mais de três horas, nem o que ocorreu em Israel, na Europa, na Argentina, mas temos conhecimento de que os equipamentos mais modernos, mais sofisticados, usados, hoje, inclusive, para conquista espacial, nos quais se procura o máximo de garantia para preservar a vida humana, para garantir a vida humana, também têm apresentado falhas, que levaram à perda não só de equipamento valioso como, em algumas circunstâncias, de vidas humanas, que todos deploram.

É impossível eliminar a possibilidade de erro em tudo o que sai das mãos do homem, em tudo em que entra o fator humano, pela sua natureza contingente, pelas suas falhas, pela sua imperfeição. É possível que tenha havido um erro ou uma falha desta natureza, porque não salta ao entendimento, à compreensão de uma pessoa medianamente esclarecida, o interesse do Governo em causar prejuízo tão alto, tão elevado, que atingiu não só o patrimônio municipal e estadual como, em alguns setores, o patrimônio federal; de setores que estão controlados pelo Governo do Estado de Minas Gerais, como a CEMIG; setores de São Paulo, que são controlados pelas Centrais Elétricas do Estado de São Paulo, que tem em seu corpo técnico de diretores e engenheiros capazes de apurar, em toda a extensão, em toda a profundidade, a causa de incidentes desta natureza.

A nota preliminar explicativa, que foi considerada fraca, estou certo de que ela será completada na medida, também, em que se ultimarem essas verificações de natureza técnica, que estão sendo promovidas por determinação da ELETROBRÁS. Tão logo tais conclusões, tais resultados sejam obtidos, eu estou certo, a ELETROBRÁS vai encaminhá-los ao PDS, ao Governo, ao Congresso Nacional e, aqui, serão apresentados para conhecimento de todos os Srs. Senadores.

Eu não quero, Sr. Presidente, deixar a impressão, ainda que de maneira vaga ou incompleta, de que ao meu Partido, neste momento, interessa acirrar os debates, levar a discussão ao paroxismo que cria uma incompatibilidade entre a razão e os fatos e, sobretudo, que cria uma incompatibilidade com o diálogo parlamentar.

Nós continuamos abertos ao entendimento, estamos firmemente persuadidos de que com a colaboração de todos, sem exclusão de nenhum partido político, nós poderemos aproveitar esta oportunidade para obter uma solução institucional que responda aos anseios da sociedade brasileira e permita consolidar o regime democrático no Brasil, completando esta fase de transição histórica.

Esta é a nossa responsabilidade, este é o grande desafio que está colocado, neste momento, para todos nós. Precisamos parar um pouco para fazer a nossa reflexão, fazer a nossa avaliação, fazer, enfim, um julgamento correto dos fatos, das intenções e dos propósitos que animam todos nós, para não cometermos um erro histórico, irreparável, qual seria o de perdemos a maior oportunidade que já se abriu, neste País, desde 1964, para o en-

tendimento, para uma solução constitucional no âmbito do Congresso Brasileiro.

Este caminho está aberto, não há obstáculos que possam impedir o prosseguimento da nossa jornada. Se nós, realmente, nos dermos as mãos, afastando os excessos que possam ser praticados de um lado ou de outro, condenando os radicalismos que possam surgir, venham de onde vierem, estou certo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que realizaremos a obra maior reclamada pela sociedade brasileira, baseada no congraçamento de todos os brasileiros. Lançaremos as bases sólidas de uma nova sociedade, superando a crise econômico-financeira que nos empobrece e inquieta e consolidando ao mesmo tempo o regime democrático, com instituições estáveis. Sociedade aberta, pluralista, livre, democrática, como está no programa do nosso Partido e é o grande anseio — o mais legítimo anseio — do povo brasileiro.

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HUMBERTO LUCENA NA SESSÃO DE 26-4-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Por mais que procure, não encontro as palavras adequadas para caracterizar a frustração imensa que tomou conta de todo o povo brasileiro na madrugada de hoje, diante da infeliz decisão do Congresso Nacional de rejeitar a Emenda Dante de Oliveira, que restabelecia de imediato as eleições diretas para Presidente da República. A Nação inteira mobilizou-se na maior expectativa; houve vigília em todas as capitais e em todas as grandes cidades deste País; o povo concentrou-se nas praças principais, acompanhando passo a passo, em meio às dificuldades que a censura trouxe aos meios de comunicação de massa, todos os lances daquela sessão histórica do Congresso Nacional. Portanto, não poderia o povo senão se decepcionar diante do resultado daquela votação, de vez que vínhamos de uma campanha que levou às ruas em todo o País milhões e milhões de brasileiros, como bem acentuou no seu discurso de hoje o nobre Senador José Ignácio, em comícios e passeatas, de maneira ordeira, pacífica, tranqüila, porque a opinião pública estava como está convencida de que só através da escolha do Presidente da República, pelo voto popular, nós poderemos alcançar as grandes e substanciais mudanças que poderão transformar a face deste País no que tange à política institucional, à economia e à sociedade.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, diante do quadro que se criou agora, a Comissão Executiva Nacional do PMDB reúne-se, amanhã pela manhã, para reavaliar a situação e certamente aproveitará a oportunidade que foi criada pela remessa ao Congresso Nacional de uma proposta de emenda constitucional do Senhor Presidente da República, que prevê eleições diretas para o Chefe da Nação em 1988, para apresentar a sua emenda substitutiva, que será um documento não apenas do PMDB, mas de todos os Partidos de Oposição, ouvidas as entidades da nossa sociedade civil, e com base na sugestão do Grupo Pró-Diretas do PDS, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, numa homenagem especial, sincera e inadiável a esse grupo de parlamentares que tiveram a coragem de, ontem à noite, sintetizarem como o povo brasileiro, votando a favor da Emenda Dante de Oliveira.

Não posso deixar mais uma vez de enfatizar um aspecto que parece fundamental nessa questão, o de que a própria emenda da que o Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional foi fruto da campanha da sociedade brasileira, pelas eleições diretas. Há um ano quem falasse em eleições diretas para Presidente da República, neste Senado ou na Câmara, seria de logo apar-

teado para ouvir que não havia nenhuma previsão. Talvez no ano 2000. Mas, já agora se divisa 1988. Nós a queremos já, queremos acompanhar os anseios populares. E este aliás há de ser o principal ponto da emenda substitutiva da Oposição e do grupo pró-diretas do PDS à proposta governamental.

O Sr. José Ignácio Ferreira — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não, nobre Senador.

O Sr. José Ignácio Ferreira — Nobre líder Humberto Lucena, estou acompanhando com muita atenção o discurso de V. Exª, que revela e expressa aquele clima que ficou produzido pelos fatos de ontem em contraste com os de anteontem em toda a Nação. Na realidade, o grande objetivo da mobilização do povo nas praças, nas ruas em todo o País foi alcançado. Um governo autoritário, arrogante, armado de todos os poderes, que monopoliza todas as propostas, veio buscar o diálogo agora de forma concreta pela primeira vez. Sem imposições apresenta uma emenda; aliás, sobre ela devemos tecer considerações, porque se a aprovarmos como ela está, então, é melhor não termos luta pelas diretas. Ainda que essa emenda fosse aprovada com "diretas, já", ela nos causa tanto prejuízo que é de se perguntar se vale a pena. Mas, o que é importante? É o gesto do Governo pela primeira vez, não só estendendo as mãos para a negociação de forma abstrata, sacando no vazio e apresentando mãos como figura de retórica; pela primeira vez o Governo aparece disposto a negociar, e mobiliza recurso de humildade para se apresentar diante do poder nacional aqui expressado, com a representatividade que o Congresso Nacional tem, e busca a negociação. Este foi o maior fruto de toda a mobilização que fizemos nas ruas. Felicito V. Exª As forças do Governo estão desarmadas; quando falo em Governo, gostaria de falar naquilo que expressa e reflete a vontade da Nação toda, mas as forças, exatamente do aparelho de poder, que estão contra o interesse nacional, contra a vocação nacional, cidadania brasileira, essas forças estão pela primeira vez agora desarmadas, divididas, exorcizadas pela Nação brasileira e acuadas. Nós não queremos confronto, mesmo assim, queremos construir algo de sólido, que decorra de uma negociação alta, feita por protagonistas que efetivamente representem o interesse das partes. Espero que V. Exª, juntamente com os demais mentores do nosso partido, tenha uma influência marcante nesses momentos tão difíceis que estamos vivendo e que se obtenha o fruto desejado, o avanço desejado e buscado nas praças, pela voz das praças em todo o País, nesta oportunidade em que o Governo pela primeira vez, de forma concreta, se apresenta perante a Nação, desejoso de negociar.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Agradeço a intervenção de V. Exª, nobre Senador José Ignácio Ferreira, que vem ao encontro das palavras que estou pronunciando neste instante.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, fala-se em diálogo, em entendimento. São palavras que dentro de um parlamento, dentro de uma instituição política, como o Congresso Nacional, deveriam ser plenamente aceitáveis em tempos normais. A mim me parece que o primeiro passo neste instante a ser dado é conseguir o desarmamento dos espíritos. Foi com esta consciência que ouvi o importante discurso que hoje pronunciou aqui o eminente Senador Amaral Peixoto, num apelo à classe política de um modo geral, sem nenhuma distinção de cor partidária. Não compreendo como se possa insistir em diálogo, em entendimento, quando estamos submetidos ainda às medidas de emergência na área do Distrito Federal e de dez municípios goianos, medidas de emergência que foram, evidentemente, uma violência inqualificável, do sistema dominante de poder, pois não se fazia mistério, em abso-

luto, que elas fossem decretadas para que se realizassem ontem as sessões do Congresso Nacional, que deveriam apressar a Emenda Dante de Oliveira. Pelo contrário, longe de garantir o Congresso, elas o constrangeram, como deixou bem claro no seu aparte, o nobre Senador Henrique Santillo. Nós estamos cientes das arbitrariedades que vêm sendo praticadas ao longo desses últimos dias pelo Sr. General Newton Cruz, executor das medidas de emergência na área do Distrito Federal e dos municípios goianos. Tive oportunidade de denunciar várias delas. Agora, lembro-me de mais uma, a invasão da sede da Federação Nacional dos Jornalistas, em Brasília, de modo brutal, por forças, que eu diria, quase invisíveis, deixando até transparecer, como lembrava recentemente, o nobre Senador Roberto Saturnino, Líder do PDT, que as forças paramilitares, que foram durante muito tempo um poder paralelo neste País, começam, dentro do contexto deste autoritarismo remanescente que aí está, a ressurgir. Nós temos o exemplo do Riocentro. E ainda hoje não sabemos o resultado do inquérito feito. Não sabemos quais os responsáveis, não sabemos de nenhuma punição. Agora, voltam a acontecer fatos da maior gravidade, e não só em Brasília, mas em São Paulo, e em outros Estados, com a invasão de sedes de empresas jornalísticas, tudo isso colocando a Nação em sobressalto.

Então, quero significar, neste instante, aos Srs. Representantes do PDS e do Governo nesta Casa, que é da maior urgência que se reivindique, através das lideranças oficiais do Senhor Presidente da República, a revogação imediata dessas medidas de emergência, como condição de desarmamento dos espíritos, porque elas só vieram radicalizar o processo político.

A violência gera violência. Esta é uma regra conhecida. Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se queremos o diálogo e o entendimento, dentro do Congresso Nacional em torno de teses que cada partido defende, vamos criar um clima propício para isto, vamos restaurar a plena liberdade de ação de todos os brasileiros, vamos assegurar os direitos e garantias individuais e sociais sem discriminações de qualquer ordem, inclusive, ideológica. Do contrário, não poderemos nos dar ao luxo de dizer que pretendemos fazer do Brasil uma democracia. Democracia é ou não é, ela não existe pela metade, ela não pode ser qualificada, ela é pelo que representa, é o regime do povo pelo povo e para o povo.

O Sr. Henrique Santillo — V. Ex.^a concederia um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não.

O Sr. Henrique Santillo — Eminentíssimo Líder, desculpe-me V. Ex.^a por interrompê-lo, mas, também como modesto Parlamentar, ouvi, com muita atenção, o sério e responsável discurso do eminente Senador Amaral Peixoto. Com todas as suas linhas eu, também, sem nenhuma experiência política ou político-parlamentar, concordo plenamente. No entanto, esse Governo está sob suspeição. O regime, que é ambíguo, tem duas faces. E esse Governo, nos últimos dias, sobretudo, adotou a face da dureza e da violência, a face verdadeira do regime fez-se nítida, clara, sem farisaísmos. Em momentos de crise, não há como mais ser ambíguo. É preciso mostrar-se por inteiro, de corpo nu. O rei, portanto, ficou nu. Esta é a verdade, e o Governo encontra-se sob suspeição. É claro! Veja V. Ex.^a que não somos nós, oposicionistas, que poderemos até mesmo ser considerados de oposicionistas radicais, intransigentes, que estamos afirmando isto. Leio breve trecho do editorial de hoje do insuspeito *Jornal do Brasil* para as elites brasileiras, sob o título "Vácuo Político". Diz o editorialista desse conceituado Jornal: Erro de avaliação política sempre tem consequências. O Governo errou no diagnóstico e no remédio: o estado de emergência só teria sentido se fosse para incompatibilizá-lo com a opinião pública. E ainda con-

fiou o exercício do autoritarismo extemporâneo ao Comando Militar, que não estava preparado para conter-se nos limites do respeito ao Legislativo e à sociedade. O Comando Militar deixou-se cegar pela visão das trevas e instalou o mais odioso dos mecanismos de tutela da sociedade: a censura veio isolar o Governo com um fosso de suspeitas. É o que realmente está a existir. Como abrimos-nos nós e a sociedade por inteiro à negociação política, ao entendimento com o regime que acabou por obrigar-se a mostrar a face cruel e dura da violência? Acabou por obrigar-se, por instinto próprio de autoconservação, de autopreservação, por instinto que o move, capaz de ferrenhamente atê-lo ao poder com unhas e dentes, ater-se à conservação de determinados privilégios com unhas e dentes, obrigando-o a mostrar a mão armada, mais uma vez o seu braço armado de violência contra a sociedade, contra o Legislativo, contra o Congresso Nacional, contra parlamentares, contra o povo brasileiro. Como buscar o entendimento como esse Governo? Concordo com o eminente Senador Amaral Peixoto: o primeiro apelo que se deve fazer seria realmente ao Presidente Figueiredo. Temo que tardio, realmente temo que tardio esse apelo. A meu ver, infelizmente para nós todos, o Presidente Figueiredo já perdeu a oportunidade que teve de ser um grande estadista. Hoje, com credibilidade altamente negativa junto aos brasileiros todos, não tem como mais voltar a ser o estadista que ele poderia ter sido, de ter conduzido o processo político brasileiro para uma democracia plena, sem restrições, sem dubiedades, sem ambigüidades e sem suspeições. Eu lamento ter de dizer isso, porque ninguém de nós quer o confronto, todos nós estamos procurando a superação dessa fase, evitando-se os traumas. Nós queremos isso, e a sociedade brasileira está a exigir isso de nós todos. É claro que cabe a nós todos, os partidos políticos, os parlamentares, Senadores e Deputados, às instituições da sociedade, cabe a nós todos, hoje, usarmos o nosso engenho e o nosso espírito democrático para tentarmos superar essa crise. Eu concordo com isso, estou aqui como Parlamentar modesto, que às vezes, obrigado a adotar posições intransigentes, também aberto a esse processo, sem nunca, no entanto, trair o compromisso que temo com a sociedade brasileira, que está a exigir uma democracia verdadeira, sem dubiedades, como disse, e sem suspeições.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito grato à contribuição de V. Ex.^a, nobre Senador Henrique Santillo, que lembra, inclusive, a censura imposta à imprensa, sobretudo às telecomunicações. E nesse particular todos nós sabemos dos abusos verificados. Até a TV Gazeta, de São Paulo, que não fica na área das medidas de segurança, teve suspensa sua programação pelo DENTEL, o que ocasionou, ontem, no Plenário do Congresso Nacional, um enérgico protesto do Deputado Freitas Nobre, Líder do PMDB.

O Sr. Henrique Santillo — E também a Rádio Guarany, de Belo Horizonte.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Também a Rádio Guarany de Belo Horizonte, afora outras emissoras em todo o País, que foram alcançadas por punições do DENTEL, no contexto dessa censura que foi estabelecida apenas para o Distrito Federal e para dez Municípios do Estado de Goiás.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quanto ao apelo do Senador Amaral Peixoto ao Presidente João Figueiredo, participo também das dúvidas do Senador Henrique Santillo, mas, como ele tem a prestígio-lo a autoridade desse grande brasileiro, desse eminente homem público que tantos serviços prestou ao nosso País, vamos esperar que, pelo menos desta vez, ele encontre ressonância no espírito do Senhor Presidente da República. Porque Sua Excelência, que tanto fala em mão estendida, na verdade mantém uma distância muito grande entre seu discurso e sua ação política. Essa é que é a grande verdade.

Ainda me lembro daquela fase da reforma eleitoral, em 1982, quando, pela primeira vez, no seu Governo, os Presidentes de Partidos selavam, praticamente, um acordo com o Sr. Ministro da Justiça, na sede daquela Pasta. Eis que, de repente, o Senhor Presidente da República convoca a todos, o Sr. Ministro e os demais membros do seu Governo, os Líderes na Câmara e no Senado, e os Presidentes das duas Casas ao Palácio para anunciar, a *manu militari*, o pacote de 1982, que impôs os casuísmos eleitorais, inclusive a vinculação dos votos.

O Sr. Jaison Barreto — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Com prazer.

O Sr. Jaison Barreto — Angustiado já com a chamada da Mesa, meu nobre Líder Humberto Lucena, participo também das preocupações que V. Ex.^a está a colocar quanto a esses apelos que estão sendo feitos agora de entendimento, de negociação, claro que aplaudindo a postura lúcida e consequente do nobre Senador Amaral Peixoto. Sou daqueles que entende que não conheço medidas para avaliar as consequências dos acontecimentos políticos, é eu acho que nós tivemos um saldo positivo muito grande nos últimos acontecimentos. O Governo se viu obrigado a mostrar sua verdadeira face, autoritária, querendo se perpetuar, colocando a tropa na rua, esbofetando a Nação, tentando apequenar este Poder, que sobreviveu graças à dignidade dos seus membros, porque sofrendo intervenção indebita, um Congresso e um Poder Legislativo que funciona censurado não é Poder Legislativo.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Perfeitamente.

O Sr. Jaison Barreto — Mas, aconteceram fatos positivos. De alguma maneira a mobilização popular, a sociedade civil, os partidos políticos, e dos democratas do PDS, conseguiram amalgamar alguma coisa que me parece vai dar frutos, não só pelos discursos e pelas posições que estão agora a aparecer, mas pela consciência daquela Bancada admirável dos pedessistas do Grupo Pró-Diretas, que se posicionaram definitivamente a favor da democratização verdadeira deste País. Mas, entendendo que também não serão apelos, e eu não estou me referindo ao discurso do Senador Amaral Peixoto, mas a esses das autênticas lideranças do Governo, tentando iludir a opinião pública, nos chamando de intolerantes e de radicais, quando eles, na verdade, é que merecem esse apelo. E nos convocam para um entendimento, que é uma rendição e uma traição aos interesses populares. Quem procurar mistificar de novo este País, tentando acordos no Congresso Nacional, que não passem pelo que vai lá fora, junto à nossa sociedade, trai os interesses da Nação, e não vai contar, tenho absoluta certeza, meu Líder Humberto Lucena, com o voto do PMDB e com os democratas deste País. O que está pretendendo com esse falso apelo e falso chamamento àqueles democratas que resistem há tantos anos, é impingir, de novo, a mentira, a força e o autoritarismo que deseja se mascarar, de novo, depois de descobertos pelas últimas atitudes que tomaram. Se queremos um entendimento, que tenhamos a coragem de botar a mão na ferida; que o Presidente da República e a minoria do Partido do Governo, do PDS, porque já são minoria, graças a Deus, venham dizer que eles ousam afirmar a militares equivocados, que chega deles estarem intervindo no processo político brasileiro, que voltem aos quartéis, mas definitivamente, e não em ocasiões esporádicas, porque, quando corre risco o regime que eles sustentam, lá vêm eles com a violência, com a intolerância, com a intransigência, a mais descarada. Não há um homem de bom senso neste País que ouse defender o que fizeram na Capital da República, em uma Capital que ontem se indentificou com o Brasil. Sempre se disse que Brasília é a terra dos alienados, dos aventureiros.

reiros e dos sonhadores. Ontem, esta cidade se tornou madura, através da postura da sua juventude que proclamou a sua maturidade. Nesses funcionários públicos que, mesmo submetidos à autoridade do Governo, demonstraram de todas as maneiras o seu inconformismo. Brasília se identificou com seu País nestes acontecimentos e nós não aceitaremos essa trégua, essa imposição que nos fazem, mistificado, de entendimento e de conciliação, enquanto não disserem ao povo o que querem verdadeiramente. Por isto, solidarizo-me com seu pronunciamento, com as colocações sérias e coerentes do Senador Amaral Peixoto. Mas, também, avisando que, se for para este tipo de conciliação, para ganhar tempo, para se recuperar e de novo mentir e manter a Nação sob esse autoritarismo que nos apenha como Nação, lá fora, não contem com os verdadeiros democratas deste País.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Lembro a V. Exª que seu tempo está esgotado. Não conceda mais apartes, por favor.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Vou concluir. V. Exª tem razão Senador Jaison Barreto, quando diz que é hora de dar um basta ao autoritarismo. Relembro, neste instante, das palavras do Sr. Ministro do Exército, General Walter Pires, no final do ano passado, quando afirmava que as circunstâncias que levaram as Forças Armadas a interferir no processo político brasileiro em 1964 estavam superadas e que, por isso, elas se voltaram para as suas atividades profissionais. Mas, na prática, isto não aconteceu, como bem afirmou V. Exª. Já em 31 de março, na sua mais recente Ordem do Dia, o Sr. Ministro do Exército mudou inteiramente a linguagem e voltou, de maneira peremptória, a se imiscuir na política brasileira, deixando claro que, apesar do Sr. Presidente da República ter jurado fazer deste País uma democracia, ainda quer manter, sobre todos nós, a tutela militar que nós não aceitamos. Portanto, V. Exª tem todo o meu apoio, pois acredito que não há quem possa admitir um regime democrático sujeito a essas interferências indebitas da força militar.

As Forças Armadas têm o seu papel devidamente estabelecido na Constituição, e devem se reservar exclusivamente a ele. Nestas palavras finais, eu renovo o meu apelo à liderança do PDS e do Governo nesta Casa. E faria idêntico apelo ao Sr. Presidente do Congresso Nacional para que reivindicasse do Senhor Presidente da República a revogação urgente das medidas de emergência que aí estão. Segundo a mensagem que foi encaminhada ao Congresso, o que houve foi o intuito de assegurar o livre funcionamento do Poder Legislativo, no dia 25. Nós, hoje, estamos no dia 26 e não há razão, portanto, para se manter, sob ótica do próprio Governo, essas medidas de emergência por sessenta dias, porque, do contrário, isto vai contribuir, como disse e repito, para a crescente radicalização do processo político brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, saio desta tribuna dizendo que se a nação está frustrada com a decisão de ontem do Congresso Nacional, eu tenho a confiança de que, através da subemenda que vamos apresentar à proposta do Governo, haveremos de nos reencontrar com as grandes aspirações populares. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HENRIQUE SANTILLO NA SESSÃO DE 26-4-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Nesta minha breve comunicação começo com uma palavra de otimismo. Poderia estar dizendo a esta Casa,

agora, que o povo chorou nas ruas da capital de meu Estado, ontem à noite e nessa madrugada. Porque a verdade é que, nessa madrugada, o Congresso Nacional perdeu a sua oportunidade de ouro de afirmar-se como poder soberano e autônomo. Mas, a verdade também é que ele não foi derrotado. Afinal, foram 298 votos "Sim" e apenas 65 votos "Não". Mais do que isso, Sr. Presidente, a campanha de mobilização popular pela alternativa que o povo escolheu, pela alternativa representada por eleições diretas já para a Presidência da República não foi manipulada pelas Oposições. Ao contrário disso, empolgou a Nação, tomou conta da alma nacional. É claro que a Oposição não teria nenhuma forma, nenhum instrumento que lhe permitisse manipular a opinião de vários milhões de brasileiros. Alguns fazem cálculos que cerca de 10 a 20 milhões de brasileiros compareceram às praças para apoiar de forma até contundente as eleições diretas para a Presidência da República já. As Oposições nunca tiveram em suas mãos quaisquer instrumentos que lhes permitissem isso.

A verdade é que todos os setores nacionais engajaram-se de forma espontânea nessa campanha. Da grande imprensa nacional aos sindicatos, de vastíssimas proporções da classe política, da esmagadora maioria da classe política, quase dois terços do Congresso Nacional, até os humildes trabalhadores dos pequenos povoados brasileiros. A Nação inteira empolgou-se e está empolgada com essa mobilização. Esta madrugada foi uma madrugada infeliz. Só os cegos não vêem, pior cego é aquele que não quer ver.

Não houve manipulação, nenhum entendimento poderá desconsiderar esse fato importante: é a Nação nas ruas e nas praças exigindo a superação da crise, por sua alternativa, pela alternativa que, democraticamente, escolheu.

A Oposição é dividida? Claro que a Oposição tem suas divergências internas. Claro que a Oposição é hoje um caleidoscópio, com posições políticas ou político-ideológicas as mais diferentes. Mas, sem sombra de dúvida, o que elas pleiteiam agora, ao lado da sociedade brasileira quase por unanimidade, é a oportunidade dessa mesma sociedade escolher o seu caminho, de forma livre, de forma democrática.

Só os que não querem compreender, ou os que pretendem defender privilégios arraigados, é que teimam em não compreender isso. Teimam em não compreender que a sociedade brasileira, que a Nação inteira está exigindo a manutenção dessa caminhada.

Não houve derrotas mesmo. A sociedade brasileira não foi derrotada nesta madrugada, porque ela considerará o episódio da votação pelo Congresso Nacional da Emenda Dante de Oliveira, realmente, como um episódio, como uma batalha que não foi perdida. Ao contrário disso, serviu, sobretudo, para mostrar com clareza, com muita clareza que o regime que aí está, dúbio, ambíguo, de duas faces, quando pressionado pela sociedade, não evita nunca mostrar a sua face cruel e dura, a sua verdadeira face, a repressiva. Essa face repressiva é a que tem predominado nestes 20 anos. Ela tem preponderado, e é o arbítrio que a sociedade não aceita mais.

O povo brasileiro compreende que a bastilha está se desmornando de podre. O povo brasileiro compreende que, nesses últimos estertores, estão tentando usar da força para esconder a sua incompetência. É o Governo usando da força, usando a sua face cruel, usando o seu braço armado, para esconder, para ocultar a sua incompetência; para ocultar a verdadeira causa dos índices inflacionários superiores a 200% ao ano; para ocultar a verdadeira causa da economia em "dêbacle", para ocultar a causa do desemprego e da fome de milhões.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 5, DE 1984

A Comissão Diretora do Senado Federal, tendo em vista os acontecimentos ontem havidos nas dependências das duas Casas do Congresso e a possibilidade da ocorrência de fatos que venham dificultar ou por em risco o funcionamento do Congresso Nacional, convocado, especialmente, para discutir e votar a Emenda Constitucional nº 5, decidiu adotar as seguintes medidas acauteladoras, com base no disposto nos arts. 423 e 424 do Regimento Interno.

Art. 1º Somente serão admitidos às galerias pessoas portadoras de credenciais específicas, distribuídas através dos Partidos Políticos representados no Congresso Nacional.

Parágrafo 1º as credenciais de que trata este artigo serão recolhidas pela Segurança, por ocasião do ingresso nas galerias;

Parágrafo 2º Não será permitido o ingresso nas galerias de pessoas portadoras de volumes em geral, faixas ou cartazes.

Art. 2º O acesso ao edifício principal e anexos do Senado, só será permitido aos servidores portadores dos respectivos "crachás" ou aos convidados especiais e aos profissionais da imprensa, devidamente credenciados.

Art. 3º O trânsito e a permanência de pessoas, inclusive servidores, nas áreas circunjacentes às salas de sessões será controlada pelo Serviço de Segurança.

Art. 4º Somente terão acesso ao Plenário, além dos Congressistas, os servidores das duas Casas com atividades na Mesa ou quando solicitados pelos parlamentares, profissionais da imprensa credenciados segundo o art. 2º acima e membros da Segurança, designados para aquele local.

Art. 5º O policiamento do edifício e dependências será feito pelo Serviço de Segurança do Senado, que deverá contar com a colaboração de seus colegas da Câmara dos Deputados, previamente convocados, segundo o art. 145 do Regimento Comum.

Art. 6º Com base no art. 146, do Regimento Comum, que proíbe manifestações nas galerias ou a prática de atos que possam perturbar os trabalhos ou constranger os parlamentares, os Serviços de Segurança deverão estar alerta e em condições de dar cumprimento às decisões da Presidência.

Parágrafo único. Na hipótese de evacuação das galerias ou retirada de algum assistente não serão devolvidas as respectivas credenciais.

Art. 7º Os membros da Comissão Diretora ficam permanentemente reunidos durante o desenrolar da Sessão a que se refere este Ato.

Sala da Comissão Diretora, 25 de abril de 1984. —
Moacyr Dalla — Lomanto Júnior — Henrique Santillo — Milton Cabral — Lenoir Vargas — Raimundo Parente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 17, DE 1984

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973 e revigorada pelo Ato nº 12, de 1983, da Comissão Diretora, e à vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980, resolve dispensar o senhor José Maria de Carvalho Júnior do emprego de Assessor Técnico, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a partir de 5 de abril de 1984.

Senado Federal, 27 de abril de 1984. — Senador **Moacyr Dalla**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 18, DE 1984

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973, e revigorada pelo Ato nº 12, de 1983, da Comissão Diretora, e à vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980, resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço de Regina Helena Gusmão Pereira, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 5 de abril de 1984, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Nelson Carneiro.

Senado Federal, 27 de abril de 1984. — Senador Moacyr Dalla, Presidente.

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE
Nº 01/84

O Presidente do Senado Federal, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV do Regimento Interno, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 02, de 04 de abril de 1973, Resolve retificar o fundamento legal da aposentadoria de Laura Bandeira Accioli para considerá-la aposentada no cargo de Diretor, PL-1, conforme determinam os artigos 345, item IV e 346 da Resolução SF-06, de 1960, a partir de 25 de setembro de 1969, de acordo com a Decisão do Tribunal de Contas da União em sessão de 27-3-84, no Processo nº TC-009.840/83.

Senado Federal, 27 de abril de 1984. — Senador Moacyr Dalla, Presidente.

ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO
Nº 3, DE 1984

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso de sua competência regimental,

Considerando a necessidade de promover treinamento permanente visando o aperfeiçoamento dos servidores da Casa, integrantes de categorias ligadas às atividades de apoio legislativo; e

Considerando a existência, atualmente, de recursos materiais e humanos suficientes para a realização de programas voltados para esse fim, sem necessidade de novos e imediatos investimentos; resolve:

Art. 1º Determinar à Diretoria-Geral a implementação das medidas que se fizerem necessárias junto à Subsecretaria de Pessoal, no sentido de promover o 1º Curso de Treinamento em Administração Legislativa, destinado a servidores do Senado Federal.

Art. 2º Serão inscritos obrigatoriamente os servidores indicados pelos respectivos titulares dos Órgãos em que estão lotados, e que tenham sido admitidos nos Quadros Permanentes ou CLT há menos de três anos, contados da data da publicação deste Ato, preferencialmente ocupantes das Funções de Auxiliar de Gabinete e Mecanógrafo.

Art. 3º A Subsecretaria de Pessoal submeterá ao Primeiro-Secretário relação dos instrutores para o referido Curso, escolhido dentre servidores do Senado Federal, com reconhecida competência e experiência didática em treinamento.

Art. 4º A Diretoria-Geral, ouvida a Subsecretaria de Pessoal, baixará as normas complementares, necessárias à execução deste Ato.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 27 de abril de 1984. — Henrique Santillo, 1º-Secretário.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ECONOMIA

3ª Reunião, realizada em 22 de março de 1984
- EXTRAORDINÁRIA -

Às dez horas do dia vinte e dois de março de mil novecentos e oitenta e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Srs. Senadores Roberto Campos, Presidente, Cid Sampaio, Gabriel Hermes, Pedro Simon, Severo Gomes, José Fragelli e Benedito Ferreira, reúne-se a Comissão de Economia. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores José Lins, Luiz Cavalcante, Jorge Kalume, João Castelo, Albano Franco, Fernando Henrique Cardoso e Fábio Lucena. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta do dia: Projeto de Decreto Legislativo nº 1/83 — Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos, concluído em Brasília, a 17 de fevereiro de 1983. Relator: Senador Gabriel Hermes, que apresenta parecer favorável ao projeto. Não há objeção e o parecer é aprovado por unanimidade. MENSAGEM Nº 135/83 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Gurupi (GO), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 52.461.000,00. Relator: Senador Benedito Ferreira, que oferece parecer favorável, concluindo por um Projeto de Resolução. A Comissão aprova o parecer. MENSAGEM Nº 34/84 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Monte Alto (SP), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 115.036.734,81. Relator: Senador Severo Gomes, que emite parecer favorável, concluindo por um Projeto de Resolução. O parecer é aprovado pela Comissão. MENSAGEM Nº 39/84 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Santos (SP), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 387.370.186,71. Relator: Senador Severo Gomes, que apresenta parecer favorável, concluindo por um Projeto de Resolução. Não havendo objeção o parecer é dado como aprovado. MENSAGEM Nº 40/84 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.312.350.647,00. Relator: Senador Severo Gomes, que emite parecer favorável, concluindo por um Projeto de Resolução. O parecer é aprovado pela Comissão. Esgotada a pauta dos trabalhos, encerra-se a reunião lavrando eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

4ª Reunião, realizada em 28 de março de 1984

Às dez horas do dia vinte e oito de março de mil novecentos e oitenta e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Srs. Senadores Roberto Campos, Presidente, Severo Gomes, João Lobo, Jorge Kalume, Cid Sampaio, Amaral Furlan, Jutahy Magalhães, contando ainda com a presença dos Srs. Deputados Luiz Fayet e Cristina Tavares, reúne-se a Comissão de Economia. Ao dar início aos trabalhos, o Sr. Presidente faz a apresentação do Dr. Salomão Wajnberg, Secretário Executivo do GEICOM, convidado des-

ta semana para o ciclo de palestras sobre Informática, que ora se realiza nesta Comissão. O Dr. Wajnberg apresenta seu tema — a Indústria Eletrônica Brasileira — subdividindo-o em, "Trabalho executado pelo GEICOM, diagnóstico global do setor eletrônico e os sub-setores industriais da eletrônica". O ilustre conferencista recebe interpelações dos Srs. Senador Severo Gomes e Deputados Luiz Fayet e Cristina Tavares. Ao Final da palestra o Sr. Presidente determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas, sejam anexadas a esta Ata. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO À ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 1984, QUE SE PUBLICA, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE.

— INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO —

PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO CAMPOS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR SEVERO GOMES

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Declaro aberta a nossa reunião.

Vamos dar início à palestra do Dr. Salomão Wajnberg sobre Política de Eletrônica, incluindo Telecomunicações, Radiodifusão e Informática.

O Dr. Salomão Wajnberg é Secretário Executivo do GEICOM. É Engenheiro formado pela Escola Nacional de Engenharia, com 22 anos de experiência no ramo. Trabalhou 14 anos na Indústria Eletrônica privada, na área de pesquisa e desenvolvimento, sendo 2 anos no exterior.

Já, quando na indústria, era um ardente defensor de uma indústria eletrônica brasileira forte. Ingressou em 1973 no Governo e foi um dos brasileiros que idealizaram e fizeram um anteprojeto, no Centro Tecnológico de Telecomunicações, a atual CPqD da TELEBRÁS.

Foi um dos idealizadores da FUCAP, Centro de pesquisa e Desenvolvimento da Eletrônica em Manaus.

O Dr. Salomão Wajnberg combina, assim, duas qualidades importantes: é um cientista e é, também um executivo governamental, conhecendo os dois lados da cerca, porque também trabalhou na iniciativa privada.

Tem a palavra o Dr. Salomão Wajnberg.

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Meu bom dia, Srs. Senadores, Srs. Deputados, autoridades presentes:

Para mim é uma grande honra comparecer a esta Comissão de Economia do Senado Federal e nessa palestra que preparei, realmente, uma das coisas mais difíceis foi sintetizar, dada a enorme quantidade de números e que números, que numa série, praticamente fazem o diagnóstico da indústria brasileira.

Trabalhamos duro nisso, para chegar a números que possam indicar o que está acontecendo no Brasil, dentro dessa indústria.

Então vou fazer aqui em diagnóstico econômico-industrial do setor eletrônico brasileiro; comparar o desempenho industrial dos diversos subsectores nacionais e do exterior. Estou aqui para analisar fatos do setor eletrônico e não políticos.

Esta palestra terá a duração de duas horas e vou gastar uns 15 minutos antes, para mostrar o que é o GEICOM, o que ele pensa e como ele trabalha. Os números que mostramos aqui não têm nada a ver com o nosso trabalho, são números frios e matemáticos e V. Exs, como pessoas inteligentes, vão chegar às suas conclusões. Por isso, quando olhei os números e me alarmei com eles; fui

falar com os meus chefes que me falaram: "não faça pronunciamento político mostre os fatos e mais nada".

Isto é o que vou me resumir a fazer. Mas para evitar mal-entendidos, vou dizer logo o que fazemos e como trabalhamos.

O PAPEL DO GEICOM NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA ELETRÔNICA

O GEICOM tem como finalidade básica implementar e fortalecer a indústria brasileira em geral e de comunicações em particular.

Suas metas básicas são:

- A nacionalização da produção
- O aumento da produção local e das exportações
- A nacionalização das empresas (controle decisório, produção e engenharia nacionais)
- Criação, adaptação e utilização da tecnologia, independentemente de sua origem
- Maiores oportunidades de trabalho para os profissionais brasileiros da área de eletrônica.

O GEICOM:

- Estuda, diagnostica a situação atual e futura de segmentos industriais específicos, propõe diretrizes políticas ao Governo, prevendo as consequências das diversas medidas, caso adotadas.

Sr. Presidente, gostaria de deixar aqui uma amostra de alguns diagnósticos feitos pelo GEICOM, por exemplo, aqui eu tenho o diagnóstico da indústria de semicondutores; temos aqui também um plano de ação, plano este de ação de tubos policromáticos, que reduziu as exportações brasileiras, de 100 milhões de dólares, há cinco anos atrás, para zero, praticamente.

E estes tubos hoje em dia são fabricados no Brasil, a partir do feldspato de potássio, existente em São Paulo e da areia quartzosa.

- Coordena de modo informal os investimentos fabris ao orientar os empresários na busca de novas oportunidades industriais bem como nas informações de mercado, capaz de evitar a concorrência predatória entre as empresas no País.

- Estuda e propõe normas e especificações nacionais de equipamentos a serem fabricados no País, de modo a protegê-los da concorrência externa.

Isto é fundamental. Se se quer proteger a produção em um País temos que ter normas especiais. Se se quer criar uma indústria, a primeira coisa a se fazer é estudar o sistema de normas e padrões capazes de protegê-la e não criar mecanismos restritivos à iniciativa e aos capitais.

Estuda e propõe aos órgãos competentes as alíquotas aduaneiras capazes de proteger a produção interna. Verifica e controla detalhadamente o conteúdo dos insumos importados dos equipamentos de comunicações.

Nobre Senador, tenho aqui, para entregar à Comissão de Economia do Senado, uma lista de equipamentos fabricados pela indústria de comunicações e o conteúdo de produto importado, equipamento por equipamento, controle perfeito.

- Verifica e controla detalhadamente o conteúdo de insumos importados dos equipamentos de comunicações.

- Coordena de modo informal reuniões específicas de fabricantes de componentes e equipamentos visando a substituição de insumos importados.

ESCALA DE PRIORIDADES DO GEICOM

Quanto ao capital:

- Empresa 100% nacional
- Empresa "joint-venture", controle nacional
- Empresas multinacionais — **Condição:**

- Toda administrada por brasileiros
- Produtos nacionalizados
- Grande número de fornecedores nacionais

Quanto à tecnologia:

- Desenvolvida no Brasil
- Adaptada à condições locais
- Importada (nunca restringir.)

Quanto à estrutura de capital:

- Capital aberto

ESTRATÉGIA ADOTADA PELO GEICOM NA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS CUJA PRODUÇÃO LOCAL REQUER ALTOS INVESTIMENTOS

Situação:

"Importação do Produto (Escritório de Vendas)"

1 — Atração da empresa do exterior

- Pela proteção das tarifas alfandegárias

2 — Construção da fábrica no País

- Início da operação com insumos importados

3 — Nacionalização da produção

- Início de surgimento de subfornecedores
- Início de uma engenharia P & D nacional

4 — Nacionalização do capital

- Controle decisório nacional

É este o fluxograma que seguimos para atração e implantação de empresas de fábricas de que o Brasil tanto necessita, para se tornar uma grande potência mundial.

Vou contar agora a história do GEICOM, como ele surgiu e de que maneira trabalhamos.

Primeira projeção.

Este artigo saiu no **O Globo**, em meados de 1975. Ele mostrava que o Brasil com uma importação de quase 9 bilhões de dólares, que algumas empresas do setor eletrônico em geral tinham importado da ordem de 860 bilhões de dólares.

Três por cento dessas importações cabiam ao setor de telecomunicações, 351 milhões de dólares. Estava-se em plena implantação da base do Sistema Nacional de Telecomunicações, contratava-se 1 bilhão de dólares/ano de equipamentos e o país estava ingressando na crise do petróleo.

Se os equipamentos não fossem fabricados no país com o mínimo custo de divisas estrangeiras seria impossível prosseguir com a tarefa de implantação do SNT.

O Ministério das Comunicações e da Indústria e do Comércio, criaram então o GEICOM — Grupo Executivo Interministerial de Componentes e Materiais, para resolver o problema, através da implementação da indústria brasileira.

Iniciando suas atividades em Novembro de 1975, a estratégia utilizada pelo GEICOM para a nacionalização da produção foi a seguinte:

Numa primeira fase foi feito o levantamento das partes e insumo mais importados pelas indústrias do Setor e classificados segundo uma escala decrescente de importância econômica. Foram assim constituídos cerca de 13 Programas de Nacionalização:

Nesta primeira fase o GEICOM visitou todas as indústrias de Telecomunicações, onde além de orientá-las na formação de um grupo interno de nacionalização, que trabalhasse coordenado com o GEICOM, fazia o levantamento detalhado dos insumos e partes necessárias à produção da indústria, avaliando a sua quantidade e especificações necessárias, quantificando o todo do Setor, de modo a tentar conseguir uma escala industrial capaz de tornar viável economicamente a fabricação local destes insumos, de preferência de um modo horizontal.

Na segunda fase o GEICOM visitou as indústrias fabricantes ou com potencial para fabricação destes insumos no Brasil, avaliando-as e levantando as necessida-

des em equipamentos, tecnologias e financeiras para atender a essas novas oportunidades industriais que se delineavam, face a organização da demanda de insumos do Setor. Foi nessa etapa que foram determinados os níveis de produção por tipo e variedades de insumo, necessário a tornar viável a sua fabricação local.

A terceira fase se constituiu de uma série de reuniões prolongadas com as indústrias de comunicações, de componentes, partes e insumos básicos, visando reduzir os tipos e variedades por insumo, de modo a aumentar a escala industrial e possibilitar a redução dos custos industriais, bem como tornar viáveis a fabricação de insumos que ainda não tinham alcançado escala industrial.

Nesta etapa foi preciso discutir em detalhes as especificações destes insumos, e adequá-las de modo a torná-las comuns para vários fabricantes de equipamentos, sem perda de qualidade para o produto final.

Isto é fundamental, isso é organizar indústria, isso é coordenar o crescimento nacional de forma uniforme e não mandar, atribuir e ameaçar.

Conhecida e organizada a demanda de insumos deste Setor Industrial, o GEICOM passou a trabalhar junto aos Órgãos Governamentais de amplo espectro de atuação, dentro da área industrial, visando obter os incentivos governamentais necessários à expansão industrial das empresas de equipamentos, componentes e insumos, de modo a possibilitá-las a atender o mercado gerado pela substituição de importação. Passou também a atuar de maneira mais íntima junto aos Órgãos de Política Aduaneira e controle de importações, assessorando-os no sentido de facilitar ou dificultar a liberação da importação de equipamentos e insumos, utilizando como instrumento o similar nacional, sempre no sentido de estimular a fabricação local, e nunca de coibir, pela falta de insumos.

A etapa seguinte foi caracterizada por uma atuação de árbitro entre os fabricantes de insumos, que já estavam entregando os seus primeiros produtos e os fabricantes de equipamentos, que relutavam em aceitá-los face a questões de preço e desconfiança da falta de continuidade da qualidade. Foi uma fase bastante difícil e de trabalho detalhado, em que os engenheiros do GEICOM tiveram que colocar com firmeza todo o seu conhecimento tecnológico e a sua habilidade diplomática. Nesta fase houve necessidade de visitas quase que semanais a determinadas indústrias, de modo a acompanhar as modificações introduzidas nos métodos produtivos, visando adaptá-los aos novos insumos nacionais.

É esta a estratégia seguida pelo GEICOM até o presente, sempre que surgem novos equipamentos de alta tecnologia ainda não fabricados no País, mas que se fazem necessários, face às necessidades de novos serviços públicos ou exigência de mercado.

Uma coisa de que me orgulho muito foi do fato de nunca termos derrubado um Presidente de nenhuma multinacional que a gente conseguiu nacionalizar. Pelo seguinte: lembro-me que, nos primeiros contatos com os Presidentes de algumas empresas multinacionais, cheguei até eles e conversei o seguinte, privadamente: "você é o empregado de uma empresa multinacional no Brasil que tem poucos vínculos, a não ser a venda com o nosso País. Portanto, você não tem segurança no emprego, você pode ser dispensado do seu emprego no momento que for necessário, mas se você verticalizar os serviços da sua empresa no Brasil, aumentar os negócios dela, fabricar os materiais e equipamentos de que vocês necessitam, significará que a sua empresa ficará envolvida nos negócios do Brasil e, portanto, você passará a ser um elemento vital e terá segurança no seu próprio emprego. Então você me ajuda a escrever uma carta para a sua própria matriz, pedindo que ela inicie a nacionalização da produção, inicie a nacionalização da engenharia e do corpo técnico."

E muitas das cartas que foram enviadas a estas empresas multinacionais foram escritas a quatro mãos. Fiz muita amizade entre esses industriais e estou vendendo até a presença de alguns deles aqui.

O resultado desse trabalho eu vou mostrar numa curva.

O produto que se utiliza mais na área de telecomunicação é centrais de comutação. Em 1975 importávamos 171 dólares de insumos para fabricar uma linha equivalente, cujo valor era de 400 dólares, naquela época pagávamos 700 dólares, hoje pagamos 380 dólares.

Ali está a curva dos resultados. Hoje, em função daqueles programas de nacionalização da curva anterior, importamos 11 dólares para fazer o mesmo equipamento e o custo médio dele baixou para 380 dólares.

Tivemos a honra de ser citados nos balanços de algumas empresas, como resultado do seu sucesso, porque as empresas que atenderam ao apelo de nacionalização da produção, obtiveram redução de custos e puderam, assim, ganhar muito mais.

Vou aqui fazer uma colocação que repetimos há cinco anos, porque acredito que "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura". Então é o único argumento político que me proponho a falar, mas nem é político, nem de mercado, nem nada, é a posição que achamos, deve fortalecer uma indústria brasileira, tornar o Brasil uma potência mundial, que é o nosso sonho. Aliás, só isso justifica o nosso trabalho no Governo, porque salário não vem nada, é amor mesmo...

INTRODUÇÃO

Uma das metas prioritárias de um país em desenvolvimento é chegar ao nível de país desenvolvido industrialmente, ultrapassando as fases necessárias a esse desenvolvimento no menor prazo possível, a taxas de crescimento aceleradas e viabilizáveis, acompanhado de gradual redistribuição de renda, de modo a alcançar simultaneamente o progresso econômico e social.

Tal taxa de crescimento não pode ser sustentada somente pela poupança interna ou pela capacidade interna de formação de capital; é preciso manter-se uma taxa de crescimento das exportações, diminuir as importações de forma racional, de modo a não diminuir a eficiência da produção interna e absorver poupança externa na forma de capital de risco ou empréstimos quando houver viabilidade econômica, tecnológica e estratégica em função dos recursos naturais, tecnológicos humanos e produtivos existentes no país.

O crescimento das exportações no campo industrial, essenciais para o nosso desenvolvimento econômico, e o pagamento de nossa dívida externa, depende do crescimento acelerado de nossa produção, da produtividade, atualidade tecnológica e custos para poder competir no mercado exterior. Tais fatores só são atingidos através da experiência necessária adquirida e da qualidade alcançada nos produtos produzidos localmente em grande escala para o suprimento do mercado interno.

Tendo em vista estes fatores, uma nação em desenvolvimento que queira criar uma indústria sadia, baseada em leis econômicas naturais, deve primeiro conhecer, estimular e organizar seu mercado interno para implantar a indústria de equipamentos de que necessita, mesmo que numa etapa inicial os insumos sejam importados. Ou seja, em primeiro lugar, deve conquistar seu próprio mercado interno, para que ele, através de demanda adequada, venha a fornecer a escala industrial que viabilize a implantação da indústria de insumos, necessária à sua verticalização e consolidação.

Conquistando o mercado interno, a etapa seguinte será a substituição do suprimento externo e o início de desenvolvimentos locais de projetos de equipamentos, partes e componentes com a finalidade de se reduzir a dependência externa e partir firmemente para a conquista de parcela do mercado exterior.

São de vital importância, para a manutenção deste mercado, tanto a previsão dos novos tipos de componentes a serem utilizados a médio e longo prazo nos equipamentos a serem fabricados, quanto aos investimentos em pesquisas e desenvolvimento destes dispositivos e seus insumos de modo a se obterem soluções que utilizem matérias-primas e tecnológicas disponíveis, adaptadas ou desenvolvidas no Brasil. Desse modo para se implantar e fortalecer um parque industrial de equipamentos e componentes eletrônicos, é necessário:

- Conhecer profundamente o setor em referência, interna e externamente;
- Dimensionar detalhadamente o mercado;
- Avaliar os fatores que determinam seu comportamento;
- Efetuar investimentos maciços em formação de pessoal;
- Investir em laboratórios de pesquisa básica e industrial;
- Conceder os incentivos governamentais às empresas fabris interessadas, dentro dos critérios de uma política elaborada em parâmetros técnicos, econômicos e estratégicos;
- Criação de barreiras alfandegárias para proteger a produção nacional.

Nacionalizar a produção industrial, dotando-a de tecnologia, não é uma questão somente importante — é uma questão de sobrevivência nacional. Hoje é a ponte do ontem para o amanhã.

O mundo assistiu, durante as décadas de 50 e de 60, a um exemplo flagrante de como essa ponte pode ser atravessada. O Japão de antes da guerra era colônia tecnológica do ocidente. Na década de 70, tinha-se tornado uma das maiores potências tecnológicas do mundo.

No entanto, não foi a pesquisa científica japonesa que elevou a indústria ao período de triunfo que ela atravessa nos mercados, tornando-os campeã de vendas e preocupando seriamente, quem antes dela dominava no mundo.

No setor da eletrônica, a distância entre a vanguarda e a retaguarda tecnológica é tão grande, e a vanguarda caminha a tal velocidade, que seria loucura pensar em percorrer todo o caminho andado desde o início.

O que o Japão fez foi comprar tecnologia ocidental, adaptá-la, inovar na adaptação, e chegar por esse caminho ao projeto próprio do aparelho final. Enquanto os cientistas ocidentais faziam pesquisas para se candidatar, em glória das academias científicas, os japoneses davam-se à modesta tarefa de sujar as mãos nas oficinas, aproveitando as idéias do ocidente e transformando-as em produtos que os mercados consumiam gulosamente.

Num mundo assim lançado em corrida para o futuro, a uma velocidade estonteante, conforme o caminho que levou o Japão de colônia tecnológica a potência mundial. Um país que almeja uma posição de destaque no desenvolvimento tecnológico e produtivo não pode se dar ao luxo de criar restrições e dificuldades que resultem num ambiente de insegurança industrial, inibindo, e até mesmo impedindo a participação da tecnologia e de capital externo no desenvolvimento nacional.

Agora, vou fazer um levantamento econômico industrial de toda a indústria brasileira. Peço perdão aos economistas, e alguns, estou vendo, de alto nível aqui presentes, por emitir conceitos fundamentais. Mas, na última reunião a que compareci nesta Comissão, fiquei bastante preocupado com o problema de comunicação. Como sou um executivo do Governo, como sou um homem de laboratório, estou acostumado a falar para homens que com uma palavra minha entendem o que quero falar.

Portanto, vou procurar ser o mais didático possível e me perdoem se eu for um pouco cansativo, porque colocar números o tempo todo, é algo um pouco difícil.

Cumpro muitas missões de exportação pelo Ministério. As vezes, pego a malinha e vou vender equipamentos no Brasil a fora.

No início verifiquei que quando mostrávamos a capacidade industrial do Brasil aos países, principalmente sul-americanos, nós os assustávamos tanto que acabávamos não vendendo nada, porque eles se assustavam com a capacidade do Brasil e achavam que nós éramos imperialistas. Então, percebi isso, mudei de estratégia, passei a mostrar a capacidade industrial e a produção nacional, mas, ao mesmo tempo, eu mostrava a produção mundial. E acentuava: vejam, estamos com a indústria desse tamanho, temos 50% de capacidade ociosa.

Agora, não fiquem temerosos, pois somos 1% do mercado mundial, e mostrava o mercado mundial. E foi uma estratégia que deu certo. A última missão do Ministério da TELEBRÁS ao Peru resultou num contrato de cem milhões de dólares para nós. Aliás a TELEBRÁS chegou até a organizar a companhia telefônica local para nós podermos vender, a empresa teve que mandar os seus executivos até organizar — isso eu pediria até que não publicassem, pois é uma questão de relacionamento internacional — para que pudessemos vender os nossos equipamentos e eu até fui convidado a fazer parte do Ministério da Indústria e Comércio de lá, porque pregamos uma série de estratégias lá, evidentemente para beneficiar as nossas empresas.

Bem, as empresas industriais podem ser classificadas como empresas horizontais e empresas verticais.

EMPRESAS INDUSTRIAIS

Empresas Horizontais:

- Só fazem a montagem final. Tem inúmeros fornecedores e subfornecedores de peças e partes completas.
- Proporcionalmente ao porte da empresa, tem ativo fixo pequeno em relação ao capital de giro grande.
- A quaisquer problemas de mercado podem trocar facilmente a sua posição com graves consequências para os seus fornecedores (verticalizados).

É essa a estratégia que recomendamos às nossas empresas no exterior. Como os Senhores vão ver, em determinadas áreas nós não temos poder competitivo, então a estratégia que usamos é a de mandar as nossas empresas formarem empresas binacionais nesses países estrangeiros com 49% de capital, e a nossa recomendação é de que não se verticalizem, horizontalizem-se. Tenham um capital de giro grande e um ativo fixo pequeno. A qualquer rusga interna nesses países ou modificação de política, arrumem as malas e venham embora. Nunca nacionalizem, sempre importem os insumos do Brasil.

Eu pediria ao pessoal da Imprensa que, por razões de relacionamento internacional não tocassem nesse assunto, porque é um assunto melindroso. Conto com o patriotismo de todos. Estou falando sério.

Essa também é a estratégia que impomos às empresas de grande porte, multinacionais, quando se implantam no País, porque, desse modo, elas criam uma série de subfornecedores nacionais que são a futura base de um pólo local de eletrônica.

Pela presença de V. Ex^a aqui, Deputado Fayet, eu diria que no Paraná, nós colocamos duas empresas de porte, uma foi nossa, foi a Sony, e a outra foi por iniciativa própria, a Equitel, uma empresa do grupo Siemens associado ao grupo Hering. Essas empresas, por serem de alta tecnologia obrigadas, por nós a se nacionalizar, daquela maneira que expliquei, usando aquela estratégia, elas iam criar um pólo de insumos e um pólo de pequenas empresas que pudessem fazer o crescimento local.

Pois bem, não vingou. É bom investigar a causa. Porque a Sony não cresceu no Brasil? Restrição às importações da empresa? Naquela época, sei que o governador

se empenhou muito em tentar liberar, mas não teve força, ou não conseguiu, não sei o que houve.

Então, nós destruímos, na realidade, o pólo e o trabalho que o GEICOM fez no Paraná, posso dizer que foi um fracasso. Não por nossa culpa, mas porque cortaram a vida da empresa que estava nascendo e que iria criar um mercado com o surgimento de uma série de pequenos empresários nacionais que iriam ser a futura base local.

Evidentemente, não descobrimos a pólvora.

As empresas multinacionais que têm capital no exterior também sabem disso.

Mas, continuando,

Empresas Verticais:

Fabricam o produto final a partir da matéria-prima (Ex. Cobre, Celulose, Cerâmica, Areia, etc).

- Proporcionalmente ao porte da empresa, tem ativo fixo grande em relação ao capital de giro.

- A quaisquer problemas de mercado ou outros, corre o risco de perder todo o investimento.

Geralmente uma empresa que se estabelece desse modo, ela confia cegamente no País. Vou dar um exemplo: Philco, investiu 30 milhões de dólares, levou o troco, vendeu por 9 o que investiu 30. Não vou comentar isso agora. Quer dizer, não quero nem falar porque senão os caras vão acabar perdendo o emprego lá e não estou a fim disso. Porque os americanos devem estar dizendo: "Oh, seus brasileiros, vocês não eram os diretores, o presidente da empresa, como é que me fazem entrar pelo cano! Não sabiam como o governo local era!" Mas não vou falar nisso.

Agora, com os seus executivos, os que não andam na linha, eu cobro. Acredito que os outros também devam ser assim, e obedeco o meu chefe, também, sou disciplinado.

Bem esse quadro mostra a interdependência das empresas industriais.

INTERDEPENDÊNCIA DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS

O mercado ao adquirir um produto industrial gera a atividade da indústria.

A indústria para produzir necessita de insumos (matéria-prima, componentes, partes completas, etc) que podem ser supridos por outras unidades fabris do País ou do exterior.

Se por qualquer razão um dos fornecedores de insumos não entrega o seu produto, o equipamento não é fabricado, vendido e entregue ao comprador.

Se esse aqui deixa de entregar uma pecinha, ele não consegue fabricar o televisor, não vendendo, ele pára a linha, e os outros deixam de vender os insumos para eles, e os fabricantes de matéria-prima deixam de vender a matéria-prima para ele diretamente.

Da mesma maneira, quando estamos pensando que estamos protegendo a produção nacional, não deixando o sujeito importar, na realidade, economiza-se aqui 10 centavos e mata a indústria aqui, porque deixou de vender para ele, porque deixou de fabricar. Meu Deus, isso é coisa elementar, primária para mim.

Assim, da mesma maneira quando se restringe esse ou aquele fabricante, não se está matando apenas ele, está matando o emprego de toda a indústria brasileira. O que me importa que ele tenha a participação de capital estrangeiro? Não me interessa. O que me interessa é que isso aqui é tudo nacional, e que eu tenho três filhos universitários que precisam trabalhar. E que precisam de emprego nobre, não é de chofer de táxi, nem de padeiro, como vi ontem na televisão.

Vou citar alguns números. Evidentemente, nenhuma empresa, que tem capital estrangeiro, é ignorante. Talvez sejam mais inteligentes do que nós e eles já prepararam a cama. Vou citar um exemplo e se tem algum representa-

te da IMB eu peço mil perdões, mas vou usar o nome de duas empresas aqui.

A IMB tem 460 fornecedores. É uma empresa horizontal. Se ela for embora é só fechar os escritórios, os 460 fornecedores se arrebitam. O chefe da fábrica da IMB, o Paulo Roberto, foi meu estagiário e eu o conheço, conheço aquela turma toda e o pavor que eles têm de perder o emprego é uma coisa incrível. De um lado os americanos querendo ir embora, e do outro, o nosso pessoal querendo empurrá-los para não irem e eles só querem defender também o empreginho deles, e dar, também, evidentemente.

A Ericsson era uma empresa que, no ano passado, importou, em 1975, 150 milhões de dólares. Hoje em dia, a empresa tem 1.241 fornecedores e compra 14 mil itens. Se vocês reduzirem a produção da Ericsson pela metade, não estão prejudicando a eles, nem ao capitalista nacional, estão prejudicando toda a indústria de insumos. Será que ninguém vê isso?

Por outro lado, se o mercado existe, e o sujeito é capaz de fabricar, mas não pode fabricar porque o insumo não chega a ele, vai fabricar isso de uma maneira legal ou ilegal. Se essas empresas não têm insumos e não fabricam, elas vão falir, desempregar a turma. Então só há uma saída, a importação ilegal. Então, aqui filosoficamente eu me pergunto, também: será que a importação ilegal para salvar uma empresa que vai falir ou vai fechar por falta de insumos, é crime? Não seria a mesma coisa que um pobre roubar um pão quando ele está morrendo de fome, porque crime doloso para mim seria — não sou jurista, não entendo nada de leis, sou um tecnocrata — mas dolo para mim seria uma empresa que fizesse contrabando para não pagar os impostos para passar os impostos, quer dizer, prejudicar a Nação com relação aquilo que ela ganharia, a participação do povo na produção, através dos impostos. Isso para mim é crime e roubo. O outro, não sei, é uma questão moral. Não sou juiz, não sei analisar, mas aqui coloco até nesse caso. Vou citar um exemplo. Existem duas empresas que considero excelentes na área que são fabricantes de microcomputadores. Essas empresas em 1982, chegaram a vender, estavam vendendo computadores com alto índice, quer dizer, microcomputadores com alto índice de nacionalização, mas que usavam insumos importados na praça. Chegaram a vender, se não me engano, naquela ocasião, mil micros para a EMBRATEL, e uma outra que vendeu para a TELEBRÁS também. Ambas não tinham projeto aprovado em nenhum órgão do Governo. Como é que elas podiam estar produzindo? Talvez tenham comprado os insumos na rua Sta. Efigênia, mas de qualquer maneira a empresa não importou isso. As empresas são ótimas, espetaculares, elas queriam atender a essa oportunidade de mercado, mas não tinham projeto aprovado. Hoje em dia, graças a Deus têm. Mas tiveram que apelar para outros expedientes, como comprar de terceiros, comprar da quota... Aliás, o que existe é um bom comércio de quota. Você consegue uma quota de tanto e pode passar para tanto, todo mundo sabe, todo mundo conhece essa história. Não é só nessa área, em todas as quotas que existem em todas as áreas. Aliás, quando se criam dificuldades, na realidade, cria-se um mercado de facilidades, pelas dificuldades geradas.

Bem, vou entrar na parte econômica propriamente dita:

Essa é a curva que mostro lá fora para ninguém ter medo do Brasil, e com isso conseguirmos vender.

O mercado mundial é 250 bilhões de dólares, e a nossa participação é 3,6 bilhões de dólares. O setor eletrônico brasileiro está caindo há 4 anos. O setor eletrônico, nos últimos 3 anos, cresceu no mundo de 10 a 12% ao ano. Não há recessão na área eletrônica no mundo, só no Brasil. O Brasil participa com 1,1% do mercado mundial.

Vou mostrar agora o mercado brasileiro.

O total eletrônico — notem o seguinte, prestem atenção nessa queda aqui que mais tarde vou explicar. Aqui o total de comunicações, os Senhores podem sentir que, na realidade, essa queda é o acompanhamento da evolução do mercado de equipamentos eletrônicos. Então, esse é o mercado brasileiro, esse aqui é o total de comunicações, informática e demais equipamentos de consumo. Esse mercado foi avaliado, a custos locais, preços de Brasil, ou seja, é o preço de hardware é o preço de vendas industriais, não tem inteligência envolvida, é peça, é máquina, não é programa.

Bem, o que quero falar é o seguinte: os produtos de radiodifusão, como vou mostrar, eles custam 80% dos preços internacionais, os produtos de telecomunicações uns custam mais barato e outros custam mais caro, mas a média é de 10% mais caro os nossos produtos do que os produtos internacionais, os produtos de radiodifusão são — desculpem-me eu falei 20 — mas são 40% mais baratos, um televisor no Brasil custa 300 dólares, nos Estados Unidos custa 500. Depois eu vou mostrar um detalhe, quando eu for fazer análise lado a lado. Então, se nós fizermos essa mesma curva a preços internacionais, nós vamos verificar que o setor de comunicação vai subir de 10% não, desculpem-me — é capaz de subir, como os nossos preços são 40% mais baratos, comandados pelo preço do televisor, talvez isso suba da ordem de 20%. O setor de informática decresce de 3 vezes já que o nível de produtos de informática vendidos no Brasil, em relação aos preços internacionais, variam de 2 e meia vezes até 8. Eu vou mostrar mais tarde a lista de preços nacionais e internacionais de todas as áreas, na direção de mercados reais e fictícios.

Quando eu era engenheiro novo, e evidentemente saído da escola, eu era casado, ainda estava com dificuldades, a minha mulher era secretária, ganhava tanto quanto eu, que era engenheiro novinho, e quando a gente tinha um outro que se formava e fazia uma outra profissão, então geralmente a sogra de um falava a outra: "Olha, fulano está ganhando uma fortuna", e a minha mulher chegava perto de mim, porque eu trabalhava em uma fábrica no subúrbio e dizia assim: "meu filho, você trabalha mais de 12 horas, troca de emprego porque fulano está ganhando uma fortuna". Mas não é possível, eu faço uma força, estudo de manhã, de tarde e de noite, dou um duro miserável, agrado o chefe, faço tudo e não agüento, não consigo. Então ela dizia: "fulano está ganhando uma fortuna, ganha tanto por mês, etc." Bem, a grande verdade é que o cara não ganhava nada disso, ele tirava onda, porque na hora de pagar o jantar ele não pagava, não tinha potência para pagar o jantar.

Geralmente o industrial que está bem anda de Volkswagen, e o industrial que precisa de dinheiro no banco anda de cadilque, para impressionar os banqueiros, porque eles só emprestam dinheiro a quem está bem.

Eu peço perdão aí, eu sou emocional, aliás, eu trabalho com o coração, o General Alencastro sabe disso.

Bom, do total de comunicações, de telecomunicações, radiodifusão é isso, telecomunicações é isso, e radiodifusão na parte de transmissão. O Ministério das Comunicações trabalha com três tipos de mercado: o mercado protegido, o mercado livre, ele trabalha com o mercado da lei da oferta e da procura, com o mercado profissional, aqui é comprado por privados, aqui é comprado pelo Governo por privados e radiodifusão é comprado pelo privado. Isso aqui obedece à lei da oferta e da procura. Tudo isso foi protegido e vingou por instrumentos que eu vou explicar mais tarde.

Como eu disse a vocês, não adianta avaliar a produção por valor, porque, eu vou pedir a um amigo meu, ele disse assim: "olha, eu tenho que apresentar um projeto no órgão X, só que eu estou preocupado com o índice de nacionalização". Eu disse a ele o seguinte: "não se preocu-

pe com isso, se os caras são irracionais, você faz o seguinte, você multiplica, dobra o valor — quanto que eu falei? Quinze que você quer — ele falou tanto. Então você faz o seguinte, você coloca o seu número de valor do equipamento em tanto, faz a relação entre os recursos importados e o custo do equipamento local. Então, na hora de vender você dá o desconto, mas, para índice de nacionalização ele vai estar lá em cima, você vai ter um equipamento com 95% do índice de nacionalização e, na realidade, um preço lá em cima. Mas, na hora de vender você faria ao seu freguês que dá um desconto e assim você consegue altos índices.

Bem, então não adianta falar em faturamento, duplo faturamento, interessa é produção, quantidade, multiplicada por preço internacional, isso é que é mercado, isso é que é potência industrial. Bem, estão aí os números: em 77 e 83, 6 anos, nós temos 137 mil transceptores, 570 mil canais de multiplex, 5.400 milhões linhas equivalentes, 17 milhões de televisores, 51 milhões de equipamentos de rádio: isso é que é potência industrial, não é 500 não é 5 mil, nós estamos falando de trabalho industrial. Eu não estou falando de política, minha função aqui é discorrer sobre produção industrial, eu só vim aqui falar sobre produção industrial. O valor disso tudo a preços internacionais, 17 bilhões de dólares em 6 anos. Qualquer coisa que se faça para restringir a atuação dessa indústria é um crime contra a Nação, é um crime contra população que paga imposto.

Outro setor que merece atenção é o setor de processamento de dados, com produção de 79 a 83, 4 anos, os dados são da ABICOMP e da DIGIBRÁS, está aí a produção: 55 mil itens dos 65 mil aqui descritos dizem respeito a computadores de consumos, são os microcomputadores tipo TK, esses brinquedinhos que a gente usa para as crianças aprenderem a fazer computação, muito útil, fabricantes excelentes, tecnologia própria, adaptáveis evidentemente.

Não se pode falar em potência industrial sem falar em exportação — não se pode falar: olha, essa curva é uma curva que devia dar inquérito aqui na Comissão de Economia do Senado — eu vou deixar um minuto para vocês refletirem.

Produção industrial é colocação no mercado local e exportação. Essas são as exportações brasileiras, totais, do setor eletrônico. Vejam os Srs. o Brasil, a partir daqui para cá, teve uma queda em valor absoluto, aqui nesse ano, de 310 milhões de dólares, em 3 anos, considerando que o mercado mundial é de 250 bilhões de dólares, um aumento de exportação brasileira de 100 milhões de dólares por ano, em 3 anos é nada, o pessoal não ia nem sentir — lembrem-se, o Brasil é menos de 1% do mercado mundial, o mercado mundial é 250 bilhões de dólares, então, um incremento, por ano, de 100 milhões de dólares ninguém percebe, porque se nós conseguimos um mini-serviço, lá no Peru, em um pequeno contrato, assim de 3 elementos, 100 milhões de dólares...

Então, se a gente fizer uma reflexão na forma da curva e tivermos o somatório disso, mais disso, mais disso, nós vamos verificar que, nos últimos três anos, nós perdemos 710 milhões de dólares.

Eu não sei, Deputado Fayete, o Sr. que é da Comissão de Economia da Câmara, o Sr. que chefiou um banco, foi o presidente de Banco de Desenvolvimento no Paraná, eu que lhe conheço como um economista brilhante, o Sr. Talvez possa chegar até a conclusões melhores do que eu — eu sou um engenheiro de circuitos, eu não entendo muito bem disso, mas eu não sou burro, eu não sou economista, por favor, eu sou um engenheiro de laboratório, o meu caso é polarização, é isso, eu sou um engenheiro de circuito, falo isso com muito orgulho. Mas, eu entendo de números um pouco, porque sempre quando eu fiz desenvolvimento foi baseado no caráter econômico.

Queda de importação nas comunicações, queda na informática, eu vou explicar o que é isso — outros — isto

também vai cair agora, porque isto é exportação de microeletrônica.

Eu perguntaria aos Srs. o seguinte: o que é que está acontecendo aí? Para nós um prejuízo de 710 milhões de dólares em 3 anos é uma coisa grave, isso pode significar duas coisas: se nós verificarmos as exportações aqui, praticamente, elas são das empresas multinacionais. Eu vou dar a lista delas, quem exporta e quem não exporta; as grandes exportações são do tipo **draw-back**, a gente importa para exportar, isso pode significar uma coisa muito grave para o País, significa uma mudança de política das empresas que produzem no Brasil para exportação, por quê? Não sei. Restrições às importações? Não sei. Situação econômica do Brasil? Não sei? Significa que deixou de exportar porque não deixaram importar? Ou porque sabotaram uma exportação nossa porque a empresa no Brasil tinha capital estrangeiro, como já aconteceu e a gente tem notícia disso? Só porque a empresa tinha capital no Brasil, já houve caso, Senhor, aqui de gente verificar uma sabotagem a uma exportação brasileira pelo simples fato da empresa ter participação de capital estrangeiro aqui dentro.

O SR.

— E não tem?

O SR. SALOMÃO WAINBERG — Bem, eu não sei se o Sr. sabe, olha, eu vou ser franco com os Srs., desculpem-me falar isso, eu estou cansado da covardia desses industriais, porque eles estão pensando que com minha colocação patriótica eu vou defender os interesses deles de bilhões de dólares, eu ganho mil dólares por mês e so defendo o Brasil; agora, se eles têm esse tipo de problema, que vão ao Presidente da República, não venham a mim, não venham reclamar a mim, eu não tenho culpa, eu não sou responsável, nem tenho autoridade para resolver coisa nenhuma, eu sou um simples executivo que obedeço ordens. Então, eu acho, se eles têm dificuldades parem de reclamar para mim, ou parem de reclamar para executivos que não podem resolver, vão às autoridades competentes e mostrem os problemas, deixem de ser covardes. Bem, isso é uma coisa muito perigosa para o Brasil depois de anos de atração dessas indústrias.

A queda de comunicações também, em parte, foi pela perda de poder aquisitivo da população argentina — a Argentina comprava também alguns televisores, deixou de comprar e também há taxação de produtos brasileiros lá. Mas, eu vou entrar em detalhes mais tarde; vamos adiante.

Vou fazer um balanço dos diversos mercados brasileiros com o mundial.

Desculpem-me ofender os industriais, eu não quis ofender, eu achei que eles deviam ser mais firmes nas posições, porque, afinal, a responsabilidade deles não é só com a indústria, é com os fornecedores também. A responsabilidade não é só com os empregados, é com os fornecedores também, afinal, eles investiram pensando nesse mercado: Não é um sujeito, porque se acha o tal, dizer: eu quero, eu faço, eu mando, não é assim não. Eu, na minha função, faço um estudo e pergunto ao meu chefe, se eu posso fazer isso, e ele pergunta ao chefe dele, se pode fazer isso ou não.

Bem, processamentos de dados, o mercado brasileiro é 0,6; dados da ABICOMP. Eu resolvi fazer o seguinte: eu vou adotar, de agora em diante, todos os dados da ABICOMP, para evitar polêmicas de números, 100 milhões a mais ou 100 milhões a menos não faz nenhuma diferença, principalmente, porque eu achei que o Presidente da ABICOMP não vindo aqui é porque ele não quis mostrar os números, ele ficou com medo de um debate. Então, eu simplesmente adotei, resolvi adotar, os números dele, não quero polêmica, eu não quero fazer ... as empresas são ótimas, eu admiro muito as empresas dessa área, principalmente nacionais que conseguiram desen-

volver uma tecnologia ótima, não tenho nada contra o trabalho da ABICOMP, não tenho nada contra o trabalho da SEI, que também é ótimo, na nacionalização da produção, eles são ótimos camaradas, ótimos colegas, a gente só não quer que as empresas de capital estrangeiro saiam do Brasil, nem que prejudiquem as empresas que têm participação de capital brasileiro, é só isso, tem que ver isso, aquela necessidade econômica.

O Brasil tem um milésimo do mercado americano de informática, do mundial 0,4 milésimos. Em telecomunicações tem 7,2% do mercado americano, daí porque a gente já tem um poder de exportação; o mercado de consumo é 10% do mercado americano, portanto o mercado de consumo nosso é 10% do mercado americano, daí porque a gente exporta. Aliás, para vocês verem, nós começamos a perder exportação para o mercado americano quando os carros japoneses entraram nos Estados Unidos, porque quem exportava rádio de carro era a PHILCO Ford. Quando os japoneses começaram a vender carro nos Estados Unidos, a Ford daqui deixou de exportar os rádios e nós só recuperamos agora porque os americanos fizeram restrições aos japoneses lá.

Vamos ver quem são os maiores exportadores do Brasil: IBM, PHILCO, PHILIPS, BOSCH, XEROX, BURROUGHS, OLIVETTI, SIEMENS, ABC, TELETTRA, GTE e TEXAS. Essas duas são as únicas que têm participação nacional, aqui do grupo Cataguases, ótima empresa, ótimo grupo, e o grupo ABC, grupo excelente também. Reparem o que aconteceu: eles não conseguem exportar por falta de insumos. Meter medo nessa turma é fazer com eles arrumem a mala; e o emprego dessa turma que trabalha lá? E os fornecedores?

Também os importadores são esses, eles importam para agregar os produtos nacionais e exportar, e importar para colocar no mercado local — alguns só importam para agregar e fabricar no mercado local.

Vamos ver agora as importações brasileiras. Isso são as exportações e as importações brasileiras. Vocês se lembram daquela curva de mercado quando ela apresentava uma queda? Reparem, se o mercado caiu, por que que as importações aumentaram? Simplesmente porque as empresas fizeram estoques estratégicos, começaram a aparecer restrições às importações, e as empresas preferiram perder dinheiro no acúmulo de estoques, imobilizar capital a juros de 10% ao ano, em dólares, do que realmente importar no momento certo. Há um perigo de fome, estoca-se alimentos, então o tiro saiu pela culatra, nunca se importou tanto quando a produção caiu.

Vamos agora, dissecar isso aqui: telecomunicações, as importações caíram, um pico aqui resultante na introdução de novas tecnologias CPA; radiodifusão, a parte de recepção, instrumentação, outros; informática: aqui houve uma série de restrições naquela época, não se deixou importar nada, depois do seu início, e, quando chega aqui, cai violentamente. Bom, nós resolvemos investigar para saber por que caiu violentamente. Eu acho que em política industrial, o GEICON, como eu disse a vocês, ele estuda, faz o diagnóstico e propõe medidas. Em função dessas medidas, ele prepara planos de ações e mostra as consequências; então, quem quer fazer uma política séria tem que fazer esses estudos, porque se a gente faz isso particularmente nos nossos investimentos, como é que não vai fazer para a Nação?

Eu estou um pouquinho triste hoje, porque eu gastei as minhas férias fazendo isso, tentando concentrar todos esses grandes números em poucos números, para mostrar a alguns Senadores, que estavam presentes nas outras reuniões, porque eu senti que eles estavam colocando argumentos mais na base do coração, e da posição ideológica, em vez da razão, e fiquei muito triste porque eles não compareceram, porque era uma oportunidade. Depois, se eles quiserem, mais tarde nós pudermos colocar o GEICON, para esclarecer, tanto que eu trouxe aqui 5 assessores, com dados detalhados de qualquer indústria, de qualquer negócio para comprovar. Aliás,

com o devido respeito, Sr. Senador, eu diria que estou muito triste também, porque ontem mesmo eu participei de uma mesa-redonda do *Jornal do Brasil* e eu ouvi um Senador falar o seguinte: "Um dos grandes problemas do Senado é que ele não tem os meios do Executivo para obter os dados necessários a fazer uma política". Pois bem, eu preparei isso, vim hoje e não estou vendo quase nenhum Senador aqui. Desculpem-me falar isso, Senador Roberto Campos, com a minha franqueza, peço perdão aos colegas do Senado, mas estou muito triste mesmo. Mas, mesmo assim não vou ficar aborrecido, eu me proponho a isso repetir, se for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Humildade para aprender é uma qualidade rara no mundo todo.

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Muito obrigado. Ainda mais, que eu pedi até ao Deputado Odilon para comparecer, porque o conheço, pedi à Deputada Cristina Tavares para comparecer; eu tenho certeza de que ela não ia me atacar, tenho certeza, não tenho medo dela; é uma boa pessoa, apenas faltam dados, então ela é movida pelo sentimento que ela tem, é uma boa moça, imbuída de ótimos sentimentos.

Olha, eu tenho uma filha de 19 anos, e ainda fico: "Onde é que você vai? Com quem você sai?" Eu fico preocupado. Quem sou eu para dirigir a vida dela? Mas, a gente fica sempre preocupado, e ela é uma moça a preocupar. Só faltam os dados.

O SR. MILTON CABRAL — Eu quero dizer ao ilustre Conferencista que, nesse momento, estão reunidas três comissões técnicas no Senado; certamente não é por falta de interesse à palestra de V. Ex^a, mas é a multiplicidade de atividades dos Senadores.

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Peço as minhas desculpas e me coloco à disposição, quantas vezes necessário, ao Senado o meu time todo.

Vamos investigar o que são essas curvas. Está aí explicado: as quedas de importação eram da IBM e Burroughs. Aqui, as empresas nacionais sem queda de exportação. O que pode significar isso? Não sei. Restrições às importações das empresas? Não sei. Mudança de posição no sentido de transferir as fábricas delas do Brasil para outro país, mais seguro? Não sei. O Senado tem uma Comissão de Economia. Eu sei, mas não quero falar.

Vamos a um outro conceito. Falar-se muito em tecnologia, mas a maioria das pessoas que falam em tecnologia, nunca viram tecnologia na vida. Eu conserto o meu carro, conserto a minha televisão, os projetos de televisão que tinha lá em casa eram projetos meus, fabricados na indústria. Eu conserto qualquer equipamento a qualquer momento, eu discuto detalhes industriais. Por exemplo, o Dr. Baurly que é o chefe de produção da Ericsson, discuto detalhes com vocês, conheço materiais. Sou engenheiro. E fico bobo como se usa tecnologia como política. Desde quando? Só no Brasil que a tecnologia é política. Dizem que o melhor ganha pão hoje em dia no mundo é escrever sobre tecnologia. Tecnologia é um fator de produção como é o trabalho, como é o capital. Quando se olha um produto, a gente sabe o processo. Aliás, os engenheiros do GEICOM são tão bons que quando eles entram numa fábrica, pela posição das máquinas e pela capacidade da fábrica, eles sabem quem está fazendo contrabando, quem fabrica, quem não fabrica. Pensam que enganam, mas não enganam, não. Eles fazem vistas grossas, porque é conveniente, às vezes, para a gente.

Conteúdo de tecnologia e mão-de-obra na produção industrial. O CPqD da TELEBRÁS nasceu no Castelhinho comigo, Gilfrão (?) e com o Machado, tomando chopinho. Quando eu trabalhei nos laboratórios da BELL, eu escrevia carta pedindo aos engenheiros para saírem das empresas privadas e entrarem na TE-

LEBRÁS, para criar um núcleo de tecnologia nacional. Quem criou o laboratório de Manaus, a FUCAP nacionalização da produção fui eu. Então, aqui ninguém conhece tanta tecnologia ou é mais patriota do que a gente. Então, por favor, não usem a palavra tecnologia para atrasar o Brasil. Isso a gente deve usar para atrapalhar os nossos concorrentes. Manda isso para eles, para nós, não. Para nós é produzir. Itália, Iugoslávia, Espanha, Hong Kong, Taiwan, Coreia, e outros não têm tecnologia própria, e são potências industriais. O negócio é produzir, utilizar o que tiver ao alcance, tecnologia própria, capital, trabalho. Se não tem trabalho, importa trabalhador. Não é isso que a Alemanha faz? Desculpem eu vou parar por aqui.

Conteúdo de tecnologia e mão-de-obra na produção e indústria. É função do tipo de insumo importado. Sistemas eletrônicos são constituídos de equipamentos. Eu vou pedir, por favor, para prestarem muita atenção nisso. Os equipamentos são constituídos de partes eletrônicas e mecânicas. Cada parte é constituída pela agregação de componentes eletrônicos e peças mecânicas. Peças mecânicas e componentes eletrônicos são fabricados a partir de matérias-primas. Consequentemente, as indústrias, cujas importações se caracterizam pela predominância de equipamentos, partes e peças, em relação a componentes e matérias-primas, estão importando maiores valores agregados de trabalho e tecnologia do que as indústrias que importam basicamente componentes e materiais. Eu quero dizer o seguinte: se um conjunto de indústrias importa componentes e menos equipamentos significa que na indústria dela, ela agrega mais trabalho, tecnologia e capital. Então, agora, vamos fazer o seguinte: vou pegar aquelas importações e vou dissecar para saber, por grupo industrial de empresas, qual que realmente incorpora trabalho e tecnologia. Primeiro: Setor eletrônico, composição típica das importações e equipamentos, linha de cem por cento. Aqui está 1980, 81, 82. Importação de equipamentos, ou seja, quem importa equipamentos não agrega trabalho, não faz nada. E lembre-se: sistema é o somatório de equipamentos; equipamentos é o somatório de insumos básicos e componentes. O setor de radiodifusão importa 0,4% de equipamentos. O setor de telecomunicações importou menos, importa 14, 6 e 1. Foram as importações de CPA espacial, nova tecnologia. Isso aqui é o processamento de dados. Vinte, vinte, vinte e três. Então, o processamento de dados importa mais equipamentos do que os outros setores industriais. São diagnósticos. Nós colocamos os números de 82, temos os números de 83, e se V. Ex^a quiserem, nós temos as listas de importação de todas as empresas dentro dessa área, no momento, para dissecar para os Srs. Se V. Ex^as disserem o nome de uma empresa, nós apanhamos a lista e mostramos aos Srs; para isso eu trouxe cinco assessores.

Partes mecânicas e eletrônicas. Quem importa partes, agrega menos. Por exemplo, com três partes os Srs. passam um parafuso tem o equipamento, ao invés de ter dez mil operários, vocês têm três operários para juntar as três partes. Então, a radiodifusão importa as partes; isso aqui: 38% é o de videocassete desmontado, porque como caiu o poder aquisitivo da população, o pessoal deixou de comprar televisão em cores, como nós vamos ver mais tarde, e as empresas, para não diminuir sua atividade industrial, passaram a importar videocassete, criando um novo mercado. Está explicado aqui...

Telecomunicações, importa partes. Está aumentando as partes, porque quando se diminuiu a importação de equipamentos, aumentou a de partes. O estágio é esse: importa o equipamento, depois importa o equipamento desmontado, depois importa os equipamentos. Isso mostra a evolução. E processamento de dados, importa as partes. Aliás, dentro dessa área, esse cálculo para se fazer é bem simples, porque quando se examina a importação de um IBM, tem quase três mil itens diferentes. Enquanto examina uma importação de uma empresa de arte disc

tem uma lista de dez ou 12 insumos só. É a coisa mais fácil de se verificar. O difícil é examinar uma lista de uma Ericsson, de uma IBM, de uma Eletra, isso sim, ou da própria empresa do Edison, que é uma empresa, ótima, uma empresa altamente nacionalizada, é uma empresa exemplar. Gosto muito do produto.

Componentes eletrônicos. Está aqui a indústria de radiodifusão, está aí o videocassete, começou a importar videocassete desmontável, importa menos componentes. Está agregando menos trabalho. Telecomunicações: Atualmente é o setor que mais agrega trabalho e tecnologia nos produtos fabricados. Restringir a importação de uma empresa de telecomunicação porque ela tem participação minoritária de capital estrangeiro, não deixar importar é um crime, meu Deus! Será que não se vê isso? As decisões são tomadas na base do "eu quero" de uma pessoa só, sem perguntar a chefia. Será que é isso que o Governo brasileiro quer? Eu garanto que não. Eu conheço os chefes, são pessoas responsáveis que querem o progresso do Brasil. Eu as conheço. É apenas executivo, às vezes, metido a importante. Às vezes preciso também ser metido a importante, mas não consigo.

Eu fiz uma análise das empresas de informática como um todo. Com pessoa da área de informática costuma separar muito empresa cem por cento nacional, empresa etc, etc, se bem que a gente nunca sabe quando uma empresa tem acordo por debaixo da mesa com o exterior, que é a coisa mais comum. Aliás, no GEICOM aprendemos uma coisa: antigamente, naquela fase de nacionalização, colocávamos duas empresas na mesa e ficávamos olhando como um professor, e eles ficavam discutindo entre si. Então, eles combinavam, o engenheiro saía e dizia: consegui. Chegavam lá fora, eles almoçavam e combinavam tudo ao contrário do que haviam falado. Então, aprendemos a trabalhar. Apresentavam um ao outro e diziam o seguinte: vão lá fora alcemem e tragam a solução daqui a alguns dias para nós. Então, tenho as minhas dúvidas, porque conheço muita gente na área industrial, a maioria dos presidentes de empresas falam-me coisas que não ousam falar para outras pessoas de Governo. Eu sou uma pessoa aberta, bato papo etc. Mas quem tem intimidade, sabe disso.

Importação do setor de processamento de dados. Todas as indústrias: muito poucas componentes dos 100%, 7%; parte mecânica e eletrônica, muitas: equipamentos, muitos 23%, é um percentual muito alto; bens de produção: 4, que são meios para a fabricação, 4% total de 100%. Já as empresas 100% nacionais têm um desempenho melhor em componentes, elas importam mais componentes do que as multinacionais. As partes mecânicas, importam um pouco menos, está melhorando. Os equipamentos, entretanto, importam mais, porque, na verdade, as empresas tipo IBM importam os grandes equipamentos de alta tecnologia em partes e montam.

E simplesmente os bens de produção: 6%. Isso aqui é caracteristicamente assim pelos princípios. Os produtos fabricados aqui são de tecnologia muito baixa ainda em relação a esses produtos fabricados pelas grandes empresas, que são os computadores e periféricos de grande porte. Então, é compreensível esse tipo de divisão.

Eu quero dizer, mais uma vez, que as empresas não têm culpa disso. As empresas são ótimas, eu tenho uma filha trabalhando numa dessas empresas, são excelentes, problemas simples de escala industrial. O setor de telecomunicação, que é uma espécie de reserva de mercado, que a gente compra sempre de três ou quatro empresas. Com isso essas empresas têm uma quantidade de mercado grande e o preço cai, é por causa disso que nós temos a nossa reserva de mercado.

Fala-se muito aqui, no Brasil, em faturamento, como se faturar fosse uma grande coisa. O meu filho, no outro dia, — aliás eu falo com muito orgulho, eu tenho um filho com dezessete anos, que é voluntário do Exército

Brasileiro, passou para o IME, então estão promovendo ele, o garoto é voluntário com dezessete anos; para anos, para o meu orgulho. Ele está satisfeito e diz: papai eu estou faturando trinta e seis mil cruzeiros. Para ele é uma grande fortuna, mas para mim talvez seja um preço de um jantar.

Então, eu vou mostrar para vocês o que é faturamento no Brasil. Está aqui o faturamento da Ericsson, da NEC, da NEC, da SESA, da EQUITEL, de duzentos e trinta, duzentos e quarenta mil dólares, cem, cinquenta e nove etc. Vou passar para outro.

Está aqui o faturamento da indústria de radiodifusão; SHARP: trezentos milhões, cento e setenta e dois da Philco, cento e setenta e três da Gradiente, tudo isso em milhões de dólares. Isso é faturamento! É potência realmente. E é faturamento, não é duplo faturamento: a primeira empresa vende para a segunda e a segunda vende para a terceira e depois você soma e dá o faturamento. Não, isso é faturamento singelo. Faturamento da indústria cobra: cento e vinte e um, o resto é tudo nessa base. Esses são dados de 82 e de 83; eu sei que tem uma empresa muito boa, chamada pró-lógica que faturou quase oitenta e um milhões de dólares, a preços locais, evidentemente. O resto é vinte e dois, vinte, é uma nota fabulosa, mas é uma coisa que a gente sente orgulho por ser uma indústria nascente, ser uma indústria nacional, ser constituída por engenheiros brasileiros, indústria protegida pelo Governo, tem todos os méritos, mas coloquemos as coisas nos seus devidos lugares. Como disse aquele garoto: o rei está nu e ninguém vê isso. O rei está nu. É isso que eu quero mostrar: o rei está nu.

Talvez seja essa uma das razões por que Edson não veio aqui, acredito. Mas nunca a gente iria desmentir um industrial, e por sinal excelente, bom cientista, bom industrial, bom patriota, apenas ele tem os interesses próprios dele que ele confunde com os interesses da Nação. Como eu não tenho interesse nenhum a não ser o meu, que é o da Nação, então eu sou imparcial nesse tipo de colocação. E tem mais: nunca escondi o meu pensamento, tenho falado isso a vários generais, a vários oficiais, e a muitas pessoas inteligentes no Brasil. E posso também afirmar uma coisa: recebo muitas propostas de empregos, recusei todas até agora; até o final do Governo eu continuo no Governo, depois eu vou cumprir a minha missão.

Isso aqui é indústria de componentes. Vamos agora fazer o seguinte: estamos fazendo um esforço de exportação tremenda, para fazer um esforço de exportação, é preciso ter preço competitivo. Vamos avaliar os preços; por área, em todas as áreas brasileiras, todos os subsetores industriais: linhas, o valor de comunicação, preços médios unitários, de 83%; centrais de comutações eletromecânicas: trezentos e sessenta dólares, e trezentos e trinta, o preço internacional. Acredito que nós vamos baixar esses preços, não vai demorar muito tempo, o nosso chefe de departamento da TELEBRÁS está afirmando isso.

Centrais de comutação eletrônica: quatrocentos e vinte dólares, contra trezentos das internacionais. Multiplex: oitocentos e vinte por quatrocentos; isso porque está em extinção, equipamento obsoleto. Multiplex PCN 380 contra 360; Multiplex PCN é aquele equipamento que Sr. Melo falou que tinha muito mais computação e técnicas digitais do que muitos computadores que se vendem aqui. E ele estava com razão. Ele é emocional, eu não gosto da maneira emocional, mas ele fala algumas coisas corretas. Só que vai lavar a roupa suja fora de casa, isso não se faz. Rádios analógicos digitais, esses rádios a gente fabrica quinhentos por ano, por causa disso é que o preço dele é duas vezes ou três vezes o preço internacional, puro problema de escala industrial, exatamente o que acontece na indústria de informática, eles não têm culpa, como essas indústrias não têm culpa. Rá-

dio UHF, teleimpressor e aparelho telefônico, onde há escala industrial o nosso produto é mais barato. O telefone no Brasil custa mais barato do que no exterior, o pessoal lá fora tem pavor desse mercado. O telefone público brasileiro custa quatrocentos dólares, contra seiscentos dólares o preço internacional. Daí, porque quando se vai pela América do Sul, todos os telefones públicos são parecidos com os nossos, são aqueles da DARUMA, é uma empresa nacional ou da ICATEL, que é outra empresa nacional, aliás a DARUMA era uma empresa nacionalizada, era uma empresa japonesa, hoje em dia é uma empresa 100% nacional, dentro daquela estratégia que nós colocamos; a empresa veio para cá, nacionalizou a produção, nacionalizou parte do capital, e depois se tornou uma empresa cem por cento nacional. Era uma empresa que não requisitava, não precisava de muita tecnologia. É preciso que esse vínculo seja permanente, senão a gente não vai ter fluxo tecnológico, ou vai investir tanto em tecnologia, que o produto nosso não fica competitivo.

TV em cores no Brasil custa trezentos dólares no Brasil, por quinhentos dólares nos Estados Unidos, custa quatrocentos mil cruzeiros um TV em cores, é só ler no *Jornal do Brasil*, ou no *O Globo* de domingo que vocês vão ver. TV preto e branco: cem dólares no Brasil, contra 80 no internacional. Esse televisor já custou 75 no Brasil, como caiu a produção, o que aconteceu foi isso.

Eu vou me permitir fazer aqui um pequeno comentário, que eu ia fazer mais tarde. Vocês sabem por que a televisão custa trezentos dólares no Brasil? É porque toda a tecnologia disso é importada. Eu sou engenheiro projetista de televisão, eu já fiz um projeto de televisor em cores, e de vários preto e branco. Não há problema nenhum a gente fazer, só que nós fabricamos um milhão e quatrocentos mil televisores em cores por ano, e o que vai acontecer é o seguinte: Se a gente fizer esses televisores com projeto local; o custo dele em vez de ser de trezentos dólares, vai ser seiscentos, em vez de vendermos um milhão e quatrocentos mil unidades — o ano passado foi um milhão e seiscentos mil — nós vamos vender talvez seiscentos mil; e poucos são os brasileiros que podem pagar 600 dólares por um televisor. Então, isso significa que a gente vai baixar a produção e vamos entrar num círculo vicioso. Aliás, nesse setor, eu falo com muito orgulho. Todas as empresas brasileiras que utilizaram tecnologia estrangeira como a SHARP, como a EVADIN como a SEMP, tiveram um desempenho melhor do que as empresas multinacionais, porque as multinacionais tinham um desenho próprio delas, e que não competia com o desenho japonês; resultado, como a SHARP tinha o desenho japonês, ele passou a perna nas empresas multinacionais, e hoje em dia elas são uma empresa muito mais importante do que as empresas no mercado de livre empresa. A única proteção que eles tinham era o sistema PAL/M, quer dizer, essas empresas tiveram que vir para o Brasil, para fabricar aqui no Brasil. Os brasileiros não tinham tecnologia mas tinhamos dinheiro, compraram tecnologia dos japoneses e passaram a perna nos americanos. A SHARP, hoje em dia, é a maior empresa, a outra é a EVADIN, e vamos entrar em detalhes mais adiante.

Em processamento de dados, eu divido em duas partes, profissional e popular. Minicomputador, para as características dele, 84 mil dólares no Brasil, e preços que variam no exterior, dependendo da capacidade, da complexidade do sistema, de 28 a 47 mil dólares. Não é culpa nossa e nem das indústrias, pelo amor de Deus, é escala industrial. As empresas são ótimas, conheço muita gente que trabalha lá. Núcleo computador profissional, 3,5 mil dólares contra 2,5 mil dólares. Periféricos: impressoras de linha, 22 contra 66, 25 contra 68. Discos magnéticos, 1,6 contra 2,6. Discos magnéticos 4,8 contra 21. Nós estamos conseguindo bons resultados com discos magnéticos. Acho que o nosso preço está muito bom até, pela es-

cala industrial que nós temos. Apenas a verticalização está boa. Fita magnética, 5,9 contra 16,8. Terminal de entrada de dados também está bom porque os bancos desenvolveram muito isso.

Na parte popular, um microcomputador, disco, teclado, dois discos, 64 kbs, no Brasil custa 3 mil e 900 dólares, no exterior 1 mil e 200 dólares. Tem gente que consegue comprar isso por 800, 900 dólares. Mas, eu estou falando preço de revista. Eu abri as revistas e fui olhando. Eu sei que quando chega na loja tem desconto, mas eu conversei com várias pessoas que entendiam dessa área e resolvi manter os 1 mil e 200 dólares. O problema é de escala.

Discos magnéticos flexíveis: 200 contra 400 a 600, dependendo do disco. Impressora matricial, 300 contra 1000. Tem algumas nacionais que encontramos a 800 dólares, mas de baixa qualidade. E, microcomputador, aquele de entretenimento, aquele que fabricamos 45 mil por ano, que é um televisorzinho, aqueles brinquedos, 60 a 200 dólares no exterior, e aqui de 200 a 600 dólares. É um produto barato face à escala.

Eu fiquei com medo do tempo, então, antes de analisar setor por setor industrialmente, vou falar sobre componentes eletrônicos, porque para se produzir alguma coisa é preciso que se tenha esses insumos. Então, vamos ver sobre componentes eletrônicos. Eu vou passar muito rapidamente, porque isso aqui... Nós temos 80 empresas. (Pausa.) Aqui se fala muito em componentes também passou a ser política. Componente em qualquer lugar no mundo não é política, aqui no Brasil passou a ser política. Se continuar assim não vai ter mais lugar para engenheiro, vai ser todo mundo político. Eu acho que classe política é classe política, agora, tentar fazer carreira política utilizando componentes é outra coisa, o que talvez é um bom caminho, porque parece que está dando certo.

O setor de componentes eletrônicos, nas nações superdesenvolvidas, o setor de eletrônica profissional é um dos principais responsáveis pela demanda, recebendo os demais setores eletrônicos benefícios tecnológicos gerados para esse setor profissional. É o plano espacial nos Estados Unidos, é a indústria bélica. Por exemplo, a indústria bélica desenvolveu as calculadoras, o plano espacial também, a indústria civil aproveitou esse desenvolvimento.

No Brasil, nós somos um país pacífico, entretanto, a demanda é gerada pelo setor de receptores de rádio e TV que, em razão de competitividade no mercado interno e de exportação, utiliza projetos atuais transferidos do exterior, o que desestimula o reforço de desenvolvimento na área de componentes face à escala econômica. Eu já expliquei por que, não se consegue. A política é a seguinte: é dar televisão para o povo ou, vamos dizer, privilegiada elite. Eu não tenho poder para comprar um videocassete, mas a indústria foi obrigada a vender videocassete para poder sobreviver, face à queda de mercado. Portanto, tem que usar tecnologia importada para fazer televisores baratos, se não o povo não tem televisor. Agora, meia-dúzia de caras que querem garantir o seu emprego, de cientista, de engenheiro, dentro da empresa, pega a tecnologia própria nesse ramo. Resultado, o preço do televisor sobe, e com isso vamos ter mercado porque o povo vai deixar de ter televisão. Então, isso quem vai decidir é o Congresso, são os políticos. Tem que ser decisão política de um país, e não um tecnocrata que tem de decidir isso, não sou eu, reconheço o meu lugar.

No Brasil, entretanto, a demanda é gerada pelo setor de receptores de rádio e TV. Podemos creditar a esse subsetor de comunicações a demanda interna de 70% dos semicondutores, 85% de capacitores eletrolíticos, 90% dos resistores de películas, 90% de potenciômetros de carvão, 98% de capacitores de cerâmica. A demanda do setor de eletrônica profissional é ainda pequena, não

constituindo peso econômico face aos demais componentes, capaz de incentivar as indústrias em investir para produzir principalmente, porque o setor de telecomunicações, o grande demandante está desaquecido, e o setor de informática ainda tem uma demanda pequena capaz de incentivar os investimentos dentro dessa área.

Nós temos um grande controle sobre o mercado, porque, geralmente, todos os industriais quando querem fazer investimentos no Brasil vêm conversar conosco, e nós então damos as oportunidades industriais para eles, grátis, como forma de colaboração do Governo, de modo a evitar concorrência predatória entre as empresas e ocupação de lugares vazios na Nação. Esse setor de componentes é constituído de mais de 80 empresas, 22 mil empregados, e faturou, em 1983, 920 milhões de dólares. Componentes não é só semicondutor, é um parafuso, é uma porca, é uma dobradiça. Engraçado, aqui nós metemos em coisa que, às vezes, não vamos ter capacidade de fazer. Agora, fazer o desenvolvimento de um cadmiando passivado, fazer o desenvolvimento de uma cromagem bem feita, nós sabemos fazer no Brasil, ou, às vezes, fazer com a (... do metal) também não sabemos desenvolver, porque ninguém trabalha nisso, não dá glória, não dá prazer.

Vamos então, comparar o mercado brasileiro com o mercado do exterior, e aqui cabe a nossa posição, face aos investimentos que podem ser retornados ou não. Então, o mercado brasileiro é de 0,9, enquanto o mercado mundial é da ordem de 50 bilhões de dólares. São componentes ativos, passivos e eletrônicos. Os ativos, passivos e eletromecânicos. Os ativos dizem respeito a 51% desse mercado. Mercado brasileiro é 0,9. Desculpem, eu me enganei, não é 51%, é menos.

Essa é a evolução do mercado brasileiro de componentes eletrônicos, ativos, passivos, eletrônicos; a demanda, a produção e a importação. Mesmo a produção caindo V. Ex^a podem notar que a demanda se manteve crescendo, ou pelo menos num nível razoável. Isso porque as restrições de importações sempre resultam num momento de encomendas às indústrias de competentes. Só que isso tem de ser feito racionalmente, nós somos favoráveis a que haja uma restrição de importações, que resulta nesse aumento, sem dúvida nenhuma, mas é preciso que se faça isso com cuidado, porque, às vezes, para ajudar uma empresazinha dessa, nós prejudicamos todo um parque industrial. Lembre-se daqueles conceitos iniciais que foram feitos no início.

O Brasil tem uma produção local, uma importação e uma exportação. Aqui é mercado brasileiro de componentes eletrônicos específicos, exemplos de cada um. Mercado de semicondutores — isso aqui é o seguinte: em 1980 houve uma queda de receptores de radiofusão. O Governo não remunerou a caderneta de poupança, então o pessoal começou a retirar todos os fundos; e investindo em domésticos. Então, aqui nesse ponto, nunca a demanda foi tão grande como naquela época. Como o dinheiro estava barato e a procura grande, as empresas pegavam o capital de empréstimos e investiram no aumento da capacidade produtiva. Quando chegou aqui nesse período da produção, o que aconteceu? O Governo percebeu o erro que tinha feito e remunerou corretamente a poupança popular, ao mesmo tempo a Argentina iniciou uma série de restrições contra a importação de produtos brasileiros e, com isso então, houve uma demanda de quase 23% na produção de receptores de radiofusão. Isso mostra essa curva, olhem o efeito a forma da curva em toda a demanda de componentes. Isso significa que esses setores, o industrial e o de radiofusão, os efeitos e as dificuldades que eles atravessam, é que acarreta todo o desenvolvimento da indústria de insumos e não a indústria de determinada área. Então, a política nacional tem de ser feita em cima da radiofusão, e não em cima de um determinado setor que não pesa nada. E

vou provar isso aqui: meu Deus, economista de primeiro ano, aprendemos isso no primeiro ano de economia na Escola de Engenharia. Mas isso aqui não presisamos nem aprender em economia, é óbvio.

O principal componente é o semicondutor. Total do mercado mundial, 18 bilhões de dólares. O Brasil tem 0,19 bilhões de dólares, ou seja, 1%. Está aqui a posição do Brasil, 0,192 bilhões contra 10 bilhões dos Estados, 27,1 do Japão, 16,1 da Europa Ocidental. Eu estou mostrando fatos. Esse tipo de curva usamos para se situar em relação ao mundo, e como maneira de não amedrontar nossos vizinhos na hora de vender equipamentos para eles.

Se nós fizermos uma distribuição de semicondutores pelos diversos setores industriais, vamos ver que comunicações são 138,1 milhões de dólares do total de 192. Daí por que o comportamento do setor industrial de comunicação afeta a demanda e a produção de semicondutores no Brasil. Fazer uma política industrial, diretrizes e incentivos, sem ser baseado na indústria que gera o mercado para ela, não é uma coisa correta, pelos menos tecnicamente. Pode ser que existam outras orientações, aí teriam que ser políticas, aí já não entro mais em detalhes, eu bato as botas e obedeco, não tem nada, só estou mostrando.

O produto principal ainda no Brasil é o discreto, por causa do estágio ligeiramente ainda atrasado na nossa indústria em relação aos mercados mundiais. Mas, circuito integrado é 45,2 digital, que é o setor mais politizado, que entra na política no meio, é de 45,2 do total de 192 milhões de dólares.

Se, agora, abrírmos o leque e formos ver o que significa o setor digital, que é 45,2 milhões de dólares, vamos ver que o maior consumidor é o setor de processamento de dados, com 21,8 os demais são 12; 11,2, sem dúvida nenhuma que é. Só que existe um pequenino problema; desses 21,8 do mercado, só a IBM, em 1982, era 11,7 milhões. Então, sobra para Burroughs e todas as empresas nacionais 11 milhões de dólares. Ou seja, isso não é número que se viabilize nada. Mesmo se for em caráter estratégico, nós temos de fazer uma política para proteger esse segmento industrial, e eu concordo inteiramente com isso, inteiramente endosso essa política de proteção a circuitos impressos digitais, mesmo que ele não seja viável economicamente, desde que não se prejudique os outros segmentos industriais, radiodifusão e comunicações. Assim, ainda tem o perigo que a evolução tecnológica é tão violenta, que podemos estar desenvolvendo um produto e ele já estar obsoleto antes de nascer. Por exemplo, quem se lembra daqueles relógios da Texas, aqueles vermelhinho, que ela lançou no mercado e, dois meses depois, os japoneses começaram a lançar os relógios de cristal líquido, que era muito mais barato, e a Texas quase falhou nos Estados Unidos.

Eu vou contar um outro exemplo para vocês, e vou começar devagar, mas é interessante. Vocês conhecem aquele minicassete. A Phillips gastou perto de 40 ou 45 milhões de dólares no desenvolvimento do primeiro, o japonês pegou esse minicassete, assim que a Phillips acabou de lançar isso no mundo, e colocou 5 milhões de dólares no desenvolvimento do produto que já havia sido desenvolvido pela Phillips, e com esses 5 milhões de dólares adicionais lançou um produto muito melhor e mais barato que o produto Phillips, que era o original. Resultado, ele tomou o produto dos holandeses. Os holandeses que não tinham obtido a remuneração dos investimentos deles, não sentiram coragem de ir adiante e o mercado ficou com os japoneses. É uma estratégia inteligente dos japoneses. Eles esperaram os outros fazerem e tomaram.

Outro exemplo disso foi o do videocassete. Ele foi criado pela Phillips e quem fabricou foram os japoneses. Quando eu estive na Europa, estava com o Presidente da

Phillips, senti que ele fez um telefonema para o Presidente da Sony, e eu que conhecia ambos fingi que não sabia, mas prestei a atenção no telefonema, e percebi que eles estavam combinando. Eles estavam falando o seguinte: nós agora combinamos que a Phillips não vai desenvolver nada, ou fazemos em conjunto ou não fazemos mais nada. Então, nas novas tecnologias, a Phillips para não "banciar o pato", desculpem-me o termo, resolveu desenvolver junto com a Sony, daí por que eles resolveram se associar. Então, eu prego é uma política desse tipo para o Brasil. Nós temos de ser inteligentes, não é bancar o herói não.

Vamos olhar a posição dos digitais em relação a nós. Aqui está a posição dos Estados Unidos, do Japão, da Europa e a posição do Brasil. Ou seja, os EUA têm 7,3 bilhões de dólares e o Brasil tem 0,045 bilhões de dólares, ou 45 milhões de dólares. Vamos acordar? Vamos olhar as coisas com lógica? Eu vou contar a vocês um segredo. Uma boa estratégia, quando vamos conversar com uma pessoa, é a gente se medir e medir o oponente, daí a gente sabe a atitude a tomar. E aqui, nesta mesa, estou me medindo e medindo os Senadores e Deputados aqui presentes, e sei exatamente a minha posição pequena, que deve ser. Daí por que, então, eu digo o seguinte; eu não vou me dirigir a um Senador ou a um Deputado como me dirijo, por exemplo, a um colega de trabalho ou a um subordinado, porque eles representam a Nação brasileira, e eu estou falando à Nação quando falo com eles. Então, nós temos que nos medir. Eu acho que o Brasil tem que se medir com os outros para saber as atitudes a tomar. Eu fiquei triste porque os Senadores não vieram à Comissão; falei de maneira delicada.

Aqui tem uma lista de fabricantes, mas não vale a pena. São 18 fabricantes, inclusive Itaucom em implantação, a nova fábrica da SID que comprou a Philco, e agora vai ter que agüentar os prejuízos durante anos. Aliás, até hoje não o entendi, se os americanos estavam pegando os prejuízos, porque nós tínhamos que fazer uma empresa nacional e assumir os prejuízos? Aí eu fico pensando, será que ela comprou isso realmente por causa dos prejuízos, ou porque ela estava comprando a liberdade dela de um cartório. Porque uma grande empresa de equipamentos ter que depender de um concorrente para obter os insumos é uma coisa muito perigosa, e para quem fatura 310 ou 320 milhões de dólares, 9 milhões de dólares não é nada, desde que se tenha liberdade para produzir e não depender de um concorrente. Isso pode não ser verdade, mas não deixa de passar por essa caixa aqui. Eu apenas externei um pensamento que pode ser falso. É apenas imaginação minha, mas eu trabalhei em circuitos, e quem trabalha em circuitos eletrônicos tem que prever tudo, tem que prever as consequências de tudo que acontece no circuito, e eu aprendi a raciocinar, prevendo tudo que poderia acontecer. Pode ser que não seja nada disso. Pode ser que seja uma operação comercial até viável. Na nossa opinião não é porque já não era quando a Philco implantou a fábrica. Nós apenas gostamos quando ela implantou a fábrica, era uma empresa vertical, o máximo que podia acontecer a empresa falir. E daí, era dinheiro americano, não era dinheiro brasileiro. Nesse ínterim ela tinha dado emprego a brasileiros, ela tinha trinado nossa equipe e as máquinas iam ficar no Brasil. Pois se ela não tinha nem começado quando aconteceu isso, agora quem vai pagar somos nós. Outra TRANSIT aí. E tem mais, as outras que investiram e que acreditaram, Itau, Docas, etc., como é que vai ficar com o mercado de 11 milhões de dólares? Quem conhece microeletrônica sabe que os investimentos são fabulosos nessa área. Tem que pensar. Colocar a cabeça para trabalhar, para saber o que fazer. Eu não sei honestamente.

Vamos agora falar das indústrias em geral e analisar os diversos segmentos industriais. Setor industrial de telecomunicações.

Número de indústrias: 70; capacidade de produção 1,85 bilhão de dólares; produção, 0,86 bilhões, 0,76 bilhões, é um setor em recessão, 60% de capacidade ociosa.

Mais tarde eu vou explicar por que é que existe rusga de empresas telecomunicações versus informática. Todos os dois são bons, mas vou explicar porque é que existe isso. Aí começa a xingar um que é multinacional o outro que é nacional, é tudo nacional. A SEI tem o espírito nacional, como o Ministério de Comunicações é extremamente nacionalista. Apenas o que existe é uma rivalidade de segmentos industriais, e eu vou mostrar por que. Não tem nada de Governo. O Governo é ótimo, se entende às maravilhas. Isso eu quero deixar bem claro. Nossos colegas da SEI são gente competente, gente boa e sabe o que está fazendo.

Número de empregados: 36 mil e 400, sendo 2 mil e 500 de nível superior. Investimento em pesquisa e desenvolvimento: setor privado, 150 milhões de dólares; TELEBRÁS, 143. Total, 293 milhões de dólares. Eu estou deixando o mais emocionante para o fim, é que nem novela. Tomem nota desses números; 150 milhões de dólares em 10 anos. É um número razoável para a condição brasileira.

Instrumentos utilizados pelo Ministério das Comunicações na proteção do mercado interno. Mercado monoposônico, o poder de compra, homologação de registro, normas técnicas. Como eu já falei, normas técnicas é fundamental. Eu tenho a impressão, Sr. Senador, que eu já ouvi V. Ex.^a fazer uma exposição no Rio de Janeiro sobre a importância das normas técnicas no campo da proteção à indústria nacional no Hotel Glória.

Mercado da oferta e da procura; similaridade, homologação e registro, normas técnicas, preço e qualidade. Exemplo: Com o sistema PAL/M nós reservamos toda a indústria de televisores, que, no último ano, produziu 8 e meio milhões de dólares, indústrias localizadas no Brasil. Venceram as nacionais e "passaram a perna" nas multinacionais.

Faixa-cidadão; o faixa-cidadão tem uma canalização diferente da internacional, quer dizer, não entra. Se entra é de uso ilegal. Telefone sem fio, acabamos de fazer agora. A norma é diferente da internacional. Resultado; pode comprar o equipamento no contrabando, onde quiser, mas está arriscado a alguém pegar um, e não tem o sistema de segurança que nós temos, e fazer uma discagem de DDD, e vai pagar mais do que ele pagou pelo telefone. Isso é proteção.

O mercado de telecomunicações é constituído do público, e do privado. Nesse aqui vale a lei da oferta e da procura. Vale aquele sistema de proteção. Homologação significa que o equipamento é homologado pelo Ministério quando tem índice de nacionalização correto, ele tem qualidade examinada por um laboratório, ele cumpre as normas, especificações do Ministério, ele é homologado. O público, a gente compra através do poder de compra. Eu não vou entrar nesse mérito, porque o Ministro Haroldo Corrêa de Mattos falou na reunião passada. O mercado aqui equivale a 20%. Nós aqui temos uma reserva de mercado. Essa reserva de mercado, entretanto, não inibe o crescimento das demais empresas do setor de comunicações. Por quê? Porque eles podem vender o produto para o setor privado, e algumas empresas que militavam no setor privado produziram tão bem que desbancaram algumas empresas que estavam protegidas aqui pela reserva de mercado. Então, nós temos a reserva de mercado, mas não proibimos o nascimento de nenhuma empresa que não seja da reserva de mercado. Simplesmente porque ele tem outro mercado, que é a lei da oferta e da procura. Quer dizer, nós não criamos restrições à importação nenhuma.

Vamos olhar o nosso mercado e o mercado exterior do Brasil. Em milhões de dólares: 9,6 milhões, Brasil 0,7.

Vamos agora dar uma idéia da capacidade industrial desse setor.

Capacidade industrial significa segurança nacional. Pode ser que, um dia, a gente entre numa conflagração mundial, não sei com quem, pode acontecer. Eu posso garantir que no começo, talvez até a gente recue, mas duvido que a gente perca. Porque a potência industrial do Brasil é violenta, e as indústrias instaladas no Brasil têm o seu potencial e podem ser, rapidamente, norteadas no sentido de atender a produção bélica, e isso a gente tem sempre levado às Forças Armadas, e em especial ao EMFA, que é o órgão tecnológico das Forças Armadas.

Aqui nós temos o produto, número de fábricas, a capacidade instalada e a produção efetiva até 1982, nós já temos 1983, mas não dava tempo para colocar. São números fabulosos; telefone; 1 milhão e 600 mil, que tem 700 mil linhas equivalentes por ano, e assim sucessivamente; 9 mil toneladas de fios e cabos, amplificadores, rádios de alta capacidade. Aquele rádio que custava caro, três vezes o preço internacional. Produzimos 450 rádios; 18 mil rádios monocanais, carga de assinantes e etc. Olhem só uma coisa; a capacidade, a produção, o número de fabricantes da produção. Todas essas empresas são terrivelmente verticalizadas, algumas só compram matérias-primas. Por outro lado, está surgindo uma nova tecnologia, que é a tecnologia de informática, que é difícil de produzir. Essa indústria aqui, ela foi obrigada pelo GEICOM, através de boas maneiras, como mostrei a vocês, a nacionalizar violentamente a produção. Eu conheço todas essas fábricas, não digo como a palma da minha mão, mas conheço muito bem. De maneira que essas empresas têm capacitação tecnológica, têm as máquinas para produzir e têm a origem da tecnologia e têm um mercado em potencial, que é o mercado de informática.

Evidentemente a gente olha para esse quadro e podemos deduzir as razões do temor da indústria de informática. Eu também tremeria de medo. Concorrência de um setor competente, experiente, maduro e ocioso em busca de novos mercados. Então, essa turma com medo do gigante poderoso industrial brasileiro, como eles criam esses problemas políticos na imprensa e procuram envolver órgãos do Governo pensam que da mesma maneira, no sentido de nacionalizar a produção e tornar o País forte industrialmente. É essa a razão. Então eles dizem: Essa empresa não pode produzir, porque tem capital estrangeiro. Aí coitado, quando o burro do industrial acaba de nacionalizar o capital, endividando-se violentamente, ele também não pode entrar porque não tem a tecnologia, porque tem que ter tecnologia própria, aí ele fica sem uma e sem a outra e vai falir. Não é verdade. Chefe do Departamento? Tem algumas empresas nesse caso.

Eu não quero citar nomes, mas se for necessário eu cito na Comissão, não quero envolver nomes de empresas. O que existe, na realidade, é uma concorrência violenta interna. Não sei como resolver isso honestamente. Talvez tenha que ser resolvido politicamente. Eu aqui, como falei, só estou analisando fatos, não vim discutir política. Estou analisando fatos como tecnocrata, como técnico.

Os resultados do trabalho de nacionalização nossa e dos colegas da TELEBRÁS, evidentemente, estão aí. As importações caíram de 250 milhões de dólares até 1968, aqui tornaram a subir por causa da importação de CPA, e aqui caíram pelo início do trabalho do GEICOM. Mas isso aqui não caiu por causa do nosso trabalho. Essas empresas, se tivessem, elas estariam aqui, porque fariam de maneira mais gradual de modo a impedir que elas diminuíssem a produção. Isso foi restrição, discriminação contra a empresa. Se ela não tem coragem de falar isso publicamente, isso é problema dela. Eu, como Governo, coloco os fatos.

Aliás, com o perdão dos representantes da ERICSON aqui presentes, vocês são sócios de um grupo pode-

roso e sócios da Volkswagen, um grupo que tem uma engenharia, que talvez a melhor do Brasil em matéria de técnicas digitais. Isso é uma "bronquinha" que estou dando. Afinal não sou eu só que tem que defender os interesses do Brasil. Vocês têm que defender os interesses seus, dos seus empregados e dos seus consumidores. Desculpem a bronca. Vocês sabem que dou, mas sou amigo de todos vocês. Desculpem também a minha atitude diante dos Srs. Senadores.

Bem, o que interessa são dados relativos. Se fizermos uma relação entre as importações pela indústria de telecomunicações e o investimento total TELEBRÁS, o que verificamos é isso: em 1975, 20% dos investimentos eram importações, agora somente 5,3%, são dados relativos. Isso é fruto do trabalho da TELEBRÁS, isso aqui é fruto do trabalho da GEICOM.

Atualmente o preço dos produtos e as importações necessárias para complementar a agregação de material nacional e fabricar esse produto... Eu estou sendo um pouquinho injusto aqui, porque em esqueci do CDI. O GEICOM fazia parte do plenário do grupo I do CDI, e o CDI sempre é que fez a política industrial do Brasil, peço desculpas ao Tales. De modo que nessa bancada do CDI é que se discutia todo mundo com o seu enfoque setorial, e as decisões eram tomadas em conjunto. Eu brigava para defender as comunicações e o sujeito da ELETROBRÁS brigava para defender a ELETROBRÁS. Mas quem decidia tudo era o CDI, e ele nos ajudou a fazer muito. Nós nunca fizemos restrições de importações, ele fazia tudo para a gente. Desculpe falar, mas o CDI hoje não trabalha. Então nós ficamos desamparados. Então as nossas importações já não são mais controladas pelo CDI, e a gente perdeu o controle sobre a nossa produção industrial que a gente consome. O nosso controle era feito através do CDI, através do grupo setorial I, do qual nós fazemos parte, eu tive a honra de fazer parte desse grupo. Então eu acho que as políticas industriais têm que ser tratadas de maneira ampla.

Ontem eu participei de uma mesa-redonda no **Jornal do Brasil**, no Hotel Maksoud, fiquei até surpreendido. É prova que venho falando há anos e alguém já está ouvindo pelo menos. Então numa hora lá, um determinado Senador, muito querido aliás, fez uma colocação de um detalhe. Pedi desculpas a ele e falei: Sr. Senador, com o devido respeito, eu acho que a coisa tem que ser colocada num nível mais elevado. O que a gente tem que decidir é o seguinte: Na situação em que vão as coisas, cada vez eu gasto mais com comida. Como eu sou da classe média, eu acredito que quem está abaixo de mim não está conseguindo sobreviver. Isso talvez por causa da nossa balança de pagamento, porque a gente precisa exportar. Como é preciso exportar, a gente exporta alimento e deixa de ter esses alimentos. Então, nessa altura dos acontecimentos temos que partir de uma política global. O Brasil vai pagar ou não vai pagar? Eu acho que deve pagar. Não sou eu que decido, mas é uma questão de honra. Pode ser que não seja honra, tem que ser no braço mesmo. Não sou eu que tem que decidir. Como nós vamos pagar? Exportando. Mas se exportar comida, a gente morre de fome. Aumenta o preço, daqui a pouco eu gasto o meu salário só no supermercado. Estou gastando por semana 85 mil cruzeiros. E tenho um goroto forte que come tudo. (risos) Então temos que fazer o seguinte: não exportar alimentos, exportar produtos industriais. E a partir daí, formular toda uma política industrial, que todos os órgãos interessados estejam numa mesa colocando os seus pontos de vista. Onde vai ser isso eu não sei. Não sou especialista nesse tipo de colocação. Pode ser o Congresso, pode ser o Executivo. Não se pode tratar assuntos globais. Não é a gente impor o nosso ponto de vista, não é o setor de comunicação impor o seu ponto de vista, não é a ELETROBRÁS, não é a energia impor o dele, nem a informática impor a dela, nem eu botar banca: eu quero, ou o meu colega ou o outro colega; não tem nada disso não. Não sou representante do povo, sou

um empregado do Executivo, como o outro não é representante do povo, é empregado. Então não posso falar em nome do povo, posso falar em nome da razão, ou dos números em que sou especialista.

Pesquisa e Desenvolvimento. Eu conheço a pesquisa e desenvolvimento da Ericsson; é fabuloso. Ela investiu 53 milhões de dólares, dos quais 36 de 81 a 83. A SESA, 21, dos quais 5 de 81 a 83; a EQUITEL; 18; ELEBRA, 13. ELEBRA é uma empresa excelente, nacional, ótima. NEC, 7, dos quais 4 de 81, outras, 40, dá um total de 152,5, maior do que 150 milhões, mais 143 do grupo TELEBRÁS, dos quais, em 84, 16 milhões, isso dá mais de 300 milhões de dólares. Para um setor que fatura horrores e não é duplo faturamento, é faturamento de produto final.

Esse aqui são os projetos de Centro e Pesquisa e Desenvolvimento. Eu trouxe isso aqui, porque numa palestra do Sr. Edson Fregni ele disse que o CPQD não produzia nada, e eu fiquei espantado, porque na minha opinião está produzindo demais pelo poder econômico que o Brasil tem hoje em dia. Eu acho que estamos jogando muito na elite, e muito pouca coisa naquilo que não é elite. Nós aqui não estamos para comentar emprego de meia dúzia de cientistas só para eles terem boa vida, desenvolvida dos compromissos com a realidade. Se bem que os da TELEBRÁS são ótimos.

Segmento de mercado atendido com equipamentos desenvolvidos através da tecnologia do CPQD: 65 milhões de dólares por ano. É um laboratório prático. Agora, às vezes, jogar 5 milhões para desenvolver uma pesquisa que nunca vai ser utilizada, aliás, alguns cientistas são tão patriotas, mas tão patriotas, que quando um deles me pressionou para ser presidente do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, eu disse: Não conte comigo, porque nós temos uma pessoa competente lá e muito boa, que está fazendo um ótimo trabalho. Ele virou para mim e disse: Se o Governo brasileiro não me quer, a Força Aérea Americana já me fez um convite e eu vou trabalhar com ela. A vontade que me deu de falar com ele foi a seguinte: "Seu sei lá o que, é assim que tu és brasileiro ou tu estás pensando no teu bolso?" Não vou falar o nome dele, porque ele trabalha na empresa privada. Aliás muita gente confunde os interesses nacionais com os próprios.

Emissoras Brasileiras de Radiodifusão. O Brasil tem mais de 1.500 emissoras e mais 280 instalações aproximadamente, 4 mil retransmissores. Televisão, nós temos 116 emissoras e 4 mil retransmissoras. Todos eles são privados, com exceção de algumas empresas da RADIOPRÁS, instalada na Amazônia. Para ouvir isso nós temos no Brasil quase 18 milhões de receptores de radiodifusão, de televisores e mais de 80 milhões de receptores de rádio, ou seja, o Governo brasileiro se comunica com toda a população através desse sistema de emissoras. Nesse setor industrial todas as empresas são nacionais, nenhuma multinacional. Eles venceram a concorrência internacional pelo menor custo e esse setor ainda tem uma lei do Congresso Nacional contra ele. É o seguinte: como muitos Congressistas têm interesse — eu vou falar, já que estou aqui falando — é que muitos Congressistas têm estação de radiodifusão, então eles têm interesse em importar os equipamentos dessas estações com um mínimo de impostos. Então, até isso esse setor tem contra eles, eles não têm proteção alfandegária nenhuma.

No entanto, essa produção nacional atinge a 30 milhões de dólares e atendeu, no ano de 1981, a 54% do mercado. Em 1982 caiu ligeiramente por causa da instalação da TV Manchete, que teve seus equipamentos importados.

Então, isso mostra como o setor industrial é competente, com pouca escala, ele consegue vencer, mesmo tendo uma lei no Congresso contra ele.

Vamos lá ver as quantidades vendidas no Brasil. O produto nacional é barato e nós estamos exportando também alguma coisa.

Transmissor de 50 quilowatts, nós fabricamos 5: FM, TV, total e retransmissores. O que eu quero falar é, eu não vou colocar os equipamentos de estúdio, antena, etc. Só falo de transmissores.

Para ouvir todas essas emissoras magníficas existentes no Brasil, equipadas com equipamentos produzidos no Brasil, nós, também, temos uma indústria brasileira que fabrica receptores de radiodifusão. E, aqui, eu torno a falar: nós já produzimos 11 milhões de receptores. Como o mercado se rege pela lei da oferta e da procura, a queda da produção é em razão da queda do poder aquisitivo. Os picos são os fatores que modelam o seu comportamento. Aqui, foi a remuneração ruim da caderneta de poupança, aqui a boa remuneração da caderneta de poupança, a recuperação na "Copa do Mundo" e, depois a queda, novamente, com o achatamento salarial.

Neste setor — eu vou tornar a repetir — as empresas que mais venderam foram as empresas nacionais com tecnologia estrangeira. Essas empresas, comprando a tecnologia japonesa, desbancaram as americanas, que tinham tecnologia própria. Resultado: as americanas para sobreviverem tiveram que comprar tecnologia também estrangeira. Então foi o caso da PHILCO, que teve de comprar a tecnologia Hitachi. É isso o que eu quero falar. Os maiores fabricantes são capitalistas nacionais com tecnologia estrangeira. Foi aí que nós usamos a tecnologia estrangeira para desbancar a concorrência. Exemplo: Sharp, Evadin, Semp e outros. Esqueci-me de falar, com o dinheiro ganho nessa área, a Sharp fez o império dela e montou uma indústria aqui de informática.

Então foi com o capital gerado nessa área que nós criamos toda a indústria nacional.

Bem, produção brasileira de televisores: em branco e preto caindo porque, hoje em dia, o branco e preto se está fabricando em menor escala, e ele fica caro, relativamente à TV em cores, que é barata.

Vocês, nesta altura, já sabem identificar o que está acontecendo com aquelas medidas...

Eu trouxe aqui a produção, empresa por empresa, e a evolução de cada uma, mas isso é caso particular. Não vou entrar...

As exportações, em 1983; exportamos 1.900 milhão rádio de carro e 180 mil televisores, no valor total da ordem de 110 milhões de dólares, caindo, também.

No setor de radiodifusão, o Brasil tem 16,7% do mercado americano. O Brasil é expressivo nessa área.

No setor de televisão ele tem 13,5% do mercado americano. E, aqui, receptores de rádio nós temos 19,3% no mercado americano.

Vou falar, agora, sobre processamento de dados.

Números de indústrias são da ordem de 40. Geralmente, a Associação das Empresas de Processamentos de Dados considera como empresa de processamento de dados qualquer uma que fabrique insumos e que é admitido como ela. Assim, ela coloca na sua relação empresas fabricantes de circuito impresso. Portanto essas empresas fabricantes de circuito impresso já existiam há mais de 10 ou 12 anos no Brasil.

Bem, evidentemente, nós tiramos tudo que são empresas de amplo aspecto de atuação e, cujo maior mercado é o setor de radiodifusão.

Então, nós temos: número de empregados, como o pessoal é muito polêmico e nós aqui não estamos querendo polemizar com a indústria nacional porque ela é o nosso objetivo é a fonte de tudo o que nós estamos brigando, que é a constituição de uma indústria brasileira, nós vamos aceitar todos os números que a ABICOMP nos apresenta. Eu não quero discutir se o mercado é mais ou menos, mas é só para fazer pequenos comentários. Não é mais ou menos de 100 milhões de dólares que vão mostrar as tendências e as consequências. Porque para mim não interessa usá-los como exemplo, porque eles são ótimos, são uma empresa boa e, provavelmente, se amanhã eu sair do Governo vou trabalhar neste setor. Empresas 100% nacionais — desculpem, também, fazer

essa discriminação — empresas 100% nacionais, nós temos 12,8 mil empregados, dos quais 2 mil e 300 são de nível superior. Empresas multinacionais tem 6 mil e 500, dos quais 50% são do nível superior. Talvez por causa da atuação de venda etc. Total é da ordem de 20.000 — 19.000 e pouco — dos quais 5 mil de nível superior. Então, o setor realmente emprega pessoal de alto nível.

Investimentos de pesquisa e desenvolvimento em milhões de dólares, pelas empresas 100% nacionais: em 1979 a 1981, 91 milhões de dólares, 1982, 79 milhões de dólares. Eu estou aceitando esses números, mas está difícil porque eu conheço a Ericsson e sei que, durante 10 anos, ela investiu 53 milhões de dólares. Eu conheço várias empresas, empresa de engenharia, conheço a nacionalização, conheço o potencial, sei quanto elas investiram, mas eu vou aceitar. Isso é demais, vamos falar, vamos ser honestos. Está bom, o problema é deles.

Na realidade, eu vou contar a vocês, eu há algum tempo trabalhava na engenharia de rádio, na Standart Electric, e fiz um projeto que era uma atualidade tecnológica muito grande, um projeto nacional, como todos os outros que eu fazia. Eu li uma boa ideia num livro francês, peguei os instrumentos que eram americanos, li o manual deles em inglês, procurei outros subsídios em livros franceses e ingleses, mandei importar os insumos que não existiam no Brasil e, finalmente, fiz um projeto nacional. Como a empresa não quis fabricar, eu mesmo resolvi fabricar esse produto. Graças a Deus fabriquei uma unidade porque naquela época não havia proteção à indústria nacional e eu só consegui fabricar uma. Mas, graças a Deus a EMBRATÉL que comprou através de uma outra empresa, porque eu naquela época não trabalhava no Governo, trabalhava na empresa privada. Então, naquela ocasião quando a empresa decidiu não fazer eu fiquei chateado, chamei os amigos e disse: vamos fabricar isso. Eu e meus amigos fizemos um capitalzinho, investimos tudo que tínhamos na pesquisa e desenvolvimento. Naquela época tínhamos o equivalente a uns 4 milhões de cruzeiros. Então eu tinha um capital de 4 milhões, todo ele investido em pesquisa e desenvolvimento. Então eu acho que, seguramente, consegui transmitir, a ideia: quer dizer, quando a gente está iniciando, tudo aquilo que a gente investe é pesquisa e desenvolvimento. É o que eu fazia na época.

Isso aqui elaborado por nós a partir de dados da DIGIBRÁS, da IBM e da Burroughs e também da ABICOMP.

A IBM, isto é hardware equipamento, não é venda de sistema, não é operação comercial de sistemas, estou falando de indústrias, de fabricação, de metalurgia, máquina. Mercado da Burroughs, mercado da IBM, mercado das empresas nacionais afirmadas pela ABICOMP e total do mercado brasileiro.

Houve uma queda do mercado brasileiro, o mercado não subiu, desceu. Desceu por causa da IBM e da Burroughs que jogaram menos no mercado interno.

Esses números da indústria nacional é o seguinte: são números da DIGIBRÁS, ele pegou o faturamento da empresa, somou tudo e considerou tudo como equipamento. Para mim não entrou em mérito se era duplo ou seja uma empresa de circuito impresso que o vendeu para a empresa de CPU, que, por sua vez, comprou os periféricos e vendeu para a empresa de sistema, eu não entrei, eu coloquei duplo faturamento que foi... Então isso aqui é um faturamento que eu considerei como valor da produção. Claro que eu vou mostrar, daqui a pouco, que o valor da produção não é esse.

Eu queria dizer o seguinte: há muita gente do Governo que não entende muito de alguns assuntos, mas não são todos. Então, não vai engabelar todos, engabelar alguns. Eu posso aceitar, para não criar polêmica, mas não vou ser enganado, quem quiser que o seja. Apesar dessas empresas merecerem todo apoio. O que eu acho é o seguinte: nós estamos produzindo tanto e nós queremos apoio, então, vamos apoiar porque é a nossa função de apoiar.

Processamento de dados. Total das exportações, IBM, Borroughs e as nacionais são da ordem de 1 milhão de dólares. Na verdade as exportações foram 200 mil dólares, eu que botei 1 milhão para não ficar zero, senão pega mal.

Esses dados, o somatório aqui, são os dados afirmados pela empresa, mas acontece que ela exporta produtos que não dão noção de informática, talvez exportando máquinas de escrever e outros. De maneira que eu peguei os dados da CACEX, que são dados oficiais.

Também existe uma discrepância entre os dados da CACEX e os dados oficiais, porque nos dados da CACEX existe exportação autorizada, exportação efetiva, existem defasagens. O importante não é o valor absoluto, mas o gradiente da curva, a tangente da curva no ponto. Se aqui ela era assim, porque agora está assim, numa época em que a gente está precisando? A gradiente é a mesma.

Por que isso, numa época em que nós estamos querendo exportar? Trocar isso por suco de laranja, nunca, prefiro não pagar a dívida. Trocar isso por suco ou comida, não.

Não sei por que está acontecendo, não sei se é restrição à importação ou mudança de posição das empresas.

Do total fabricado pelas indústrias de capital 100% nacional, esse é o total, essa é a indústria de mini, indústria de periféricos e indústria de microcomputadores. Na realidade, são faturamentos das empresas nessa área, dados sobre a DIGIBRÁS e ABICOMP.

Vamos fazer o seguinte: agora vamos fazer uma análise dos dados da ABICOMP e da DIGIBRÁS:

Daqui, 1979 a 1983, aqui estão os tipos, o equipamento, número de fabricantes, a capacidade de produção, de 1979 até 1982. Esses dados são da DIGIBRÁS, órgão governamental e merecem crédito. Eu confio nos dados da DIGIBRÁS. É gente séria. Da evolução, em 1982, e, aqui os dados da ABICOMP, dados publicados pelo informe ABICOMP: 18 mil, 45 mil — então quando os engenheiros me apresentaram esses dados eu lhes dei uma bronca: "isso não é um dado correto," até que eu resolvi pegar e fazer, eu mesmo, e caí nesses dados. Então resolvi investigar 1983. Então vamos ver a evolução da produção em 1983: a grande produção desse setor, afirmada pela ABICOMP, era do computador profissional, 6 mil unidades e minicomputador, 801. Isso é profissional. Isso é de interesse nacional, e isso é de entretenimento. Não interessa os números 50 ou 45 mil porque é entretenimento, para nós é igual ao rádio, televisão, toca-fita, e para aprender, calculadora, joguinho eletrônico, Atari, para nós são todos a mesma coisa, que não têm utilização profissional. Utilização profissional é isso, e os grandes que não estão entrando aqui no mérito.

Vamos fazer uma análise: eu peguei um informe ABICOMP estou com ele aqui para a gente ver. Eu peguei o resultado do primeiro semestre, do terceiro trimestre e do quarto trimestre e fiz o total. Esse total é que eu coloquei na tabela anterior. Então, o microcomputador, por exemplo, no primeiro semestre eles produziram 12 mil, ou seja, 6 mil por trimestre. No terceiro trimestre, mais 6 mil, no quarto trimestre, de repente, produziram 25 mil e 979. Quer dizer, eles deram esse total e eu deduzi que eles produziram, isso nesse período.

Quem conhece produção industrial sabe que o tempo de maturação é de 8 meses. Como eles puderam produzir isso, durante esse período, eu não sei, mas eu vou acreditar nas palavras deles e utilizar esses números o tempo todo. Foi o que eu fiz. Mas eu coloco dúvida sobre esses números aqui e, aqui também. Três mil no primeiro bimestre, 3 mil no segundo, 7 mil e, de repente no outro 19 mil? Será que esses números não foram fabricados para hoje?

Vai sair uma reportagem, com dados de mercado, na Revista *Senhor*, justamente, hoje, Sr. Senador? Será que não era melhor vir apresentar? Aliás, jornalista sempre

vai lá no GEICOM pedir notícia porque eles acham que a gente tem notícia interessante e, eu tenho horror de imprensa e o medo de ficar muito — não é medo desculpe — tenho medo de sair muito retrato no jornal, e os colegas depois dizem: o Salomão está se projetando... não é nada disso. Então, para comprar os jornalistas eu dou muita notícia para eles: "Olha aí, nós estamos fazendo um satélite aqui. A TELEBRÁS alcançou esses resultados". Olha isso e nunca nada foi publicado e eu dou cada relatório espetacular. Nunca nada foi publicado! E, hoje, em cima da hora, aparece uma reportagem de números de mercado quando a turma não veio aqui explicar isso? Não sei.

Desculpe-me o pessoal da imprensa.

Vamos fazer um pequeno exercício, utilizando os números publicados pela ABICOMP. **Hardware**, por favor, não estou falando em sistema, estou aqui discutindo produção industrial, metalurgia. Valor da produção a preços médios nacionais — e vou acreditar que eu tenho que confiar nas pessoas e que aqueles números são corretos, utilizando aqueles números de produção em 1983, multiplicando pelos preços médios nacionais, significa que o mercado em 1982 foi 320 milhões de dólares e, em 1983, foi 458. Esses números é da DIGIBRÁS, esse, da ABICOMP, ou seja, o setor cresceu de lá para cá quase 40%, o que é um crescimento ótimo, numa época de depressão.

Se, agora, a gente utilizar aqueles números e pegar preços médios no exterior — e é o que vale — em 1982 nós produzimos 116 milhões de dólares e, em 1983, 173 e a exportação desse setor foi de 1,6. Não está aqui a produção das grandes empresas transnacionais.

Então, no nosso cálculo, o valor de produção desse segmento industrial, com fins puramente técnicos, é, utilizando preços nacionais, 458 milhões de dólares ou 320 milhões de dólares. Para efeito internacional, o valor do mercado para nós é 116 ou 173. De qualquer maneira é discrepante esses valores, o crescimento numa época de depressão. É defesa, talvez porque eles tenham se sentido desprotegidos ou talvez porque eles querem continuar, querem comover a gente. Mas a gente não deve ser enganado desta maneira para ajudar, a gente tem que ajudar a eles de livre e espontânea vontade porque é necessário. Nós temos que assumir não é ser enganados para ajudar a eles. E, nós vamos ajudar a eles porque esta é a nossa função.

No mercado de processamento de dados, microcomputadores: 4,3 bilhões de dólares nos Estados Unidos e 90 milhões de dólares no Brasil. Minicomputadores: 11,4029 bilhões. Esses dados aqui são mais ou menos corretos. Nós avaliamos porque uma vez eu vi o Presidente da PROLOGICA falando que eles tinham tantos por cento no mercado e isso aí eu fiz umas continhas e deu 81 milhões de dólares. Achei que, pelos preços de mercado correntes, eram valores corretos. Mas, os dados são aqueles baseados...

Minicomputadores: 290 milhões de dólares contra 11 bilhões; discos e fitas magnéticas, impressoras e terminais de dados.

Como vocês sabem, eu quis fazer uma brincadeira, quem me conhece sabe que eu sou brincalhão. Como a nossa moeda — (...) eu disse: meu Deus, apresentar para o Senado tudo escrito em dólar é um desastre. O que vão pensar de mim? Então nós vamos fazer o seguinte: nós temos no Brasil uma moeda estável, que é a moeda telefônica. A ficha telefônica sempre vale a mesma coisa: um telefonema. Ela, de tempo em tempo, aumenta, então ela é a única moeda que se pode investir, no Brasil, em dólares, e na moeda telefônica, porque ela mantém o seu preço: vale um telefonema. Como ela é de valor muito baixo, eu resolvi utilizar o preço de um televisor. Então, eu cheguei à conclusão que, nos Estados Unidos, a preços locais, com 4 televisores a cores de 20 polegadas, compra-se um micro, constituído de vídeo, 2 teclados, 64 Kilobytes e 2 *drivedisk*, ou 2 *disk-drive*. Quer dizer, 4 te-

levisores nos Estados Unidos compram um micro. No Brasil esse mesmo micro é adquirido por 13 televisores, situação atual. Peguem o jornal de domingo, olhem os anúncios e façam a continha.

Quanto ao mercado de **hardware**, total, aquele foi um mercado específico: 63,5 bilhões de dólares contra 550 ou 600 milhões de dólares como a ABICOMP fala. Sistema de computação, periféricos: isso é bilhões outros de dólares, outros e **software**, que, nos Estados Unidos, é 10,5 bilhões de dólares, dos quais 3,5 são aplicativos e 7 compiladores e interpretadores.

Finalmente, quando se avalia um mercado, o preço do dólar é importante, já que ele, no Brasil, varia muito. De maneira que, o dólar utilizado na conversão das taxas dos valores em cruzeiro, foi o dólar médio-anual, publicado pela Suma Econômica, e não o dólar no início do ano, quando o cruzeiro vale muito em relação a ele. No ano de 1983, o dólar começou na ordem de 200 e pouco, ou 300, terminou na ordem de 1.000. Você calcula o dólar no valor de 300 com a mesma quantia em cruzeiros, o número de dólares que se obtém é fabuloso. Então você aumenta qualquer valor de mercado. Macetes elementares para impressionar, quem não se aprofunda por quem fala superficialmente. Isto é um alerta que levo aos Srs. Então, os números que nós utilizamos foram esses, baseados na fonte, que é a Suma Econômica, utilizados por todos os economistas no Brasil.

Finalmente, eu quero encerrar a minha exposição, pedindo perdão a quem porventura eu tenha atingido. Não foi contudo de propósito. Sou assim mesmo. Sou incapaz de atingir alguém pessoalmente. O meu objetivo não foi o de fazer colocações políticas, mas analisar fatos que estão ocorrendo no setor, dentro da área econômica industrial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Muito obrigado, Dr. Wajnberg, pela sua excelente e documentada exposição. Quero dizer que tenha sido a mais bem documentada que já temos tido aqui, nesta Comissão. A riqueza de dados é realmente impressionante, como o é também a serenidade de sua análise, um assunto que presta à tanta consideração e exaltação passional, não sei por que motivo. O primeiro interpelante inscrito é o Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Presidente, Dr. Wajnberg, eu tenho algumas questões a apresentar, para conseguir um esclarecimento maior, a respeito de alguns dados fornecidos por V. S^a. No início da exposição, V. S^a fez referência ao problema dos índices de nacionalização, de que, uma determinada empresa poderia até, vamos dizer, resolver, diante da autoridade, os seus índices de nacionalização, aumentando o preço. Mas a minha pergunta é a seguinte: dentro da política do Ministério das Comunicações, o índice de nacionalização é vendido pelo valor, ou pela qualidade e peso dos diferentes componentes que entram na fabricação? Se é um índice de nacionalização mais acurado, e tendo, vamos dizer, a preocupação tecnológica, é evidente que não poderia ocorrer essa fraude, que V. S^a, inclusive, sugeria a essa empresa.

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Exatamente, Sr. Senador. Eu vou lhe responder pergunta a pergunta, e agradeço-lhe até por ter-me feito esta pergunta, porque assim terá oportunidade de fazer o esclarecimento. No passado, realmente, nós sempre analisamos os índices de nacionalização, como a relação entre o preço e os insumos importados. Acontece que verificamos que isso não era correto, e que era motivo de muita fraude. Quando começamos a trabalhar em Manaus, impusemos a idéia, que o índice de nacionalização fosse a relação entre os insumos importados e os nacionais. No primeiro caso, por exemplo, se o Sr. tem um equipamento, e que 20% do valor dele são componentes, e se o Sr. importa todos os

componentes, o seu índice de nacionalização é de 80%. Então o Sr. importou tudo desmontado, agregou trabalho e o índice é 80%. Em Manaus, o índice de nacionalização, se o Sr. importa tudo, e monta tudo, utilizando apenas a mão-de-obra, o índice de nacionalização é zero, porque o Sr. não agregou nada de fabricação nacional. Então foi uma melhoria. Mesmo assim, isso não era razoável. Então nós passamos a adotar, para não infringir a lei, nós continuamos a falar em índice de nacionalização. Mas dentro do nosso trabalho de nacionalização, nós utilizamos um critério chamado conteúdo de importação, que é o seguinte: vê-se quanto se importa para fabricar um determinado produto. Então os nossos engenheiros, ou melhor, o fabricante entrega a eles a lista de insumos nacionais e importados no circuito. E numa reunião eles discutem por que não se usa componente nacional naquele circuito. Eles dizem que não podem, ou então, discutem a modificação do circuito, para que se possa utilizar nele componente nacional. Então alega-se que, para se fazer isto, vai fazer investimentos, e o produto dele não vai ser competitivo. Bem se discute até chegar a um termo em que se consegue nacionalizar, sem aumentar demasiado o custo do produto. E com isso tem-se o custo dos insumos importados para fabricar um produto, no País, de acordo com a possibilidade de mercado que ele possa ter. Então, analisando-se tecnicamente, sabe-se que aquilo é bom ou não. Como lhe disse, nós atualmente estamos utilizando 11 dólares de insumo importado, para fazer uma linha equivalente, que vale 380 dólares. Se se resolver baixar isto para 10, nós vamos conseguir, mas o custo dela, ao invés de 380, vai subir para 420. Então nós ficamos nos 11. É um meio-termo de estudo técnico-econômico que nossos engenheiros fazem. Então, é esse o critério, avaliado um por um. Agora, se o Sr. fizer a relação entre o custo do equipamento e o insumo importado, o Sr. vai ter o índice de nacionalização. Apenas o índice de nacionalização dá um item relativo, e nós trabalhamos com itens absolutos. Aqui, eu dei para a Comissão de Economia, Sr. Senador, uma relação de todos os produtos por nós já analisados, com os respectivos conteúdos de nacionalização. Vou ler alguns: "Equipamento central privada de comutação PABX, mod. NAX, 22 SA, comutar características básicas de comutação CTA, valor FOB 402 mil dólares, primeiro ano: 18 mil dólares, segundo: 13 mil dólares, terceiro: 10.695 dólares. Então o Sr. vê o índice de nacionalização dela é de 95%. Mas não quero saber destes 95%. Estes 95 não significam nada para mim. O que interessa é que eles estão importando 10 mil dólares, e eles podem ser mercado para a nossa indústria de insumos, aqui no Brasil.

Eu só queria complementar. Sr. Senador, o Sr. é um industrial brilhante, e está acostumado a avaliar balanços de empresa. Existe um item nos balanços da empresa chamado custo de produção. É exatamente o que a empresa paga aos engenheiros, aos empregados, mãos-de-obra indireta, energia elétrica, insumos importados, ou seja, o custo do produto. Não é o de venda, o de venda vende-se por quanto se quer, com 100% de lucro, etc. Se agora o Sr. quiser relacionar o custo de produção com as importações, Senador, o Sr. vai ter uma surpresa terrível. Experimente fazer isso como exercício. Não vou tocar mais neste assunto, eu só dei a pista a V. Ex*.

O SR. SEVERO GOMES — Mas de qualquer maneira, V. Sx* informa que os critérios são muito mais sofisticados, e a empresa não poderia realmente aceitar o seu conselho, porque não poderia justificar o índice de nacionalização, pura e simplesmente, pelo preço. Quer dizer, há critérios objetivos, sofisticados, técnicos...

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Vou até falar como foi o caso: "Eu preciso apresentar um projeto no órgão tal, você tem amigos lá? "Não, não tenho não". "Você poderia tentar aprovar o meu projeto?" Não, meu amigo, eu não faço isso, nem você sendo meu amigo.

Agora, se você quiser, eu posso ajudá-lo a fazer o seu projeto, o que é diferente. Mas eu usar de minha influência para aprovar um projeto seu, você não pode contar comigo". E ele então disse-me: "Bem, eu preciso, para entrar, ter um projeto de índice de nacionalização de 95%". Muito bem, você aumenta o preço, mantém os insumos importados e aumenta o seu preço de venda, e assim você obtém o índice de nacionalização que o Sr. quer."

O Sr. está vendo aqui?

O SR. SEVERO GOMES — De qualquer maneira, V. S* informou que o Ministério em órgãos técnicos para avaliar...

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Nós temos os órgãos técnicos do Ministério para isso.

O SR. SEVERO GOMES — Então o conselho não podia ser seguido, quer dizer, pura e simplesmente aumentar o preço, e empulhar as autoridades, não é?

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — O que eu estou falando é a maneira de apresentar. Por exemplo, eu vou pegar aqui um outro equipamento, para que o Sr. possa ter uma idéia, um equipamento altamente nacionalizado. Eu peguei um que importava 10 mil dólares e tinha 95%, e com isto, no 3º ano, ele vai importar isso, de acordo com o nosso plano de nacionalização dele, e tem um índice de 95%. Agora vamos ver um aparelho telefônico. Um aparelho telefônico, o preço dele é 30 a 50 dólares, e nós importamos, esse telefone é de altíssima tecnologia, então eles importam um pouco mais — esse equipamento vale 50 dólares, no caso, e ele importa 0,900, ou seja, tem 98% de índice de nacionalização. A pessoa que vai fazer um trabalho técnico, ou não posso, para mim, para o Sr. talvez, um equipamento com 95% de índice de nacionalização, e outro com 98%, é a mesma coisa. Para mim não é. Para mim um é conteúdo de importação 11 mil dólares, e o outro 9 cents de dólar. Um significa que posso dar trabalho para a indústria brasileira, e o outro significa que não adianta nem trabalhar, porque daí, não vai sair nada. Então eu trabalho assim. Não é um critério de lei, é um critério particular de órgãos. Agora eu convenci o nosso Ministério a utilizar isso. Estamos obtendo um grande sucesso, tanto que eu tenho uma lista. Se esta lista cair nas mãos de um industrial fabricante, ele faz miséria, ela saberia, então, para quem ele poderia vender e por quanto. É uma maneira de trabalhar, e assim eu amplio, V. Ex* me entende?

O SR. SEVERO GOMES — V. S* comparou a dimensão de mercado de televisores, rádio receptores, mostrando que isso é realmente um mercado, a dimensão de uma grande indústria, e comparou com a indústria de processamento de dados. Eu queria fazer duas observações. A primeira, evidentemente, haverá um número muito maior de compradores de televisores no Brasil do que de computadores. E, segundo, há uma distinção. A indústria de televisores ou de receptores de rádio está muito ligada ao entretenimento do que ao problema mais profundo, muito mais ligado à questão nacional, do que a indústria de televisores, ligada ao divertimento. Isso aí poderia indicar que nós estaríamos apenas preocupado... O usuário vai comprar suas coisas, vai usar os seus computadores, isso, aquilo, e o problema tecnológico estaria, de uma certa maneira, merecendo uma preocupação menor, do ponto de vista nacional. Como se tivéssemos mais interesse em satisfazer o aumento do número de motociclistas no Brasil, e o problema da produção da motocicleta, da sua tecnologia, fosse menos relevante. Mas tudo isso nos leva para outro dado oferecido, que é o problema da queda das exportações. Mas V. S* informou que a queda das exportações das empresas nacionais era menor do que a queda de exportações das empresas estrangeiras no Brasil. E mais ainda, os

cuidados que V. S* recomendava, mostrando que qualquer empresa multinacional que seja sustada, por qualquer razão, amanhã ela "puxa o carro", e sai do Brasil, por causada constituição horizontal dela. Muito bem. O que eu quero chegar é o seguinte, é que vivemos num País que, amanhã, pode escolher política, que julgue da sua conveniência, dentro do debate interno, da elaboração de um projeto nacional. Então se estas indústrias crescem, se desenvolvem, aparentemente, como disse V. S*, tudo é nacional — o que eu discordo profundamente e vamos dizer, constrangidas por qualquer circunstância podem pura e simplesmente sair, nós estamos realmente dentro de uma situação extremamente constrangedora, porque estaríamos perdendo o controle de um processo produtivo, na medida em que essas empresas têm o controle estrangeiro, usam uma tecnologia, sem evidentemente fazer com que ela possa se expandir, pelo seu processo produtivo nacional. Então, nisso vem a questão da informática. Infelizmente, 90% da exposição de V. S* diz respeito à indústria de comunicações...

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Indústria eletrônica... eu fiz uma análise.

O SR. SEVERO GOMES — É sobre a indústria de informática que estou fazendo esta observação. O objetivo do ciclo proposto pelo Presidente da Comissão era o da indústria da informática. E V. S* gastou 90% do seu tempo a respeito da indústria eletrônica, mas principalmente nas outras áreas.

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Porque a indústria de informática é um segmento da indústria eletrônica.

O SR. SEVERO GOMES — Estou plenamente de acordo. Pela natureza da indústria de informática, com relação à sociedade brasileira, é que é a grande questão polêmica de hoje. O que é que se pensa a respeito do futuro, da sua importância com relação ao controle que possamos ter da nossa própria vida? No meio da conferência, V. Ex* disse que tecnologia nada tem a ver com política. Eu tenho uma divergência profunda com relação a isto. A tecnologia nasce, é produzida em função de fatores culturais, de projetos nacionais, de aspirações... não é à-toa que as eras tecnológicas estão marcadas por políticas. Desde a era do bronze, do ferro, do átomo, da pólvora, tudo isso aí é tecnologia ligada direta a uma coisa que se chama poder nacional, e que portanto, elas não podem ser dissociadas.

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Eu fiz uma tese sobre tecnologia e poder nacional para Escola Superior de Guerra, e tive a honra de tê-la considerada — do meu grupo ela foi adotada — e o meu grupo foi escolhido como a melhor tese sobre esse assunto. Terei o máximo de prazer de enviar-lhe uma cópia dela.

O SR. SEVERO GOMES — Muito obrigado.

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Eu quero falar também, que pessoalmente, eu gosto de sua posição, porque eu sou engenheiro de projetos. Quantos mais projetos se fizer no Brasil eu ganho. Agora, uma coisa são os meus interesses pessoais. O que quero dizer é o seguinte: eu não sou político e decisões políticas têm que ser tomadas pelos Srs. Os Srs. é que têm que decidir, se projetos de televisão têm que ser feitos com projeto nacional ou não. Se for com projeto nacional, vai custar mais caro, e a população não vai ter. Essas decisões são políticas. Eu vim aqui mostrar números. Falei em informática, porque a operação de produção de informática é uma operação industrial da eletrônica. Agora, informática é muito mais do que isso. Informática é a utilização destas máquinas, é o uso delas. A fabricação delas não valem nada. Não sou eu para falar aqui, nós temos ali o Dr. Azevedo, que é um grande usuário, e sabe disso melhor

do que eu. A máquina de informática é uma máquina sem função definida. O programa é que a faz se movimentar, de acordo com que o Sr. deseje. Então produzir, pegar um circuito impresso, pegar um bocadinho de circuito integrado e botar um analfabeto para soldá-lo, não significa nada. Eu vou lhe contar como é que o pessoal da EMBRATEL ganha dinheiro à noite, depois do expediente. Eles ganham muito pouco os engenheiros lá. Gente brilhante, ganhando salários vis. Esse pessoal, para sobreviver, todas as noites, quando chegam em casa, eles montam seu micrinho, eles compram os seus integrados na loja, compram o circuito impresso, soldam tudo e pronto. Isso tem mérito? Mérito está na programação, no **software**. Não se tem que diferenciar entre a finalidade e a fabricação. O interesse é usufruir, e não fabricar. Interesse é chupar, não é plantar laranjas.

O SR. SEVERO GOMES — É a tese dos motoqueiros. Quer dizer, o que interessa é andar em motocicletas e não produzi-las. Quer dizer, o que importa para nós é dominarmos esta tecnologia. Nós tivemos um retrocesso no Brasil e desenvolvemos industrialmente, sem termos capacidade de geração de tecnologia. Está aí o acordo atômico. O que fez a Argentina com a sua tecnologia nuclear? Ela a desenvolveu internamente e hoje ela a domina. A mesma coisa, nós deveríamos cuidar para defender esta indústria informática, tão ligada ao nosso futuro, à nossa segurança nacional, e é um projeto que venhamos ter com relação ao Brasil. Infelizmente o Brasil não tem projeto nacional. V. Ex^a fez referência à Escola Superior de Guerra e como conhece seus textos, poderá verificar que não existe projeto nacional nenhum.

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Só que aqui, na Escola Superior de Guerra, eu estava como cidadão brasileiro, e podia colocar livremente as minhas idéias, porque ela é uma escola fantástica, e vai procurar no cérebro dos brasileiros as posições para tomada de uma política. Então eu colaborei como um cidadão brasileiro. Aqui estou como representante executivo do Governo. E o que eu tenho que dizer é o seguinte: eu estou colocando fatos e decisões políticas que têm que ser tomadas pelos Srs. Eu apenas apresento números. Eu, pessoalmente, sou simpático a esta colocação. Eu quero ter mais empregos. Agora, a Sr^a que tem que ver os aspectos sociais, a sr^a é que tem que ver a situação da empresa brasileira, os aspectos de exportação. Não é a posição minha. Por favor, o Sr. está me obrigando a tomar uma decisão, ou tomar uma posição política, quando não sou isso.

Eu aqui sou um empregado do Executivo e talvez empregado direto do Legislativo. Eu estou aqui para executar.

O SR. SEVERO GOMES — Eu tenho a impressão de que se V. S^a atentasse para suas próprias palavras, haveria de concordar que em toda a sua exposição está implícito um projeto ligado a uma forma de apropriação de tecnologia, as considerações até com relação ao problema de **Joint venture** ou de empresas nacionais ou multinacionais, que são pouco relevantes para V. S^a. E é preciso lembrar que V. S^a mesmo lembrou um aspecto importante, que são chamados os acordos por debaixo do pano. E daí a importância que damos aqui, no Congresso, à questão das **joint ventures** na área da informática. E todos nós sabemos que não basta ter 51% das ações ou 60%. É preciso saber quem é realmente que toma as decisões. Como é que se controla a tecnologia e quais são os acordos de acionistas.

Eu mesmo participei de um cem número de acordos de acionista no País, em que nós tivemos **joint ventures**, empresas estatais brasileiras com estrangeiras, onde os acordos de acionistas pura e simplesmente deixaram o controle absoluto da vida dessas empresas na mão dos sócios minoritários estrangeiros. Quer dizer, o problema de ter maioria de ações é irrelevante, na medida em que tenhamos os 2 componentes, um que é quem é que forne-

ce a tecnologia? Quem é que controla o processo produtivo? E segundo, quais são os termos destes acordos de acionistas, que na verdade, transformam qualquer **joint ventures** apenas em coisa, nós ainda ajudamos a capitalizar uma empresa controlada pelos estrangeiros, não é?

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Quer projetar a estratégia do GEICON para criação de uma indústria brasileira?

Sr. Senador, eu vou citar aqui um caso, V. Ex^a sabe, naturalmente, que eu milito nesta indústria há 22 anos, cheguei a Santa Maria, no Rio Grande do Sul, para a instalação de equipamentos de microonda, fabricados e desenvolvidos no Brasil, antes da estrada de rodagem. Eu vi montes de arroz à beira da estrada apodrecendo, por falta de comunicações com mercados; eu cheguei a Santa Maria antes da estrada de rodagem, orgulho-me disso, tenho calo nas mãos, subi em postes, fiz equipamentos, nacionalizei, e elegi Governadores indiretamente. O Peracchi Barcellos foi eleito na ocasião, por causa do sistema que nós implantamos, eu, como engenheiro-operário e ele como político.

Fui um dos elementos que criou essa política de nacionalização. Quem conhece e milita nesse setor, sabe disso, porque eu nunca cheguei a uma empresa dessa, multinacional, quando eu trabalhei, a mais do que chefia da seção. Quando eu fui trabalhar fora do Brasil, é que descobri que eu era tão bom ou melhor que os estrangeiros. Quero dizer que é por causa disso que nós criamos o CPqD, foi por causa disso que nós criamos a FUCAP, e eu tenho trabalhado no fortalecimento de uma indústria eletrônica nacional, de uma tecnologia brasileira, no caso de uma capacitação tecnológica. Só que existe aqui uma pequena diferença: tem gente que, para fazer uma coisa, se machuca tanto, sempre aprende em função dos erros anteriores. Geralmente, a gente aprende que fogo queima, quando põe a mão no fogo. Outras vezes, pessoas mais inteligentes, aprendem as coisas no livro, não precisa tentar experimentar. Vou citar aqui um caso de uma empresa...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Nós temos mais dois oradores inscritos, e a hora está avançada.

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Tenho o caso de uma empresa chamada Equipamentos Eletrônicos, empresa 100% nacional, que apesar de ter contratos com a Marinha, com o Exército e com a Aeronáutica, nunca conseguiu produzir nada. Porque ela, ao desenvolver tecnologia, fazia um produto, tudo que fazia era resultante do erro anterior. A coisa chegou a tal ponto, que uma vez uma patrulha — eu não me lembro de que Força Armada — chegou lá e tirou todos os bens da empresa, eles não entregavam nada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Tem mais dois oradores, ainda.

O SR. SEVERO GOMES — Eu não tenho questão nenhuma a apresentar. Sr. Presidente, apenas eu queria lamentar uma pequena observação do conferencista, quando informou que o Presidente da ABICOMP não compareceu aqui por ter medo de debater com ele. Eu acho que, justo ou injusto, foi o alto apreço de V. S^a que provocou uma apreciação tão deselegante.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Concedo a palavra ao Deputado Luiz Fayet.

O SR. LUIZ FAYET — Eu tenho observado nessas discussões sobre a questão de indústria eletrônica envolvendo fundamentalmente informática, eu tive uma experiência na área executiva muito grande. Nós temos uma divergência semântica muito forte que provoca, muitas vezes, conflitos de entendimentos. Eu gostaria de fazer

uma colocação para esclarecer aqui. Eu entendi a sua posição com relação a de que tecnologia não deve ser política; no seu entendimento tecnologia, evidentemente, deve ser um dos dados, somado a outros, conjugado com outros formam a decisão política. Então, talvez essa confusão terminológica é que tenha provocado isso. No fundo, eu entendi a sua colocação como a do Senador Severo Gomes, que são absolutamente compatíveis.

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — O que eu quis falar, Deputado Fayet, foi o seguinte: uma empresa não desenvolve a tecnologia pelo simples prazer de desenvolver tecnologia. Ela desenvolve tecnologia quando a posição dela no mercado está em perigo, então, ela vai optar, ela vai fazer um cálculo, verificar o que é mais caro, e o que ela pode fazer com menos tempo para se recuperar no mercado: desenvolver a tecnologia, comprar a tecnologia, ou adaptar a tecnologia. No primeiro caso, desenvolver a tecnologia, é pelo que eu torço, porque eu sou engenheiro, e eu vendo a tecnologia, eu vivo disso, Deputado. No segundo caso, pode ser que eu, desenvolvendo essa tecnologia, tendo capacitação, eu atraso tanto a empresa, que quando ela chega no produto, ela chega tarde. Eu trabalhei num projeto na Bélgica, num equipamento de microondas levou 15 meses para terminar. Como os alemães fizeram um projeto semelhante em 14 meses, os alemães "passaram a perna" nos belgas e eles perderam todos os investimentos. Eu participei desse projeto. Tanto que eu quis falar que a decisão que a empresa toma de desenvolver ou não tecnologia, é em função da posição econômica dela e do tempo disponível para ingressar no mercado. Eu, pessoalmente, quero tudo que seja tecnologia para o meu interesse particular. Agora, uma política tecnológica tem que ser feita levando em conta os parâmetros econômicos da Nação e, quem tem que decidir são V. Ex^s e não eu. V. Ex^s é que têm os enfoques sociais do País. Eu sou um técnico e sou ótimo nesses números, posso-lhe ajudar, por isso é que eu estou falando aqui. V. Ex^a talvez esteja querendo que eu resolva os problemas tecnológicos do Brasil.

O SR. SEVERO GOMES — Absolutamente, não foi esse o meu propósito.

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — O Senhor me permite concluir?

O SR. LUIZ FAYET — A minha grande dúvida é a respeito do problema que talvez aqui não tenha sido objeto específico de sua apresentação, mas, a par dela, eu gostaria de ter uma informação. Nós sabemos que os segmentos da eletrônica é um dos campos do desenvolvimento industrial que tem tido o maior avanço nos últimos tempos. A partir da Segunda Guerra Mundial nós tivemos uma verdadeira explosão na tecnologia eletrônica. Evidentemente, que essa explosão, como alguns exemplos citados por V. S^a, demandam grandes investimentos, e conseqüentemente, recursos humanos, recursos técnicos que eu não sei se estariam ao alcance de um País como o Brasil. Então, eu gostaria de fazer uma pergunta: na sua avaliação, tendo em vista o seu conhecimento dessas questões, o Brasil teria condições financeiras, e recursos humanos, teria base técnica e tecnológica para competir, em termos internacionais, no desenvolvimento de tecnologia eletrônica, ou para o nosso modelo, fundamentalmente, em função das nossas necessidades globais, seria melhor alternativa fazer investimentos nesse campo, ou nós, como solução alternativa, deveríamos procurar repetir talvez o modelo japonês ou alguma coisa semelhante e tentar baratear o custo para a Nação brasileira, colocando à sua disposição esses elementos básicos da indústria eletrônica, e utilizando os recursos escassíssimos, que nós pensamos que dispomos, em ou-

tras alternativas de produção, como por exemplo, a produção de alimentos?

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Eu ia falar isso, Sr. Deputado, porque eu pessoalmente, faço votos que a gente invista tudo no Brasil, em pesquisa e desenvolvimento de eletrônica. Afinal eu vendo isso, e os engenheiros vendem isso. Outro dia, eles fizeram uma passeata na Avenida Rio Branco por causa dos baixos salários e falta de emprego; evidentemente, que eles são meus colegas e eu sinto simpatia por eles. Agora eu não posso ser cego ao ponto de ignorar as prioridades nacionais, por causa disso que eu digo, isso é uma decisão política, e se for minha, vai ser tecnológica, porque eu vou ser egoísta...

O SR. LUIZ FAYET — O Brasil tem recursos financeiros e humanos e base técnica e tecnológica...?

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Não existe isso, porque o mercado mundial como o Sr. verificou, é de 250 bilhões de dólares. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento no mundo variam de 3 a 4 do valor do mercado mundial. Daí o Sr. pode ter uma ideia de quanto se investe no mundo em pesquisa de desenvolvimento. Agora, há necessidade de se fazer pesquisa e desenvolvimento na preparação de nossos recursos humanos no Brasil; tem que haver. Agora, eu não digo que, necessariamente, esses projetos tenham que ser utilizados obrigatoriamente em produto industrial, porque, muitas vezes, se eles forem utilizados em produto industrial, ele pode tirar o nosso produto fora da jogada, mas que tem que ser desenvolvido em laboratórios, tem que se preparar recursos humanos, tem que se manter treinamentos e fazer desenvolvimento, sem dúvida nenhuma. Agora, aplicar aos produtos, tem que haver conveniência econômica.

Nós, no setor de telecomunicações, acabamos de desenvolver um produto de multiplex. Numa primeira etapa, esse produto está mais caro do que o produto fabricado pelas empresas que se utilizaram de projetos do exterior. Agora, é que está diminuindo o valor, mas quando acabou de diminuir o valor, nós sabemos fazer uma coisa muito melhor. Então, nós estamos numa dúvida: vale a pena investir, novamente, para ter um produto melhor? Nós já sabemos fazer, mas vai custar mais caro, nós vamos despendar mais para ter menos. Então, Deputado, eu diria que é uma questão de política, o que os políticos, decidirem, a direção, ou os executivos chefes do Brasil nós vamos fazer. Eu, pessoalmente, tenho a minha posição: sou a favor da tecnologia, eu vivo disso. Eu não posso ser egoísta, a ponto de exigir que todo o dinheiro seja colocado em cima de pesquisa eletrônica em detrimento da alimentação. Eu estou vendo a minha empregada em casa, que ganha um salário mínimo, e vive do que eu como. A minha empregada ganha o suficiente para comprar dois maços de cigarros por dia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares.

A SR. CRISTINA TAVARES — Sr. Presidente, Professor Salomão, cheguei atrasada e não pude apreciar possivelmente a parte mais interessante da sua exposição, que seria a diferença estratégica entre tecnologia de informática e tecnologia dos entretenimentos. De maneira que eu vi aqui uma exposição muito rica do ponto de vista da importância estratégica e da diferença entre uma tecnologia do entretenimento.

Evidentemente, o preço da televisão nos Estados Unidos deve ser mais barato do que no Brasil, e isso para mim não tem grande preocupação; eu me preocupo mais com o preço do feijão no Brasil. Lamento mesmo que os brasileiros consumam a televisão mais cara, mas lamento mais que nós não temos uma tecnologia de agricultura

apropriada para o semi-árido, essas questões para as quais nós não temos, investimentos.

De maneira que a minha ausência do princípio de sua exposição, seguramente, que o Senhor fez diferenciação, de um lado, a informática como indústria estratégica para o desenvolvimento e para a soberania de um país, e por outro lado, o consumo de televisão, de telefones, de telefones sem fio, de entretenimento. Eu me vejo prejudicado de apreciar porque, na verdade, o Senhor fez uma exposição muito interessante, e mais interessante ainda do que no Senado Federal seria na Universidade onde as pessoas quisessem aprender marketing de telecomunicações, mas para decisões políticas, a parte que eu vi foi muito pobre. Apenas eu quero dizer que cada vez que se fala no modelo de desenvolvimento japonês, mais me fascina essa questão de deixar as empresas multinacionais desenvolverem 25 milhões em pesquisas tecnológicas e usar 5 milhões, e fazer a coisa melhor do que a dela, acho que esse modelo pode nos levar a algum lugar.

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Deputada Cristina, senti muito a sua ausência no início da exposição, porque eu sei ser a senhora uma pessoa que trabalha com o coração, e quer o bem para o Brasil, talvez lhe falem os dados, e foi por isso que eu lamentei a sua ausência aqui, porque eu sei que a Senhora dedica a esta Casa todo o seu esforço...

A SR. CRISTINA TAVARES — Esse tal de "explosão de coração" eu não estou muito a fim não, quer dizer que...

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Deixa eu responder senão eu me perco, Deputada. Eu diria o seguinte: A Senhora se lembra que eu disse que cheguei a Santa Maria, antes da estrada de rodagem, e encontrei um monte de arroz pela estrada, porque o pessoal não sabia como vender. Eu também já fui a Tabatinga, no interior da Amazônia, inaugurar uma estação de satélite para meia dúzia de brasileiros, que não tinham aonde cair morto, não tinham de onde chamar um médico; e essa turma, hoje em dia, está ligada às comunicações que desenvolveram toda a economia nacional. Agora, eu pergunto uma coisa à Senhora: vá a uma favela e pergunte a um pobre favelado o que que ele quer, se é uma televisão ou um computador.

A SR. CRISTINA TAVARES — Eu preferiria perguntar se ele quer uma televisão, ou se ele quer emprego e trabalho...

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Geralmente, ele quer primeiro um telefone, depois o televisor, e depois ele, se tiver tempo, vai brincar de joguinho Atari.

A SR. CRISTINA TAVARES — Se tiver saúde, e se ele tiver educação...

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Eu falei na parte tecnológica, primeiro, ele quer comida e saúde, porque senão ele vai entrar em cima do supermercado...

A SR. CRISTINA TAVARES — Ai é que V. S. faz uma confusão, que me parece grave: perguntar ao consumidor se ele quer um computador, se ele quer um telefone ou um televisor, isso não é uma pergunta séria. O que é sério é perguntar se a Nação, para ser uma Nação soberana, precisa de uma indústria nacional e um domínio tecnológico do computador, da informação do poder e não entupir a Nação de televisões coloridas.

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Concordo com a Senhora, mas antes, ela precisa estar viva, antes ela precisa comer.

A SR. CRISTINA TAVARES — V. Ex. não falou de tecnologia de agricultura, e eu não fui convidada aqui, para desenvolver este assunto. De maneira que eu quero fazer mais uma observação, quando deselegantemente, ou sem provar, apenas fazendo ironia — e eu até aprendi com o Senador Roberto Campos, que essa é uma maneira civilizada de se falar — que os dados da DIGIBRAS são confiáveis, porque são governamentais. Eu tenho algumas dúvidas sobre os dados do BNCC, da CAPEMI, enfim, nós temos uma longa tecnologia de conhecimentos de que os dados oficiais do Governo, que aí está e que V. S. está aqui representando...

Bem, eu prefiro ficar com os dados da ABICOMP, e além de ironês, nada foi acrescentado para esclarecer este assunto. Lamento também ter ficado até às 13 horas e 38 minutos, pensando que teria vindo para a Comissão de Economia do Senado Federal para discutirmos a questão estratégica da importância da indústria nacional de informática, recebi uma bela aula, mas não teria disponibilidade sequer de tempo para assistir uma bela aula sobre telecomunicações...

O SR. SALOMÃO WAJNBERG — Bem, Deputada, eu fico muito satisfeito com a sua presença. Eu sei que a senhora é uma pessoa bem acionada, faltou-lhe dados. A Senhora vai ter os dados. Quanto à veracidade dos dados, eu trouxe aqui 6 engenheiros, estão à sua disposição para analisar os detalhes. Outra coisa que eu queria falar é que eu não posso falar de política, não devo falar de política, eu sou um tecnocrata, a política e decisões políticas cabem ao Congresso e ao Executivo de alto nível. Fui convocado aqui e vou ler as palavras iniciais enquanto a Senhora não estava. A primeira coisa que eu falei aqui foram as seguintes palavras: eu reconheço que o Congresso é que deve decidir isso. Ai o meu respeito que eu tenho ao Congresso, e nem quero dizer que a minha palavra seja correta, é um enfoque que a gente tem, enfoque de tecnocrata, sem a grande visão ampla nacional, social, que a senhora e outros Deputados têm, já que são representantes de diversas regiões. Só sei de uma coisa: uma vez eu estive lá, em Caruaru, estive em Tabatinga e posso dizer: São Paulo não é o espelho do Brasil.

Vamos aqui fazer um diagnóstico econômico-industrial do setor eletrônico brasileiro, comparar o desempenho industrial dos diversos setores nacionais do exterior. Eu vim para falar sobre produção industrial, estou aqui para analisar fatos do setor eletrônico e não político, eu vim aqui dar o meu subsídio como técnico e não vim aqui para falar de política. Se eu decepcionei a Senhora, eu peço perdão, depois do expediente estou à vontade para conversar, mas nada oficialmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Com o avançar da hora eu acho que não há mais lugar para debates, e gostaria de resumir o que foi dito, mas me limitarei apenas a uma observação: segundo as indicações do Dr. Wajnberg existem a rigor três modelos: modelo de telecomunicações, que é modelo misto, 51% do capital nacional, modelo de radiofusão, que é modelo livre a todas as misturas de capital e modelo de informática que é modelo de nacionalização compulsória. Segundo os dados dele, os preços de equipamento de telecomunicação, modelo misto, no Brasil são 10 a 20% superior a dos mercados internacionais, no caso de radiofusão são menos 40%, produto nacional é mais barato; no caso de informática, segundo os dados dele, o preço de micro é de 400%, o preço internacional, o preço de mini 250% e o preço do periférico 300%, sem comentários.

O SR. SEVERO GOMES — V. Ex. permite uma palavra final?

Eu queria lembrar que o conferencista fez todas essas observações e atribuiu o nível dos preços exclusivamente

à dimensão do mercado e não a anépcia das empresas, quer dizer, realmente a dimensão do mercado nacional é pequeno, quer dizer, a alternativa para V. Ex.^a, talvez fosse não ter indústria nenhuma e importar mais barato dos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — A alternativa é ter indústrias mistas, que possam servir ao mercado de exportação, como se faz em todos os países que têm uma dinâmica de informática racional.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª Reunião, realizada em 11 de abril de 1984

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de abril de mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala da Comissão, sob a Presidência do Sr. Senador José Fragelli, Presidente em exercício, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça com a presença dos Srs. Senadores Helvídio Nunes, Aderbal Jurema, Guilherme Palmeira, Passos Pôrto, Benedito Canelas, João Calmon, Octávio Cardoso, Almir Pinto e Hélio Gúeiros. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Murilo Badaró, Martins Filho, Carlos Chiarelli, Carlos Alberto, Marccondes Gadelha, Amaral Furlan, Odacir Soares, José Ignácio, Pedro Simon e Enéas Faria. Havendo número regimental, o Sr. Presidente em exercício, declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se a apreciação das matérias constantes da pauta, na ordem determinada pelo Sr. Presidente em exercício. **Item 2:** Projeto de Resolução nº 01, de 1984, que modifica o artigo 392 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972. Relator: Senador Passos Pôrto. Parecer: favorável, por constitucional, jurídico, regimental, de boa técnica legislativa e, no mérito oportuno e conveniente. Posto em discussão o parecer, o Sr. Senador Helvídio Nunes solicita vista, que é deferida pela Presidência. **Item 3:** Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1984, que reajusta os atuais valores de vencimentos e proventos dos servidores ativos e inativos do Senado Federal, bem assim os das pensões, e dá outras providências. Relator: Senador Passos Pôrto. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. **Item 4:** Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1980 — Complementar, que introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao trabalhador rural. Autor: Senador Nelson Carneiro. Relator: Senador Helvídio Nunes. Parecer: contrário, por inconstitucional. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. **Item 5:** Mensagem nº 182, de 1983 (Mensagem nº 353, de 1983, na origem). Do Senhor Presidente da República, encaminhando à apreciação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro para Assuntos Fundiários, de reassentamento de ocupante das áreas indígenas, através da alienação de terras de domínio da União, situada na Reserva indígena de Parabure, no Estado de Mato Grosso. Relator: Senador Benedito Canelas. Parecer: favorável ao Projeto de Resolução da Comissão de Legislação Social, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em discussão o parecer, que é aprovado por unanimidade. **Item 7:** Mensagem nº 47, de 1984 (Mensagem nº 41, de 1984, na origem). Do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizado o Governo do Estado de Sergipe, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.008.430.030,00. Relator: Senador Passos

Pôrto. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. **Item 8:** Mensagem nº 28, de 1984. (Mensagem nº 21, de 1984, na origem). Do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Betim (MG), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 4.358.397.295,00. Relator: Senador Passos Pôrto. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. **Item 9:** Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1983 (Projeto de Lei nº 2.156-B/79, na Câmara dos Deputados), que altera o artigo 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o pagamento de salários. Autor: Deputado Mendonça Neto. Relator: Senador Aderbal Jurema. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. **Item 10:** Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1983 (Projeto de Lei nº 4.281-B/81, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre dados que devem constar de notas fiscais e conhecimentos de transporte para comprovação da entrega de mercadorias. Autor: Deputado Ruy Codo. Relator: Senador Guilherme Palmeira. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. **Item 13:** Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1983 (Projeto de Lei nº 2.580-B/80, na Câmara dos Deputados), que modifica disposições, de 15 de julho de 1977, dispondo sobre Corretores de Seguros. Autor: Deputado Florim Coutinho. Relator: Senador Guilherme Palmeira. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. **Item 14:** Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 1983 (Projeto de Lei nº 5.043-B/81, na Câmara dos Deputados), que assegura ao servidor público o direito de afastar-se de seu cargo ou função, durante a campanha eleitoral, sem prejuízo de vencimentos e vantagens, introduzindo modificação no Código Eleitoral. Autor: Deputado Edson Vidigal. Relator: Senador Helvídio Nunes. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico, e no mérito, oportuno e conveniente. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. **Item 15:** Projeto de Lei da Câmara nº 255, de 1983 (Projeto de Lei nº 301-D/83, na Câmara dos Deputados), que revoga e altera dispositivo da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que define os crimes contra a segurança nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências. Autor: Deputado Jorge Carone. Relator: Senador Helvídio Nunes. Parecer: pelo arquivamento do Projeto. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. **Item 16:** Projeto de Lei do Senado nº 192, de 1983-Complementar, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-PASEP, para o fim de determinar que os trabalhadores desempregados não sejam excluídos do direito à retirada anual prevista no § 3º do artigo 4º. Autor: Senador Nelson Carneiro. Relator: Senador Helvídio Nunes. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. **Item 23:** Projeto de Lei do Senado nº 228, de 1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de fotógrafo. Autor: Senador Lázaro Barboza. Relator: Senador Aderbal Jurema. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. Não havendo discussão, o

Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. **Item 24:** Projeto de Lei do Senado nº 225, de 1983, que cria, e regula a aplicação pela censura Federal, o Certificado de Liberação Restrita, e dá outras providências. Autor: Senador Murilo Badaró. Relator: Senador Helvídio Nunes. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. **Item 29:** Projeto de Lei do Senado nº 136, de 1983, que autoriza a delegação de atividade de Previdência Social e empresas privadas. Autor: Senador Roberto Campos. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico, com a Emenda nº 1-CCJ, que oferece. Posto em discussão o parecer, o Sr. Senador Benedito Canelas solicita a palavra, e propõe a Comissão, que sejam enviadas cópias do Projeto e do relatório do Sr. Senador Aderbal Jurema, ao Ministério da Previdência e Assistência Social, no intuito de que ele seja ouvido sobre a conveniência e a oportunidade do Projeto. O Sr. Presidente em exercício põe em votação a proposta oral do Sr. Senador Benedito Canelas, que é aprovado por unanimidade. **Item 35:** Projeto de Lei do Senado nº 138, de 1980, que isenta de impostos federais, estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas. Autor: Senador José Sarney. Relator: Senador Aderbal Jurema. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é rejeitado. A presidência designa o Sr. Senador Passos Pôrto para relatar o vencido, quanto a constitucionalidade. **Item 36:** Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1983 (Projeto de Lei nº 149-s/75, na Câmara dos Deputados), que modifica o artigo 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que "dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional de Petróleo, institui a Sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências. Autor: Deputado Geraldo Bulhões. Relator: Senador Passos Pôrto. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico ao Projeto e a emenda de Plenário. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. **Item 37:** Projeto de Lei do Senado nº 230, de 1980 — Complementar —, que eleva o valor dos benefícios devidos aos trabalhadores rurais e seus dependentes. Autor: Senador Orestes Quêrcia. Relator: Senador Aderbal Jurema. Parecer: contrário, por inconstitucional. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. **Item 40:** Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1983, que institui a "Semana do Jovem", e dá outras providências. Autor: Senador Nelson Carneiro. Relator: Senador Guilherme Palmeira. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico, com a Emenda nº 1-CCJ que oferece. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é rejeitado. A presidência designa o Sr. Senador Helvídio Nunes para relatar o vencido no mérito, por inoportuno. Prosseguindo, o Sr. Presidente em exercício, Senador José Fragelli, passa a presidência ao Sr. Senador Helvídio Nunes, para relatar o **Item 1:** Ofício "S" nº 18, de 1982 (Ofício nº 44-P/MC/82, na origem). Do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 96.381/2 do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade do art. 176 da Lei nº 608, de 29 de dezembro de 1977, do Município de Riolândia, naquele Estado. Relator: Senador José Fragelli. Parecer: favorável na forma do Projeto de Resolução que apresenta. Não havendo discussão, o Sr. Presidente eventual, Senador Helvídio Nunes, põe em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. Continuando, o Sr. Presidente eventual, Senador Helvídio Nunes, passa a presi-

dência ao Sr. Senador José Fragelli. Por deliberação da presidência, são adiados em face da ausência dos relatores, o PRS nº 91/83, PLC nº 15/81, PLC nº 168/83, PLS nº 335/81, PLS nº 165/82, PLS nº 09/83, PLS nº 200/83, PLS nº 145/79, PLS nº 74/83, PLS nº 31/83, PLS nº 189/83, PLS nº 198/83, PLS nº 137/83, PLS nº 178/83, PLC nº 60/83, PLC nº 212/83, PLC nº 251/83, PLC nº 95/80, PLC nº 34/79 e PLS nº 01/82. O Sr. Presidente em exercício informa aos demais membros da Comissão, haver sobre a mesa uma pauta extra. Passa-se assim a apreciação do **Item 1**. Mensagem nº 26, de 1984 (Mensagem nº 19/84, na origem). Do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Barra da Garça (MT), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 142.525.106,91. Relator: Senador Benedito Canelas. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. **Item 2**: Mensagem nº 43, de 1984, (Mensagem nº 37/84, na origem). Do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizado o Governo do Estado de Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 2.415.600,00. Relator: Senador Benedito Canelas. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. **Item 3**: Mensagem nº 44, de 1984 (Mensagem nº 38/84, na origem). Do Senhor Presidente

da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, Proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizado o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.993.562.894,21. Relator: Senador Benedito Canelas. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. **Item 4**: Mensagem nº 48, de 1984 (Mensagem nº 42/84, na origem). Do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Várzea Grande (MT), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.794.315.000,00. Relator: Senador Benedito Canelas. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. Não havendo discussão, o Sr. Presidente em exercício põe em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Ronald Cavalcante Gonçalves, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente em exercício, Senador José Fragelli.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

2ª Reunião (Extraordinária), realizada em 11 de abril de 1983

Às onze horas do dia onze de abril de mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador

Gabriel Hermes, Presidente, reúne-se a Comissão de Minas e Energia, com a presença dos Senhores Senadores Luiz Cavalcante, Alberto Silva e José Lins.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Dinarte Mariz, Odacir Soares e Hélio Gueiros.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Luiz Cavalcante que emite parecer favorável à Emenda de Plenário nº 1, apresentada pelo Senhor Senador Aloysio Chaves, ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1983, "que modifica o artigo 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que dispõe sobre a Política Nacional de Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências". Colocado o parecer em discussão e, em seguida em votação, é o mesmo aprovado, por unanimidade.

Prosseguindo, o Senhor Presidente adia para a reunião do próximo dia vinte e cinco, a apreciação das matérias constantes dos itens 1 e 3 da pauta, respectivamente, o PLS nº 76, de 1980 e a apresentação do Programa para o Seminário sobre Energia.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Gonçalves Pereira, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.